



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
Curso de Gestão de Políticas Públicas

**GABRIELA MIYUKI SHIMABUKURO KATTO**

**ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: Diagnóstico da  
implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –  
SINASE no Distrito Federal**

Brasília – DF

2014

GABRIELA MIYUKI SHIMABUKURO KATTO

**ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: Diagnóstico da  
implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –  
SINASE no Distrito Federal**

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professor Orientador: Leonardo Conke

Brasília – DF  
2014

**GABRIELA MIYUKI SHIMABUKURO KATTO**

**ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: Diagnóstico da implementação do  
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE no Distrito Federal**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de  
Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília da aluna

**Gabriela Miyuki Shimabukuro Katto**

Mestre Leonardo Silveira Conke  
Professor-Orientador

Doutora Christiana Soares de Freitas  
Professora-Examinadora

Doutora Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo  
Professora-Examinadora

Brasília-DF, 06 de dezembro de 2014.

## AGRADECIMENTOS

*Primeiramente, quero agradecer a Deus, por todos os momentos na minha vida, sejam nas conquistas, sejam nas quedas e obstáculos.*

*Quero agradecer, aos meus pais amados, Couiti e Rita, pelos ensinamentos da vida, pelo amor, dedicação e esforços desde o dia do meu nascimento, ao me criar, me ver crescer, me darem conselhos, me darem broncas e, principalmente, compartilhar comigo os momentos de alegria, como a aprovação no Vestibular. A eles sou grata por tudo. Agradecer, aos meus irmãos, Isa e Dinho, que observam os passos da irmã mais velha, e que espero conseguir passar um pouco das coisas que aprendi. Família, minha eterna gratidão! Amo vocês!*

*Agradeço aos meus amigos, companheiros da vida, que sempre me acompanharam e compartilharam comigo, tanta emoções e experiências maravilhosas. Obrigada pelas inesquecíveis conversas na mesa do bar, nas reuniões na casa de amigos, nas discussões sem fim sobre política e blá blá blá. Até pelos motivos mais banais possíveis, mas, principalmente, pelos aprendizados tirados de tantos momentos bons. Em especial, quero agradecer a minha amiga e companheira, Mari, por me ajudar nesses últimos meses com a monografia, e pelos momentos de angústia e tensão em que me acalmou. Obrigada!*

*Agradecer aos professores do curso, em especial a Chris, professora querida que me tranquilizou na reta final, que mostrou que é preciso dedicação e muito trabalho para se chegar onde se quer. Ao meu orientador, Leonardo Conke, obrigada por passar um pouco do seu conhecimento, me orientando da melhor maneira possível.*

*Obrigada a todos que de alguma forma, me ajudaram a chegar até esse momento!*



## **RESUMO**

Neste trabalho objetiva-se analisar como o Distrito Federal tem executado a Lei nº 12.954/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e mostrar a situação de implementação do sistema de informação SIPIA SINASE, como um instrumento que auxilia na execução das medidas destinadas a adolescentes que cometeram atos infracionais, assim como analisar o comportamento das parcerias em rede socioassistencial que prestam os serviços nas medidas socioeducativas, fazendo um aprofundamento teórico da doutrina da proteção integral disposta na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.069/90 que dá luz ao Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), trazendo percepções sobre a condição de vulnerabilidade enfrentada pelos adolescentes em conflito com a lei, dentro e fora da política pública, além de identificar os aspectos positivos e negativos da gestão administrativa, mostrando a realidade dos agentes e servidores públicos que trabalham dentro do SINASE.

Palavras-chave: Ato infracional, medidas socioeducativas, adolescentes em conflito com a lei, SINASE, SIPIA.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - GRÁFICO DO PERCENTUAL DE CRIMES POR ESPÉCIE COMETIDOS PELOS JOVENS INFRATORES.....	11
FIGURA 2 - INTERSETORIALIDADE NO SINASE PELO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS .....	27
FIGURA 3 – TELA DO MENU UNIDADES PARA CADASTRO DO ADOLESCENTE.....	31
FIGURA 4 - REGISTRO DE ACOLHIMENTO PELO SIPIA.....	32
FIGURA 5 - REQUISITOS PARA ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.....	38
FIGURA 6 - PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SINASE.....	45
FIGURA 7 – TELA DO PORTAL DO SISTEMA SIPIA SINASE.....	61
FIGURA 8 – TELA DE CADASTRO DE ACOLHIMENTO – PRIMEIRO ATENDIMENTO / INTERNAÇÃO PROVISÓRIA .....	63
FIGURA 9 - REPRESENTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRAL .....	64
FIGURA 10 - ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DA CRIANÇA - DF	<b>ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.</b>
FIGURA 11 - ORGANOGRAMA DA SUBSECRETARIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - SUBSIS ..	65

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ATRS – Atendentes de Reintegração Social  
CADIN – Cadastro de Adolescentes de Internação  
CAJE – Centro de Atendimento Juvenil Especializado  
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial  
CERE – Centro de Reclusão para Adolescentes  
CESAMI – Centro Socioeducativo Amigoniano  
CETRO – Centro de Triagem de Observação de Menores  
CIAGO – Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras  
CIAP – Centro de Internação de Adolescentes de Planaltina  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público  
COMEIA – Comunidade de Educação, Integração e Apoio de Menores e Família  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
COTEME – Comunidade de Terapia e Educação de Menores  
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social  
CRESSEM - Centro de Referência em Semiliberdade  
CV – Central de Vagas  
DCA – Delegacia da Criança e do Adolescente  
DMF – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FCBIA – Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência  
FEBEM – Fundação do Bem Estar do Menor  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor  
GDF – Governo do Distrito Federal  
HUB – Hospital Universidade de Brasília  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
NAI – Núcleo de Atendimento Integrado  
NAIJUD – Núcleo de Atendimento Jurídico  
NUPLA - Núcleo de Plantão Judicial  
PAD – Processo Administrativo Disciplinar  
PIA – Plano Individual de Atendimento  
SAAN – Setor de Abastecimento Asa Norte  
SAM – Serviço de Atendimento ao Menor  
SDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos  
SEJUS – Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania  
SEMSE – Seção de Medidas Socioeducativas  
SI – Sistema de Informação  
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo  
SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Juventude  
SPDCA – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território  
UAI – Unidade de Atendimento Inicial  
UAMA – Unidade de Atendimento em Meio Aberto  
UASG – Unidade de Atendimento Semiliberdade do Gama  
UAST – Unidade de Atendimento Semiliberdade de Taguatinga  
UIP – Unidade de Internação de Planaltina  
UIPP – Unidade de Internação Plano Piloto  
UISS – Unidade de Internação São Sebastião  
UNICEF – United Nations Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para Infância)  
UNIRE – Unidade de Internação Recanto das Emas  
VEMSE – Vara de Execução de Medidas Socioeducativas  
VIJ – Vara da Infância e da Juventude

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	7
1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	9
1.3. OBJETIVO GERAL	10
1.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.5. JUSTIFICATIVA	10
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>14</b>
2.1. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA E O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE	14
2.1.1 MARCO REGULATÓRIO	14
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.2.1 CONCEITO	18
2.2.2 ATORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.2.3 CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA	20
2.3. INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA	22
2.4. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	24
<b>3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b>	<b>26</b>
3.1. TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA	26
3.2. DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DO SISTEMA	27
3.2.2 UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	28
3.2.3 SISTEMA NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - SIPIA29	
3.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA	32
3.4. TIPO DE ABORDAGEM	33
3.5. PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS	33
<b>4. RESULTADO E DISCUSSÕES</b>	<b>35</b>
4.1 IMPLEMENTAÇÃO DO SINASE	35
4.1.1 MEDIDA DE INTERNAÇÃO	35
4.1.2 MEDIDA EM SEMILIBERDADE	39
4.1.3 MEDIDA EM MEIO ABERTO	41
4.1.4 NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – NAI	42
4.1.2 IMPLEMENTAÇÃO DO SIPIA	44
4.2 RESULTADOS DO SINASE E DO SISTEMA SIPIA	45
<b>5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>55</b>

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58
ANEXOS .....	61
APÊNDICE.....	67

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente número de discussões e debates entre grupos na sociedade civil, sobre novas alternativas ou reformas dos programas existentes referentes à situação do jovem infrator no país. Um assunto de extrema relevância, na qual se observa a prática de infrações por adolescentes e até por crianças, evidenciando uma precoce entrada destes na criminalidade.

A influência da mídia, como veiculadora de informações e formadora de opiniões trata, vez ou outra, sobre o assunto da criminalidade de forma a prejudicar a imagem dos jovens, assunto este abordado por Varalda (2012, p.7) quando diz que:

[...] A pesquisa do DF demonstrou que as famílias são de baixa escolaridade e de baixa renda monetária, o que redundava em pessoas vivendo em situação de violência. É um ciclo vicioso: o pai e a mãe não estudaram, a figura paterna é ausente, a mãe sai para trabalhar e cuidar dos filhos dos outros, e o adolescente acaba praticando ato infracional [...] Gostaria de pontuar que no máximo 20% dos atos infracionais ocorridos no Brasil são praticados por adolescentes, a grande maioria sendo crimes contra o patrimônio. Ou seja, os crimes veiculados pela mídia, os atos infracionais praticados por adolescente contra a vida ou contra a liberdade sexual são minoria, mas recebem grande amplitude pela mídia, o que dá a falsa imagem de que o adolescente não tem punição.

Isso demonstra apenas uma parte da realidade, na qual os adolescentes são retratados sobre enfoque de "criminosos", levados pelo discurso de que contribuem para aumentar e reforçar sentimentos de medo e de insegurança na sociedade. Como mostra Neto (2013) os

Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição

Nesse sentido, o relatório Situação da Adolescência Brasileira UNICEF (2011) avaliou a condição de vulnerabilidade dos adolescentes de 12 a 17 anos a partir de políticas públicas desenvolvidas no Brasil. Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde que estão nesse relatório: “19,1 adolescentes entre 12 a 17 anos em cada grupo de 100 mil pessoas da mesma faixa etária morreram vítimas de homicídio em 2009. Isso significa dizer que, em média, a cada dia, são assassinados 11 adolescentes no Brasil. Em Brasília, o crescimento é moderado com 26,2% de homicídios por ano se

comparado a Goiânia que apresenta um elevado crescimento de 100,9%” (UNICEF, 2011, p.39). Dados alarmantes que demonstram que morrem muito mais adolescentes vítimas da violência urbana, se comparado ao número de jovens infratores que cometem crime contra a vida.

Se o fenômeno da violência entre jovens, dentro da realidade econômica, política e cultural, ainda é discussão entre setores da sociedade, incluindo alguns grupos no Congresso Nacional que defendem a redução da maioridade penal, o outro lado como o sistema de justiça junto as entidades de direitos humanos, deve se fortalecer e ser capaz de enfrentar a trajetória de décadas de descaso com os adolescentes ditos ainda como “irrecuperáveis”.

Dessa maneira, considerando o número de adolescentes nas unidades socioeducativas nesses últimos anos, é preciso questionar sobre a efetividade da legislação em vigor, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que tem como objetivo aplicar medidas orientadas a acolher o adolescente buscando a ressocialização, na qual a política pública se apoia pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA<sup>1</sup>.

Sobre a situação da política, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012) destaca que a implementação do SINASE caminha em desconformidade ao que é previsto em lei, acarretando inúmeras consequências, pois o não investimento na construção de novos espaços físicos e na capacitação do corpo técnico gera deficiência na prestação dos serviços, logo, não executam de forma eficaz as medidas socioeducativas e por consequência, o jovem volta a praticar infrações, o que gera superlotação nas unidades.

Segundo o mesmo relatório, no Distrito Federal, o antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE) foi avaliado como o caso mais crítico da região Centro-Oeste quanto à superlotação nas unidades de internação e foi considerado um dos piores em âmbito nacional, em que 380 jovens conviviam num espaço destinado a apenas 160 adolescentes. A superlotação e a estrutura física precária tornou o CAJE impróprio inclusive para as atividades básicas, como fazer as refeições, estudar e dormir. Tal situação, além ferir diretamente o artigo 1º do ECA, que trata da Doutrina da Proteção Integral<sup>2</sup>, proporcionava também um ambiente insalubre e vulnerável para toda a equipe de trabalho dentro do sistema. Tal situação vem de encontro ao que também é previsto no ECA, que destaca em seu artigo 123

---

<sup>1</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, pela Lei nº 8.069, de julho de 1990. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes e trata da proteção dos direitos fundamentais à pessoa em desenvolvimento e também regulamenta os órgãos e estabelece procedimentos protetivos.

<sup>2</sup> Doutrina da proteção integral vem afirmada na CF/88 e também no ECA/90 e reconhecidos pela ONU, como a lei que asseguraria a satisfação de todas as necessidades das pessoas de menor idade, nos seus aspectos gerais, incluindo-se os pertinentes à saúde, educação, recreação, profissionalização, etc.



que a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, na qual seja respeitado os critérios de idade, aparência física e gravidade da infração.

## 1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

No Distrito Federal, o retrato da situação dos jovens infratores não é diferente dos demais estados. Com o crescimento da capital e o consequente surgimento de problemas sociais como a violência, já enfrentados em outras regiões do país. Observa-se nas quadras comerciais e residenciais do Plano Piloto, na Rodoviária e, principalmente nas regiões do entorno, a presença de crianças e adolescentes abandonadas, muitas não frequentando a escola e realizando atividades em sua maioria ilícitas, como uso de drogas. Para Santos (2009) tal realidade vem sendo construída num contexto de extrema desigualdade, intensificado pelo modelo neoliberal, e pela peculiaridade da cultura política brasileira.

A atual situação do jovem em conflito com a lei está relacionada com um contexto de vulnerabilidade no meio em que vive, e ao cometer infrações, acabam sendo apontados como um dos principais grupos que geram a criminalidade, quando pelo contrário são os principais vitimados pela violência urbana como ressalta o CNJ em seu relatório. Nesse sentido, ainda que existam infrações cometidas por esse grupo, é preciso saber em que momento encontra-se a política pública responsável pelo atendimento socioeducativo, o SINASE, e se já há possíveis resultados da política no Distrito Federal.

A presente pesquisa analisou a Lei nº12.594/2012, lei que instituiu o SINASE, sobre o tratamento que deve ser dado aos adolescentes que cometem infração, como citado acima. Será diagnosticado quais foram os processos de implementação, e formulação dos primeiros programas e projetos introduzidos no decorrer desta fase, pela atuação da Secretaria de Estado da Criança - SECriança, como a criação, por exemplo, de um Núcleo de Atendimento Integralizado – NAI e a utilização de um sistema de informação, o SIPIA SINASE, de acordo com o estabelecido no art. 88, do ECA, e no art. 4º, da Lei SINASE.

A lei SINASE possui atualmente oito capítulos, na qual em sua legislação pode ser observado algumas características implícitas que guiaram sua elaboração: Princípio da Proteção Integral, Sistema de Garantia de Direitos, Doutrina Socioeducativa e Princípio da Incompletude Institucional, todas estabelecendo uma inter-relação entre gestão e a operacionalização do sistema na rede socioassistencial.

A previsão desses princípios, norteiam a peculiar condição do adolescente estar em desenvolvimento, que considera-o “menor incapaz e penalmente inimputáveis, os indivíduos

que não atingiram os 18 anos” (Art. 288, BRASIL, 1988) , e que por isso serão atendidos por uma legislação especial, ou seja, diante do ECA, o adolescente deve passar pelo devido processo legal quando acusado de prática de ato infracional, respeitado sua posição de sujeito de direitos, mas responsabilizando-o e dando tratamento adequado.

Assim sendo, considerando o que foi descrito anteriormente, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: Em que fase de implementação se encontra a política pública SINASE, a partir dos processos de criação de programas de melhoria no atendimento socioeducativo, como possíveis instrumentos incrementais nos resultados de ressocialização dos adolescentes?

### 1.3 OBJETIVO GERAL

Neste trabalho, o objetivo geral é entender no Distrito Federal como está sendo feita a gestão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) a partir de sua fase de implementação, destacando a interação dos atores envolvidos.

### 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de cumprir o objetivo geral, e complementar a ele, tem-se como objetivos específicos:

- Verificar a fase da implementação da Lei do SINASE, no âmbito do Distrito Federal, para entender as linhas de ações prioritárias.
- Compreender o papel do Núcleo de Atendimento Inicial – NAI no DF;
- Apontar qual a situação atual dos serviços prestados no atendimento as medidas socioeducativas;
- Destacar como se deu a implementação do sistema SIPIA SINASE;
- Identificar as percepções dos agentes e servidores públicos que trabalham dentro do sistema, e destacar quais as dificuldades encontradas por eles nas unidades.

### 1.5 JUSTIFICATIVA

Antes de mais nada, é preciso conhecer o perfil do adolescente infrator, para compreender em que situação esses jovens chegam nas unidades, e de que maneira os serviços

oferecidos pela política pública, poderiam ajudá-los na ressocialização. Por isso, a partir da pesquisa feita pelo CNJ (2012), levantou-se alguns dados relevantes da situação dos jovens infratores em todo o país. Constatou-se que a idade média de adolescentes entrevistados é de 16,7 anos, representando 47,5% do total. Com relação a escolarização dos jovens antes da internação, 57% dos jovens disseram não frequentar a escola antes de ingressar na unidade. Quanto ao nível escolar, a última série cursada por 86% dos adolescentes era o ensino fundamental, ou seja, não concluíram o ensino básico. Na questão familiar, 14% dos jovens possuem filhos, já com relação a criação, 43% foram criados apenas pela mãe, 4% pelo pai com mãe ausente, 38% foram criados por ambos e 17% pelos avós. E em relação aos entorpecentes, nesta pesquisa constatou-se que o uso de drogas é de uso comum entre os adolescentes infratores, na qual 75% faziam uso de drogas ilícitas.

Sobre a apuração dos atos infracionais, a pesquisa revela que a maioria foram crimes contra o patrimônio (roubo, furto, entre outros). O tráfico de drogas se destaca nas regiões Sudeste e Sul, sendo este o segundo ato infracional mais praticado. Estupro, furto, lesão corporal e roubo seguido de morte apresentam-se em menores proporções (CNJ, 2012).

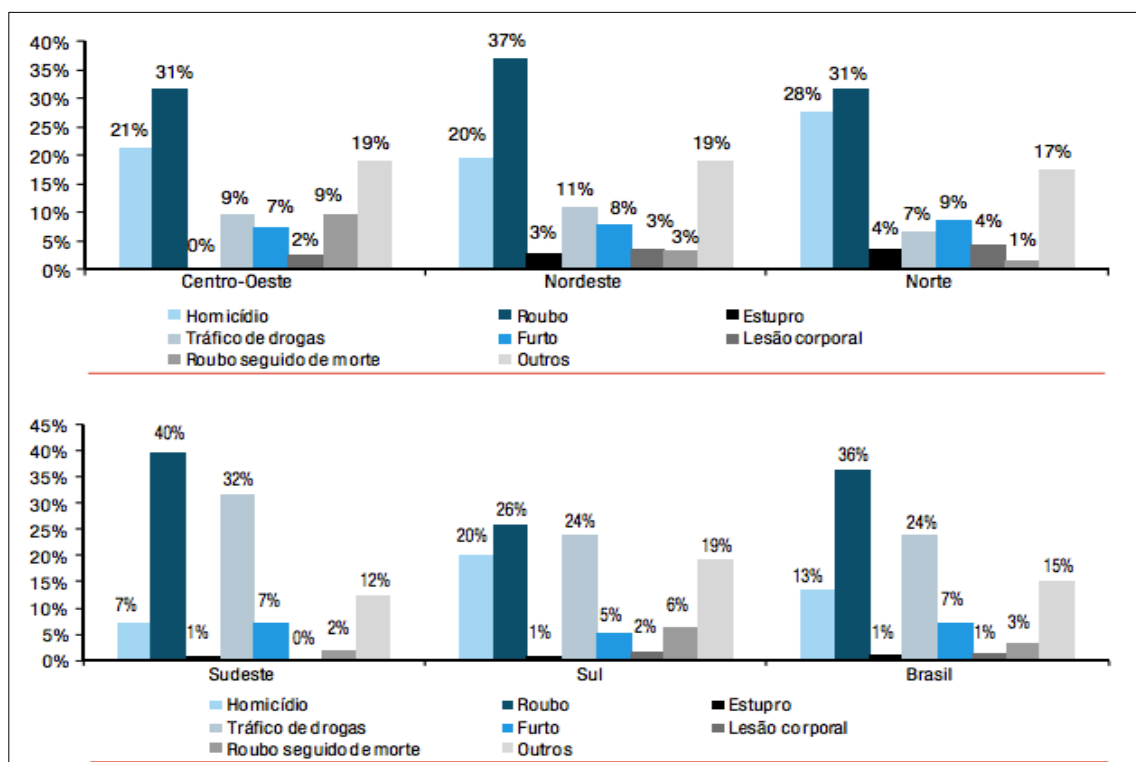


FIGURA 1 - GRÁFICO DO PERCENTUAL DE CRIMES POR ESPÉCIE COMETIDOS PELOS JOVENS INFRATORES  
FONTE: CMF/CNJ. ELABORAÇÃO DPJ, 2012

Exposto a tipificação dos atos infracionais, uma das questões neste trabalho é provocar reflexões sobre o assunto criminalidade, em que a sociedade tende a pensar que o adolescente é um dos principais motivadores da violência nas ruas, e se utilizam do argumento da redução

da maioria penal como forma de solucionar o problema, o que vai totalmente contra as leis dispostas no ECA. Como salienta Varalda (2012, p.8):

A medida socioeducativa tem um aspecto positivo, sim. A internação é reclusão, é restrição de liberdade. Se a sociedade almeja a redução da idade penal, se o viés político hoje por uma saída alternativa é o aumento da internação, eu acredito que isso é apenas uma medida paliativa, porque, aumentando o período de internação, a liberdade do adolescente vai continuar restrita, e apenas aumentar o período de internação não causará mudança significativa na vida do jovem. Então, como Coordenador da Comissão Permanente da Infância e Juventude. Venho, em nome dos promotores que integram a Comissão, defender a permanência do Estatuto da Criança e do Adolescente e fazer um clamor para que a mídia passe a divulgar que o Estatuto prevê punição, que o que falta realmente é sua implementação.

Ou seja, a política pública SINASE prevista no ECA pode ser um caminho alternativo e positivo visto a longo prazo, principalmente diante do desenvolvimento histórico de conquistas por direitos à criança e ao adolescente, pois atenderia a necessidade das demandas sociais por um espaço mais seguro e ao mesmo tempo trazendo políticas que deem um tratamento especial aos jovens infratores, que desamparados pela família e pelo Estado, vivem as contradições sociais, econômicas e políticas.

Para o Estado atuar sobre esse grupo vulnerável é necessária a assistência adequada de inclusão social aos jovens, tanto com políticas de promoção dos direitos, que disponibilizam programas de educação, de incentivo à cultura e ao esporte com bolsas estudantis, como também, a inserção do jovem no mercado de trabalho, promovendo cursos técnicos e os programas desenvolvidos pelo governo. Ao mesmo tempo, há existência de políticas públicas destinadas à defesa e assistência dos que cometem infrações.

O avanço nas leis de proteção dos jovens trouxe ao Brasil uma postura de mudanças no plano jurídico no que tange o assunto desse trabalho, tal mudança se verifica no ECA, cujos artigos trazem recomendações ao tratamento dos adolescentes que cometem crimes:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;

Segundo o relatório do CNMP (2013), para a adequada aplicação de medidas socioeducativas, o que se observa de modo geral, é que ainda faltam vagas nas unidades de internação em todas as regiões brasileiras. Em Brasília, o antigo CAJE apresentava além da

superlotação, um histórico de rebeliões e insalubridade, o que fez o CNJ na época, recomendar o fechamento da unidade.

Exposto tais questões, a presente pesquisa faz-se relevante por entender como está se avançando a política de atendimento socioeducativo no DF, buscando entender até que ponto uma entidade representativa como a SECriança, pode contribuir para fortalecer o atendimento de seu público-alvo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA E O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE

#### 2.1.1 MARCO REGULATÓRIO

O primeiro instrumento internacional orientado aos direitos da criança e do adolescente foi a Declaração de Genebra em 1924, ao entender que era preciso garantir uma proteção especial à esse grupo mais fragilizado. Somente após ao final da II Guerra Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 1946, conseguiu consolidar as intenções desse projeto de garantia de proteção e a materializou para o mundo (SARAIVA, 2009).

As normas difundidas por instrumentos internacionais de Direitos Humanos que tinham Os instrumentos internacionais de direitos humanos que tinham antes caráter mais geral, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, delimitaram de modo mais específico, uma atenção especial às crianças que se encontravam submetidas a processos judiciais (SARAIVA, 2009). Contudo, foi na Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, adotada pela ONU, que ampliou-se o teor das leis com a inclusão de tratamentos particularizados aos adolescentes infratores. A seguir, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, surgiram novos olhares e posturas mais humanizadas de tratamento e proteção aos menores, contribuindo para fortalecer as leis que posteriormente constituiriam o ECA de 1990.

Convenção sobre os Direitos da Criança trouxe a visão de que os jovens fazem parte da sociedade e devem ser, respeitado suas diferenças de sexo, origem nacional, étnica ou social, classe econômica, deficiências físicas ou qualquer outra condição da criança ou de seus pais, na qual tais condições particulares de delitos que apurem contra as leis penais devam ser cumpridas adequadamente em atenção especial. Em seu art.40 expressa que:

Os Estados Partes reconhecem o direito de toda criança a quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais de ser tratada de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor e a fortalecer o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade (BRASIL, 1990).

No Brasil, a primeira legislação a respeito dos tratamentos dados às crianças e aos adolescentes, principalmente ao amparo de quem cometia delitos, iniciou sua regulamentação no Código de Menores<sup>3</sup>, em 1927. Na qual, o Estado assumia a responsabilidade legal pela tutela da criança abandonada ou órfã e aquelas que por ventura estivessem desamparadas todas receberam orientações e incentivos a trabalhar.

No entanto, o Código de Menores, com o passar dos anos, se tornou insuficiente para a nova realidade, na qual jovens abandonados e infratores eram, sem nenhuma distinção, apreendidos nas ruas e levados às casas de abrigos. Em 1940, paralelo a essa realidade, surge o Código Penal Brasileiro, que estabelece imputação penal aos 18 anos. Um ano após a regulamentação da maioridade penal, em 1941 é criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o qual envolvia reformatórios repressores e estavam pautados na correção meramente punitiva dos internos. Mas, embora existissem irregularidades e tratamentos inadequados aos jovens naquela época, o SAM teve sua importância institucional e política, pois foi tida como a primeira política pública estruturada para a infância e adolescência no Brasil (SARAIVA, 2003).

Com o golpe militar em 1964, paralisou-se o progresso das leis de proteção aos direitos humanos. Segundo Silva e Guerresi (2003), tem-se sua retomada somente no início dos anos 80 com a extinção do SAM e a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), instituídas em cada estado federativo, com o objetivo de trazer a atenção e atendimento mais adequado ao menor. Com o passar dos anos, surgiram problemas de má gestão e pedidos de investigações por parte do MP, a fim de se instaurar inquéritos para analisar a situação dos menores nessas casas de abrigo. Um dos documentos foi o relatório CPI FEBEM/SP<sup>4</sup> que relata as péssimas condições que viviam os menores, e inclusive era destacado a cultura repressiva e corretiva empregadas situações análogas aos presídios.

Ainda na década de 70 algumas instituições não governamentais e organismos de cunho religioso, iniciaram tratamentos humanizados aos jovens infratores. Estes projetos sociais estavam associados aos crescentes problemas enfrentados na sociedade, na qual o Estado por não ser eficaz, permitiu aumento da violência, do analfabetismo e da exploração sexual infantil. Tais problemas resultaram em manifestações e pressões populares junto aos

---

<sup>3</sup>SENADO FEDERAL. Código de Menores - Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927, 2ª ed., Brasília, Senado, 1984.

<sup>4</sup>Relatório final da comissão parlamentar de inquérito constituída na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com a finalidade de apurar fugas diárias nas unidades dos complexos imigrantes e Tatuapé, irregularidades administrativas na contratação de funcionários e a prática ilegal da medicina dentro da Febem. [http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi\\_febem\\_relatorio\\_final.htm](http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_febem_relatorio_final.htm)

órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trouxeram novas soluções de políticas em defesa dos direitos da criança e do adolescente e de outros excluídos.

A regulamentação começa a tomar forma juntamente com o processo de redemocratização, quando promulgada a Constituição Federal de 1988 (CF/88), denominada de Constituição Cidadã, que traz consigo inúmeros avanços em termos de direitos aos adolescentes e a outros grupos excluídos, como idosos, pessoas com deficiência, etc. Por isso não se questiona a postura do Estado brasileiro em reconhecer a criança e adolescente como pessoas especiais em desenvolvimento, assim como se destaca na CF/88 ao aplicar a Doutrina da Proteção Integral no seu artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Nesse contexto surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um novo instrumento institucional, onde extinguiu a FUNABEM e criou a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA), com objetivo de promover e reestruturar a organização nacional, estadual e municipal dos Conselhos de Direitos e Tutelares. Assim, a legislação atual da CF juntamente com o ECA dão reforços legais para a construção da política pública que veria a ser o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O SINASE começou a ser formulado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, órgão colegiado de caráter deliberativo, que faz parte da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), sendo esta a gestora da política pública em questão no âmbito nacional.

O início das propostas do SINASE foi estabelecido entre CONANDA e a SDH/PR, na qual se estabeleceram os primeiros princípios e diretrizes do sistema, que ganharam adesão de alguns estados na época. Após ser apreciado, discutido e aprofundado pelos entes do congresso nacional e por representantes da sociedade, o projeto foi aprovado, instituindo a, Lei do SINASE. O Governo Federal iniciou divulgação da lei, coordenando e mobilizando junto ao CONANDA, os Fóruns para elaboração do Plano Nacional Decenal do SINASE, no qual os Ministérios realizaram reuniões para pactuar o papel de cada pasta.

Para que houvesse uma integralização de dados sobre as crianças e adolescentes, entre os Estados e Municípios dentro da administração nacional, surgiu o sistema SIPIA. A sua



história começou, segundo relatório<sup>5</sup> TCU (2005), antes mesmo da aprovação da Lei do SINASE, em 1992 pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, que inicialmente aplicou testes de implementação afim de acolher dados dos Conselhos Tutelares, Varas da Infância e da Juventude, além das atividades de adoção, entre outros. Mas o sistema ganhou força somente a partir da articulação do CONANDA aos estados e municípios para “a efetiva implementação do SIPIA” na Resolução nº 50/1996.

Segundo TCU (2005) em 1997, o antigo Departamento da Criança e do Adolescente – DCA agora como Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SDH, na época assinou, com o Colégio de Corregedores Gerais das Justiças Estaduais, um termo de cooperação com o objetivo de desenvolver o SIPIA, em módulos, assim destacados em:

SIPIA I – módulo utilizado pelos conselhos tutelares com o objetivo de apoiar a promoção e a defesa contra violação dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente;

- SIPIA II, também conhecido como InfoInfra – módulo utilizado pelas varas de infância e juventude com o objetivo de registro e controle das infrações à lei praticadas por adolescente e, também, a execução das possíveis medidas aplicadas;

- SIPIA III, também conhecido como InfoAdote – módulo utilizado pelas varas de infância e juventude com objetivo de apoiar a colocação familiar, na forma de adoção, seja por pretendente nacional ou estrangeiro;

- SIPIA IV – módulo que permite o acompanhamento da implantação dos conselhos de direitos e conselhos tutelares.

A versão dos módulos II e III (InfoInfra e InfoAdote) foi criada pela Agência de Tecnologia da Informação do Estado de Pernambuco – ATI, desde 1999, na qual ficaram responsáveis pelos módulos, até 2005, quando o Governo Federal compra o sistema e entrega a gestão para SDH desenvolver-la em âmbito nacional.

Naquele momento o sistema SIPIA começa a tomar forma de maneira mais efetiva, apoiadas pelas legislações do ECA e aprimorados por universidades e entidades não governamentais, para que se constituísse num processo de apoio aos estados e municípios e DF. Em 2010, a versão Web do módulo InfoInfra, ou SIPIA II, se transformou no atual SIPIA SINASE, na qual foi feito uma migração da base de dados dos Estados que utilizavam o antigo sistema de informação para plataforma atual.

A partir da aprovação da lei do SINASE em 2012, o SIPIA se torna parte do sistema de informação da execução de medidas socioeducativas, desde o momento da apuração até a

---

<sup>5</sup> TCU. Relatório de Auditoria, Acórdão nº 304/2004-Plenário, com o objetivo de avaliar os aspectos de segurança e funcionalidade do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, 2005.

execução nas unidades socioeducativas, e para tanto sua concepção seguiu a orientação da CF/88 e do ECA, e também por apoios internacionais como a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança.

O SINASE dessa forma, se torna instrumento importante nos objetivos, regras e padrões que delimitam todas as instituições e profissionais que atuam nesta área, e além da pactuação no desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, delimitadas pelas medidas socioeducativas de Meio Aberto, Semiliberdade e Internação (CONANDA, 2006).

Tendo em vista os fatos históricos, o progresso das leis e todas as outras questões que envolvem esse assunto, de modo cronológico, a criança e o adolescente começaram a ser de alguma forma protegidos no Brasil, muito recentemente.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

### 2.2.1 CONCEITO

Segundo Souza (2007), as políticas públicas precisam ser capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover inclusão social de grande parte de sua população, a autora entende que as políticas públicas são as ações que permitem distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública abarca vários atores e níveis de decisão, ainda que sua execução se dê através dos governos, ela não se restringe somente a eles, ou seja, os informais são também importantes, como a sociedade civil. Para a autora, a política pública é abrangente e não se limita somente a leis e regras, é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados, embora suas aplicações sejam pontuais, é uma política de longo prazo, que deve ser constantemente monitorada e avaliada.

Para Dias e Matos (2012), políticas públicas seriam soluções específicas que envolvem diretamente os assuntos políticos. Por um lado a política deve ser entendida como um conjunto de atividades que conciliem os diferentes interesses; no outro, o uso do poder político deve ser proporcional ao grau de importância que gere o bem-estar e a sobrevivência de toda comunidade. Em outras palavras, é um conjunto de procedimentos ou ações que tem a

influência do poder, e nela passam por uma “arena de poder”<sup>6</sup>, interesses na qual os atores negociam atividades que beneficiarão a sociedade.

Na fase de criação das políticas é preciso observar as necessidades dos beneficiários, e fazer uma interlocução cada vez mais estreita entre quem formula e quem recebe a política pública e irá implementá-la. Nesse sentido, há um questionamento sobre o interesse da sociedade em conhecer as políticas que as cercam, a própria sociedade, deve participar efetivamente das melhorias a serem feitas na aplicação das medidas socioeducativas. Para Dias e Matos (2012) a participação da comunidade em assuntos que lhe dizem respeito é uma parte essencial do desenvolvimento humano como um todo.

A “arena de poder” que inclui também a sociedade civil, mostra sua importância quando são capazes de diminuir o distanciamento entre Estado, governo e sociedade. Essa fase leva consigo o interesse do grupo, pois nela serão beneficiados diretamente e a importância de participar fica mais evidente. Entretanto, existem alguns problemas com relação ao processo de formulação, como expressa Santos (2009, p. 202-203):

Nem todos os grupos têm acesso semelhante ao processo de formulação, em função sobretudo da qualidade e quantidade dos recursos à disposição dos mesmos (Christiansen e Dowding 1994: 15)<sup>7</sup>. Além dos recursos financeiros, de organização e de informação, um outro recurso ocupa um lugar central, a saber, a legitimidade. Um grupo deve credenciar-se como legítimo para que possa ganhar acesso ao processo de formulação.

Por isso neste trabalho será observado a setorialidade da política SINASE, com os resultados das interações de outros programas e serviços monitorados dentro do sistema SIPIA, será possível abranger outros setores envolvidos nesta política pública. Não será analisada toda e qualquer interação, somente aquelas que fizerem parte dos objetivos específicos já mencionados anteriormente.

## 2.2.2 ATORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde a formulação por atores políticos (os vários grupos de interesse que abrangem a arena de poder) até a implementação e execução pelos agentes públicos (os funcionários ou servidores públicos que compõem a burocracia estatal). Os atores relevantes, do governo ou de fora dele, possuem capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os

<sup>6</sup> De acordo com a tipologia clássica de Theodore J. Lowi, também chamada de "Tipologia de Lowi" ou teoria das Arenas de Poder, cada tipo de política pública define um tipo específico de relação (ou discussão) política, ou seja, uma arena.

<sup>7</sup> Christiansen e Dowding (1994) apud Santos(2009)

resultados da política pública. A problematização, o processo político de um problema e a produção de políticas públicas, e não são mais assuntos exclusivo de uma hierarquia governamental e administrativa, pois elas se encontram em redes, nas quais estão envolvidas nessas organizações tanto o público quanto o privado (SCHNEIDER, 2005).

Ainda com Schneider, o desenho institucional que incluiria os atores da política pública seria, em sua concepção, da seguinte maneira: a democracia representativa garante de forma eletiva os ocupantes do Executivo e do Legislativo, estes integram o Governo, já a gestão dos funcionários públicos, são definidas por lei, regimentada pelo Estado para empregarem seus conhecimentos técnicos para planejar, executar e monitorar um conjunto de ações estatais visando atender aos direitos dos cidadãos.

Ainda na composição dos atores governamentais, caberia destacar outros órgãos como o Judiciário, integrantes do processo de fiscalização e das atividades do Executivo que se orientam na construção de novas políticas públicas ou até mesmo dão novos rumos as políticas já existentes. Já para os atores não governamentais, como por exemplo o setor privado, estes se utilizam de diversos meios para influenciar no processo de políticas públicas, com as campanhas publicitárias, o lobby, o financiamento de campanhas eleitorais e até em marchas ou movimentos sociais podem ser a elas atribuídas (ARAGÃO, 1996). Ainda neste grupo, existem também as organizações do terceiro setor<sup>8</sup>, que articulam suas intenções na defesa, principalmente, dos interesses de grupos minoritários que não possuem força e poder para reivindicarem seus direitos ou então grupos excluídos das políticas e desassistidos pelo Estado.

Outro grupo relevante também é a mídia, principalmente nas democracias atuais, pois se utilizam da tecnologia para gerar informações com cada vez mais rapidez. Ela, inclusive pode desempenhar a função de controlar a esfera política e a atuação do poder público, influenciando a opinião da sociedade ao ignorar ou dar destaque a certos problemas públicos. Por fim, na análise a sociedade civil, que constitui um grupo importante na construção da política pública, pois é também o grupo que será diretamente atingido como possível destinatário.

### 2.2.3 CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

---

<sup>8</sup> Fazem parte do terceiro setor, as ONGs (Organizações Não Governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), são fundações, associações, instituições envolvidas com obras de filantropia. O terceiro setor é mantido com iniciativas privadas e até mesmo incentivos do Governo, com repasse de verbas públicas, e têm como objetivo principal melhorar qualidade de vida dos necessitados, sejam ele crianças, adultos, animais, meio ambiente, e etc.

Segundo Dias e Matos (2012) existem diversos modelos de ciclos de políticas públicas. Para eles, as principais fases em um ciclo são as seguintes: identificação de um problema, formulação de possíveis soluções, tomada de decisão, implementação e avaliação. Já Souza (2007) entende que o ciclo da política pública possui seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Para autora, a definição de agenda vem em primeiro momento e, abre as portas para alguns questionamentos sobre porque algumas se destacam e entram na agenda política, e outras são ignoradas.

Para Souza (2007), o foco pode estar nos problemas, ou seja, problemas entram na agenda quando algo deve ser feito para corrigir. Pode focalizar na política propriamente dita, quando dela se constrói uma consciência coletiva sobre os aspectos da necessidade, um dos caminhos é via processo eleitoral, através de partidos e suas ideologias. Para a autora, a fase de construção de alternativas é o período da formulação da política pública, ao passo que isso acontece, chega o momento da pactuação entre os atores na qual deve haver equilíbrio entre os objetivos e os métodos para o enfrentamento do problema.

A fase de implementação é posterior à tomada de decisão e é nesse momento em que são produzidos os resultados concretos da política pública. Nessa fase, são exigidos os regulamentos, as normas, e os processos de atividades que transformam os planos em ações. Porém, a partir do momento que a política pública está sendo implementada, não se tem a certeza de sua efetividade na sociedade. Como salienta Secchi (2010, p.45) sobre a importância de uma efetiva implementação

São muitos os exemplos brasileiros de "leis que não pegam", "programas que não vingam", ou projetos de solução a problemas públicos que acabam sendo totalmente desvirtuados no momento da implementação. A importância de estudar a fase de implementação está na possibilidade de visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer nessa fase do processo nas diversas áreas de política pública (saúde, educação, habitação, saneamento, políticas de gestão etc.)

De fato, esta fase deve ser bem executada, deve haver planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para que entrem em acordo com os objetivos a serem cumpridos, e que seja incorporado as possíveis dificuldades locais visando evitar os “desvios de rota”. Para isso, a legislação da

política pública deve oferecer objetivos claros e consistentes e que os implementadores possuam competência e capacidade para executar e atingir os objetivos.

Na implementação de políticas públicas, segundo D'ascenzi e Lima (2013), destacam-se dois enfoques: o modelo *top-down* e o *bottom-up*. A primeira perspectiva baseia-se na política pública vista como uma sequência de etapas em que as decisões são tomadas pelos cargos dirigentes, ou seja, autoridades que possuem o maior controle dos processos. Nesse caso, há uma clara distinção entre os tomadores de decisão e os operacionalizadores. Já o segundo modelo enfatiza a discricionariedade dos implementadores, ou seja, são atores que detêm conhecimento das situações locais e podem adaptar o plano a elas, e tais ajustes podem ser possíveis fontes de inovação, dependente, no entanto, das capacidades do Estado.

Assim, inseridas na análise os vícios cometidos na implementação, associadas com problemas específicos do ambiente local, é possível perceber que cada região possui suas características sociais e econômicas distintas. Nesse caso, o que deve ser considerado, é a capacidade institucional dos agentes implementadores conviverem com os conflitos políticos, envolvendo os grupos ou setores da política, em muitos casos, setores da própria máquina administrativa (SILVA e MELO, 2000).

A última fase do ciclo da política é a avaliação, segundo Silva e Melo (2000) nesse momento são analisadas todas as fases anteriores, e utiliza-se o incrementalismo como forma de promover alterações ou mudanças pontuais que refletirá no desenvolvimento dos resultados. É nesta fase que são mensurados e analisados os efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas. Pode-se observar que as políticas públicas estão em constante mudança e transformação, pois os efeitos produzidos serão constantemente revisados. Há de se levar em conta as mudanças nos atores, nas oportunidades, na arena política e nas negociações, de forma a sistematizar os processos e melhorá-los.

## 2.3 INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA

A política pública possui intersectorialidade, Pereira (2004) identifica três características centrais, ela é multidisciplinar porque abrange temas e questões tratadas por outras disciplinas científicas, possui sentido intervencionista em diversos setores pois não se limita em somente conhecer seu objeto de estudo, mas procura interferir nele e modificá-lo e, ao passo que é normativa porque não existiria a separação de fins e os meios, bem como

valores e técnicas, no estudo das ações dos governos que geram ao final pactuações entre órgãos públicos.

Para que seja problematizada neste trabalho a questão da intersetorialidade na política pública SINASE, foi analisado o texto da Constituição Federal, buscando apreender diretrizes e/ou indicativos de gestão intersetorial na política pública, que comprovem a intenção da importância deste assunto. Nesse sentido, é possível verificar no Art. 194, que a seguridade social é compreendida por várias ações integralizadas de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, na qual se destina assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, ou seja, diversos setores relacionam-se ao mesmo artigo.

No Art. 211, trata-se da educação que compete aos três níveis do governo assim como os direitos da criança e do adolescente, no Art. 227 na qual o Estado deve promover programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, além de sua educação, e por fim nota-se no Art. 241, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos (BRASIL, 1988).

O texto constitucional permite identificar que a gestão intersetorial demanda integrações de políticas de diferentes naturezas de caráter político, econômico e social, com a participação de diversos atores, na qual podem divergir entre os interesses. Segundo Pereira (2004), a relação vertical em diferentes níveis da gestão pública seja Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, possui um conteúdo diversificado e as vezes conflitante na concepção das relações entre Estado e sociedade, pois a gestão e negociação das políticas públicas para práticas intersetoriais contém a diversidade de valores somados, muitas vezes, a questões de religião, de clientelismo, de grupos corporativos, de mercado, dentre outros que compromete a aplicação do direito “universal” à sociedade que dispõem a CF/88.

A autora entende que a intersetorialidade propõe diretrizes centralizadas e descentralizadas em várias políticas públicas, existem vários entraves na sua operacionalização porque existem desenhos jurídicos e administrativos distintos, e isso acontece nos três níveis de governo (ex. Ministérios e Secretarias). Também afirma que a criação de setores, veio justamente para facilitar a gestão das diversas demandas que possui complexidades diferentes. Nesse sentido, pode-se observar a incompletude institucional, que segundo Fabianovicz e Scholz (2013, p. 233):

O princípio da incompletude institucional implica que todas as políticas de garantias de direitos sejam executadas em um sistema integrado, com objetivos em comum, mobilizando o máximo de recursos disponíveis na comunidade a fim de facilitar a reinserção social do adolescente ao sair do sistema socioeducativo. As necessidades de atendimento dos adolescentes somente podem ser contempladas adequadamente por meio da articulação entre políticas de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e justiça.

## 2.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas (SIPIA) pode ser considerado um Sistema de Informação (SI), este muito utilizado em instituições privadas, e que foi sendo adotado ao longo da Reforma Gerencial<sup>9</sup> do Estado brasileiro, um sistema que processa e organiza dados e transforma-os em informações que são utilizadas na estrutura decisória do órgão ou da empresa. O SI torna disponível para a administração, informações essenciais com maior suporte para as funções de planejamento, controle e operação da organização, e que sejam executadas com mais eficiência, fornecendo informações sobre ações anteriores, o desenvolvimento das atividades recentes e podendo dar subsídios para projeções a partir das informações levantadas pelo sistema (BEAL, 2004).

Assim como salienta Bresser Pereira (1998, p. 303):

Os avanços da tecnologia da informação estão produzindo profundos impactos na administração pública. A Reforma Gerencial pretende que a tecnologia da informação possa oferecer aos dirigentes públicos mais informações e de melhor qualidade, como o apoio as suas decisões [...], a política de informatização no âmbito da administração federal está voltada para: viabilizar, a partir dos recursos tecnológicos já disponíveis, uma infraestrutura física e de serviços que integre e intercomunique as redes locais dos diferentes órgãos e entidades, assegurando padrões mínimos de atualização e compatibilidade.

A informação faz parte do desenvolvimento de qualquer organização e passou a ser fundamental na tomada de decisões. A partir da informação adquirida, desenvolve-se o conhecimento e isso melhora a visão sobre a realidade, e esta não como uma visão unilateral mas sim, como algo mais abrangente, que se aperfeiçoa e se acumula ao longo do tempo. Pela

---

<sup>9</sup>A Reforma Gerencial do Estado de 1995 foi proposta pelo então ministro Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso, onde trouxe mudanças nos paradigmas da Administração Pública brasileira, com a inserção de conceitos e técnicas gerenciais, rompendo com o modelo burocrático e patrimonialista. Estas mudanças atingiram, também, o controle externo exercido sobre os gastos públicos. A nova Gestão Pública passou a ser direcionada também pelo princípio da eficiência, com ênfase nos meios e processos para os resultados.



lógica, a informação gera o conhecimento e pode ser transformada e gerenciada em um sistema ou um conjunto de processos ordenados e organizados (BEAL, 2004).

De acordo com alguns autores como Cassarro (1993) os sistemas de informação, além de dar suporte à tomada de decisão, podem auxiliar os gestores e todos os funcionários, a analisar conjuntamente, tendo uma completude do conhecimento para possíveis resoluções de problemas, e até mesmo criar novas situações em que darão a instituição novos ganhos.

Para Jannuzzi (2011, p.265):

Monitoramento e avaliação são processos analíticos organicamente articulados, que se complementam no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público de informações mais sintéticas e tempestivas sobre a operação do programa - resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento - e mais analíticas sobre o funcionamento deste, levantadas nas pesquisas de avaliação.

### **3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA**

#### **3.1. TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA**

Ao delimitar o tema do trabalho, deve-se escolher entre realizar uma pesquisa quantitativa ou qualitativa. Segundo Godoy (1995), as pesquisas qualitativas têm caráter exploratório, ou seja, não se apegam aos resultados numéricos, mas sim uma análise mais aprofundada, por exemplo, sobre um grupo social ou uma organização. E nesse ponto, optou-se por utilizar esse tipo de pesquisa, para a obtenção de dados descritivos sobre o objeto de estudo.

Para Gil (2011), existem duas classificações quanto à finalidade da pesquisa: uma delas seria a pesquisa pura na qual decorre particularmente pela busca do progresso da ciência, de algo pouco conhecido ou até desconhecido, tendo em vista a construção de novas teorias e leis; e a outra seria pesquisa aplicada, que antes de mais nada teve sua origem na pesquisa pura, ou seja, enquanto uma tem a intenção de aplicar seu conhecimento dentro de uma realidade, a outra permanece no mundo das ideias e das descobertas teóricas.

Além da finalidade da pesquisa, o autor distingue a pesquisa em grupos de estudo, podendo ser exploratória, descritiva ou explicativa. A exploratória aborda uma visão geral porém com resultados aproximados acerca do assunto tratado, seria a busca de algo que ainda é novo e pouco entendido pela ciência; já o descritivo é o estudo das características de uma população ou espaço amostral mais delimitado, atribuídos pela idade, sexo, nível de escolaridade, nível de renda, entre outros; e por último a pesquisa explicativa que tem a preocupação de identificar os fatores que geram ou que colaboram para a ocorrência de determinados fenômenos sociais. Este é o mais aprofundado, pois busca conhecer mais a razão das coisas, entender a realidade a partir das respostas levantadas da pesquisa, ou seja, tenta explicar os motivos que justificam determinadas ações de um grupo ou indivíduo.

Esse trabalho teve a intenção de ser uma pesquisa aplicada, na qual a partir dos conceitos de políticas públicas e a apresentação dos atores que dela fazem parte, o objetivo se pautou na avaliação do sistema que integra toda a política pública em questão. Além disso, foi realizada uma pesquisa descritiva, pois o objetivo foi desmistificar as características do grupo, determinar a natureza dessa relação, e nesse caso, esta pesquisa se aproxima da explicativa, que também será objetivo, pois proporcionará a visão de causa e efeito do problema. Os dados são secundários, pois buscou-se as fontes bibliográficas, de produções científicas e relatórios governamentais que versem sobre o tema, além de dados primários com entrevistas aos atores envolvidos.

## 3.2 DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DO SISTEMA

### 3.2.1 INTERSETORIALIDADE DO SINASE

A partir das diretrizes das ações do sistema, as entidades ou programas que executam o atendimento socioeducativo devem formular uma Projeto Político Pedagógica (PPP), que servirá como uma ferramenta importante para organização do trabalho, onde deve assegurar que todos órgãos executores cumpram com as novas práticas. O projeto pedagógico deverá conter minimamente:

“Objetivos, Público alvo, capacidade, fundamentos teóricos- metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação de domínio de toda a equipe. Este projeto será orientador na elaboração dos demais documentos institucionais (regimento interno, normas disciplinares, plano individual de atendimento). Sua efetiva e consequente operacionalização estará condicionada à elaboração do planejamento das ações (mensal, semestral, anual) e consequente monitoramento e avaliação (de processo, impacto e resultado), a ser desenvolvido de modo compartilhado (equipe institucional, adolescentes e famílias)” (CONANDA, 2006, p.47)

E não é somente os profissionais das instituições ou programas de atendimento que estarão comprometidos com a PPP. Considerando a intersetorialidade, os diversos serviços como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros, também mantêm interface com o SINASE, dando as condições para a realização do desenvolvimento integral do adolescente, consideração suas potencialidades, suas particularidades, suas capacidades de interação e suas limitações.

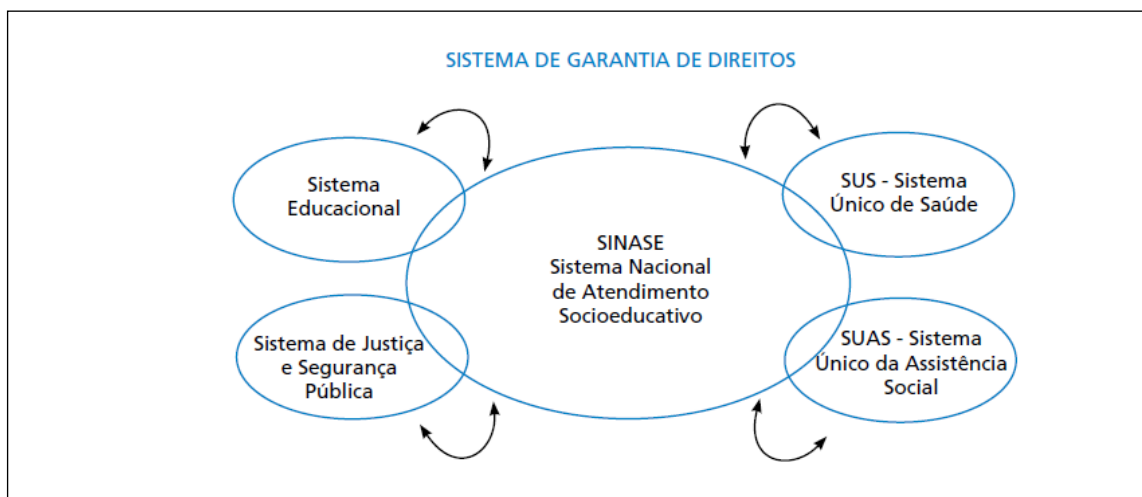


FIGURA 2 - INTERSETORIALIDADE NO SINASE PELO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS FONTE: CONANDA, 2006

O SINASE atribui a participação efetiva das políticas públicas setoriais, com funções específicas para os ministérios e para as secretarias estaduais e municipais responsáveis pelas áreas de Educação, Segurança Pública, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Cultura e Esporte. Dessa maneira, é importante a existência de interlocutores intersetoriais no âmbito Federal, Estadual, Municipal e DF para garantir a articulação dessas políticas.

### 3.2.2 UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Desde 2010, a Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal - SECriança é responsável pelas medidas socioeducativas. Dentre suas estruturas físicas, possuem uma Unidade de Atendimento Inicial (UAI) que atende provisoriamente os jovens infratores, tanto para o primeiro cadastro no sistema quanto para os reincidentes, e as outras três unidades de internação que são: Unidade de Internação de Planaltina (UIP); Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE); e Unidade de Internação de São Sebastião (UISS).

A UAI<sup>10</sup> está localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Brasília - DF e está em funcionamento desde fevereiro de 2013, com capacidade para receber 28 adolescentes ao dia do sexo masculino e feminino. A UIPP, Unidade do Plano Piloto (antigo CAJE), estava localizada na Asa Norte, com capacidade de 165 adolescentes do sexo masculino, mas foi demolida em março deste ano.

A UIP<sup>11</sup> está situada na região administrativa de Planaltina, tem capacidade para acolher 80 adolescentes somente do sexo masculino e tem recebido uma demanda maior de sua capacidade. A UNIRE fica em Recanto das Emas, atende adolescentes de ambos os sexos, possui capacidade de 144 internos, mas também possui superlotação. Por fim, a UISS está localizada em São Sebastião, atende apenas adolescentes do sexo masculino em regime de internação provisória e possui 120 vagas.

Segundo Schneider (2005) os atores governamentais no processo de implementação de políticas públicas são representantes de interesses da coletividade, possuem autoridade e legitimidade para tomar decisões. Nesse sentido, constituídos de poder, o Governo e o aparelho burocrático além do corpo jurídico, fizeram várias implementações no decorrer de sua gestão nesses últimos anos.

---

<sup>10</sup> Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal- Internação, Secretaria da Criança/ GDF, 2013.

<sup>11</sup> Ibidem.

Nesse sentido, tomou-se a decisão política de criar um espaço que aproximasse os órgãos que fazem parte do atendimento socioeducativo. Por isso, inaugura-se no dia 28 de fevereiro de 2013, o Núcleo de Atendimento Integrado – NAI, ligado à SECriança, reúne no mesmo espaço físico, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Secretarias de Estado de Saúde, de Educação, de Segurança Pública e de Assistência Social, com objetivo de prestar acolhimento imediato, eficiente, humano e educativo ao adolescente apreendido. Essa estrutura organizacional vem atender o acordo estabelecido no art. 88, – ECA, e no art. 4º, Lei SINASE<sup>12</sup>.

Nesse sentido, a UAI acolhe adolescentes pelo prazo máximo de 24 horas, realiza atendimento psicossocial e elabora o Estudo Preliminar a fim de: “subsidiar a decisão do Ministério Público e do Poder Judiciário; e acionar as demais políticas públicas de acordo com a situação sociofamiliar identificada, a partir do relato do adolescente, visando à superação das condições de vulnerabilidade e risco.”<sup>13</sup>

### 3.2.3 SISTEMA NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - SIPIA

O SIPIA<sup>14</sup> SINASE, possui sua versão numa plataforma da internet, e foi instituída em abril de 2010, tem como objetivo a execução das medidas socioeducativas a partir de um Sistema de Informação em rede para registro e mensuração de dados.

Pelas informações retiradas do Manual do Usuário (SDH/PR, 2010), o sistema SIPIA cumpre o papel de ser ferramenta de integração entre as unidades executoras de medidas socioeducativas articuladas com o Ministério Público, as Varas da Infância e Juventude, as delegacias, os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e possui abrangência nacional. O SIPIA operacionaliza desde a inscrição do adolescente que cometeu a infração, passando pelo primeiro atendimento, internação provisória, execução, acompanhamento das medidas aplicadas sejam em meio aberto, semiliberdade ou internação. Além de subsidiar essas informações em rede, é possível puxar relatórios de busca simples, por exemplo, do número de execuções socioeducativas ou número de processos para serem

<sup>12</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.crianca.df.gov.br/>>

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Acesso ao SIPIA versão web, disponível em:

<http://www.SIPIA.gov.br/sinase/Welcome.do?jsessionid=1E5A3868270345C847A83034D9B8E031.instance2>

julgados, entre outras atividades. Esses dados já são possíveis de serem levantados, o que vem possibilitando aos órgãos competentes ter mais controle na gestão do SINASE.

A formulação do SIPIA se deu efetivamente pelo Conanda com a validação dos conselheiros em assembleia no dia 12 de agosto de 2009, baseado a partir do descrito na lei do SINASE em seu artigo 19, sobre a instituição do Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do Atendimento Socioeducativo, com os seguintes objetivos:

- I - contribuir para a organização da rede de atendimento socioeducativo;
- II - assegurar conhecimento rigoroso sobre as ações do atendimento socioeducativo e seus resultados;
- III - promover a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo; e
- IV - disponibilizar informações sobre o atendimento socioeducativo.

Pelo Manual do Usuário, além das esferas públicas, o SIPIASIPIA deve contar com o compartilhamento de dados do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, gerido pelo CNJ, este como órgão responsável por diversos relatórios importantes sobre a situação das crianças e adolescentes no país. O SIPIA compõe suas bases de dados de maneira integrada, uma ferramenta via *web*, de registro *on-line*, permitindo aos usuários<sup>15</sup> e às instituições em rede terem acesso a várias informações de acompanhamento dos programas e atividades dos serviços prestados.

Os gestores podem estudar cada caso para melhorar sua supervisão e coordenação das atividades, ao acompanhar o Plano Individual de Atendimento – PIA e entre outras formas de utilização do sistema. Nesse sentido, evita-se a tomada de decisões arbitrárias, pois existem campos para inserir informações de forma objetiva.

No Manual há um perfil de cada usuário, dentre eles o Administrador Estadual – ADE na qual está associado a um Estado, e cumpre o papel de gestor e monitora seus respectivos municípios, além de possuir a obrigação de fornecer treinamentos e suporte aos usuários do seu Estado. O Administrador Nacional tem o papel de gerir nacionalmente, dando suporte aos estaduais, e uma das funções é a manutenção das tabelas nacionais. O Usuário de Unidade são aqueles operadores que exercem a função de alimentar o Sistema desde o início do cadastro do jovem infrator até o cumprimento da medida socioeducativa.

Dentre as funcionalidades do Sistema encontram-se: *Cadastros, Justiça, Unidades, Tabelas Internas, Sinalizadores, Relatórios, Estatísticas, Serviços*. As funções Cadastros e Unidades são utilizadas por todos os usuários, inclusive para a equipe da rede

---

<sup>15</sup> O usuário deve ter autorização do gestor administrativo do determinado Estado, Município ou entidade não governamental executora, local em que o mesmo reside, pois cada usuário possui acesso limitado às informações a partir de perfis de cadastro.

socioassistencial, mas não podem fazer alterações; a parte da Justiça está atribuído às Varas da Infância e Juventude, na qual aparecem dados cadastrais do adolescente, informações sobre os processos que aguardam sentença, e dados de execução das medidas; já as Tabelas Internas quem tem acesso é somente o Administrador Nacional, e nelas são encontrados os parâmetros para os indicadores e indicativos dos sinalizadores, estatísticas, consultas, cadastros e relatórios de todas as regiões do país.

Os Sinalizadores, Relatório e Estatísticas, são acessados pelos cargos dirigentes, são funções aplicadas a buscar informações mais abrangentes de monitoramento e avaliação do sistema, esse espaço serve para os gestores analisarem a política com um todo, e se for o caso, fazerem novas reformulações, podendo ser usado do incrementalismo para melhorar os resultados dos serviços, como abordam Silva e Melo (2000).

O cadastro do adolescente infrator é efetuado no Menu *Unidades*, o espaço se reserva para o preenchimento da equipe multidisciplinar desses locais.

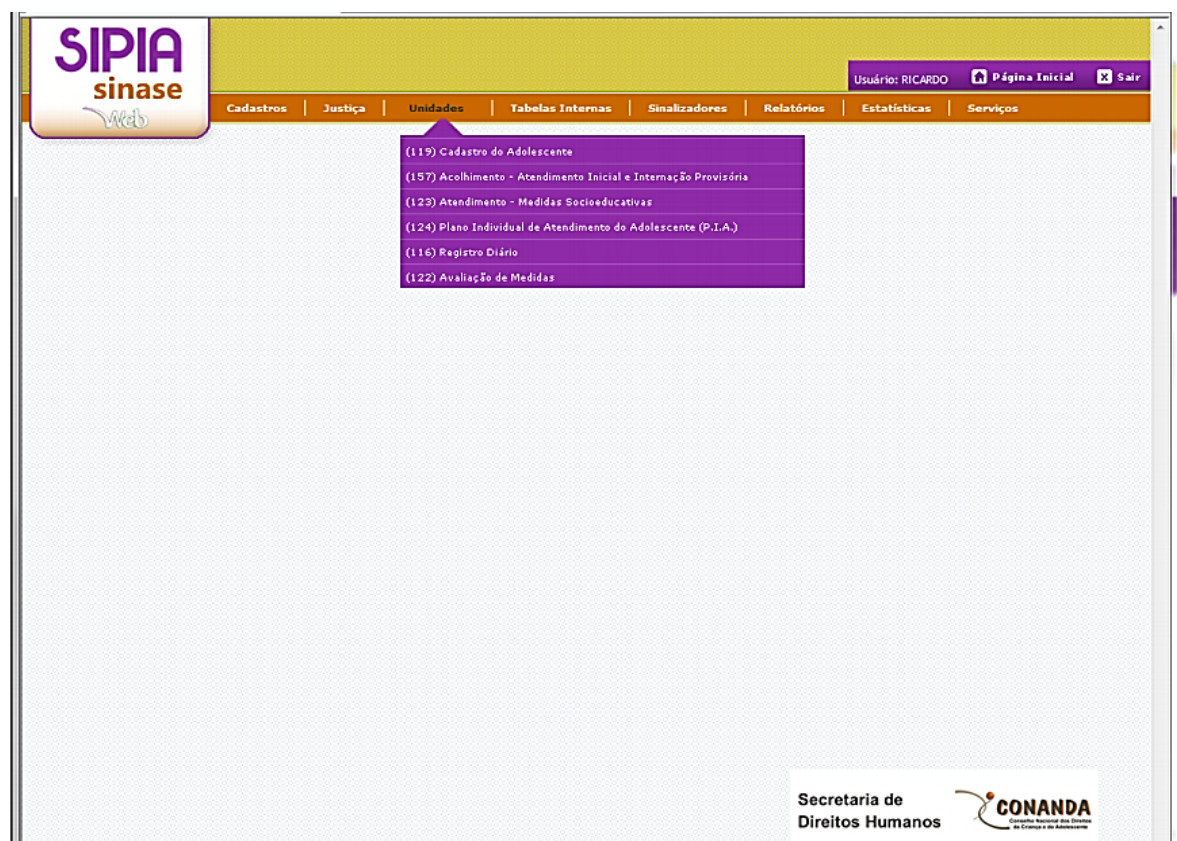
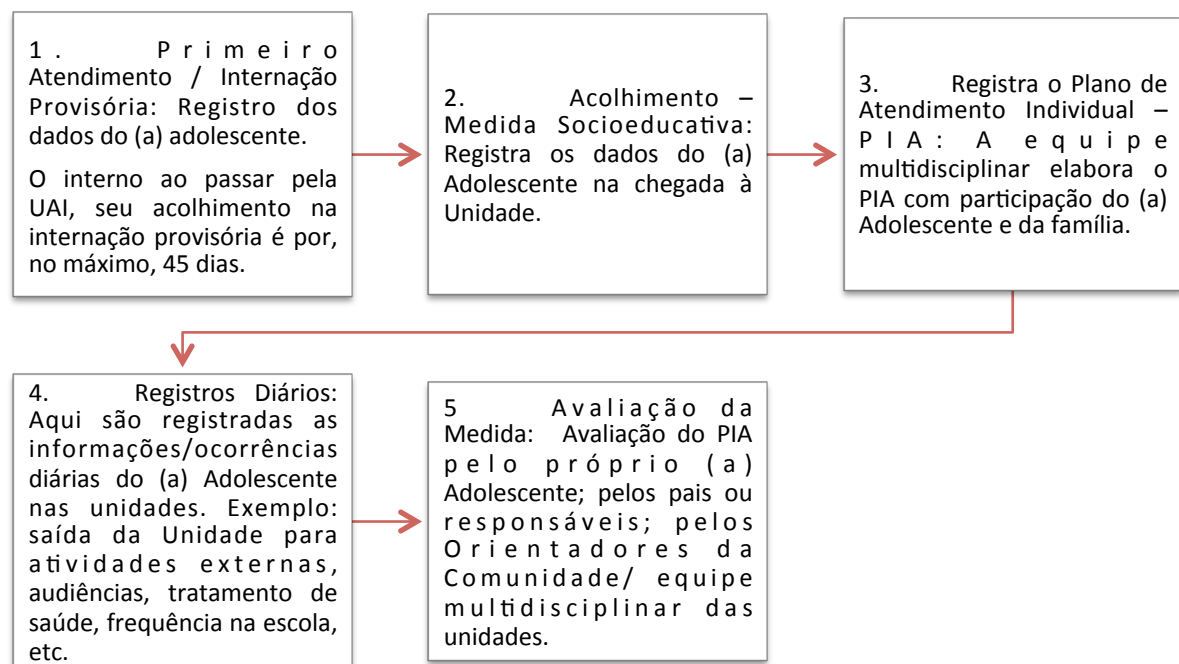


FIGURA 3 – TELA DO MENU UNIDADES PARA CADASTRO DO ADOLESCENTE FONTE: SDH/PR, 2010

Na próxima figura é demonstrado o processo de registro, ou seja, como é feito o cadastro do adolescente que foi capturado e levado ao Núcleo de Atendimento Inicial - NAI.



**FIGURA 4 - REGISTRO DE ACOLHIMENTO PELO SIPIA**

Fonte: SDH/PR, 2010 (elaboração própria).

O registro do acolhimento do(a) adolescente, quando chega à Unidade de Atendimento Inicial, se dá a partir do cadastro no sistema SIPIA que se estrutura em várias sessões, na qual será informado toda a sua identificação pessoal; a região administrativa que o adolescente foi capturado; se existe processo de reincidência. Sobre a infração, será registrado a data da infração; cidade/bairro da infração; descrição da infração; armas utilizadas. Sobre a informação socioeconômico; convívio familiar; composição familiar; a renda da família; quantidade de filhos do adolescente; situação profissional; escolaridade; informar o uso de drogas; registro da Avaliação Psicossocial e a Avaliação Física e o Estado de Saúde, por fim o registro dos processos de apuração; encerramento da Medida coma data da saída e o motivo da saída.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo compreenderá os servidores do SINASE que prestam os serviços e alimentam o sistema SIPIA. A amostra será retirada pelo Núcleo de Atendimento Integrado – NAI, ligado à SECriança, também será analisada a Unidade de Atendimento Inicial que possui a função de efetuar o cadastro inicial do adolescente.

O método utilizado neste estudo terá uma abordagem na pesquisa qualitativa, na qual foram intencionalmente escolhidos uma amostra da população, segundo dados da Diretoria de



Gestão de Pessoas/SECriança<sup>16</sup>, em 2013, contabilizados 1.258 servidores no total, entre assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, Atendentes de Reintegração Social, técnicos administrativos, motoristas, e em outras funções, como auxiliar operacional em serviço social e auxiliar de cozinha. Dentre estes, 39 dos servidores efetivos estão compondo a gestão das unidades, na qual foi feita quatro entrevistas para compor a amostra desse trabalho.

Para as entrevistas, foram selecionados os seguintes servidores:

- Pedro Murilo Souza Hott – Diretor da Central de Vagas do Subsistema de Atendimento Socioeducativo;
- Juliana Rodrigues Pereira – Assessora do Núcleo de Atendimento Integrado;
- Raila Barbosa Brito – Atendente de Reintegração Social da Unidade de Atendimento Inicial;
- Servidora (identificação não autorizada pela chefia) – Atendente de Reintegração Social em atendimento as Unidades de Internação e serviço de escolta.

### 3.4 TIPO DE ABORDAGEM

Uma pesquisa acadêmica precisa ter um objeto de estudo, para isso cria-se um processo de investigação, na qual se delimitará o espaço que será estudado. Para Gil (2011), quando a intenção é examinar uma unidade ou parte desse todo, temos um estudo de caso. No entanto, em relação aos estudos de caso, deverá haver sempre a preocupação de perceber o caso estudado no contexto do todo e não a pesquisa somente daquele caso, pois deve-se ter cuidado ao abordar os dados coletados e suas implicações coletivas.

Para o autor, o estudo de caso é caracterizado pelo estudo mais profundo de um determinado objeto, situação, pessoa, lugar, entre outros, de forma que haja uma análise mais detalhada e minuciosa, que permite um conhecimento amplo e ao mesmo tempo particularizado, em outras palavras, é algo complexo que presume outros fatores na exploração da realidade, pois pode-se contextualizar a investigação e explicar as variáveis daquela situação, que não possibilitam a utilização de levantamentos numéricos, ou seja, é um processo específico para o desenvolvimento de uma investigação qualitativa.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

---

<sup>16</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.crianca.df.gov.br/>>

Os instrumentos de pesquisa aplicados neste estudo num primeiro momento foram a revisão bibliográfica, relatórios governamentais e a pesquisa documental, ou seja, várias fontes de informação retiradas dos portais dos órgãos e instituições, também através dos artigos científicos e produções acadêmicas e inclusive informações trazidas pela mídia por meio das redes sociais, com o intuito de observar a diversidade de opiniões e análises obtidas a partir de outras pessoas. Entretanto, as informações extraídas por esses meios, em parte podem ser tendenciosas ou equivocadas e, para isso o pesquisador deve procurar ter acesso a outras fontes, como é o caso das entrevistas, que possui percepções mais diretas e claras do que se está investigando (GIL, 2011).

As entrevistas semiestruturadas ocorrem em conversas, feitas na SECriança, que seguiram um guia de roteiro, que no decorrer da entrevista foi adaptado. Foram utilizados gravadores de áudio para a coleta dos dados, e dessa maneira contou-se com a disponibilidade do entrevistado em responder o questionário, além de falar sobre suas percepções nas atividades que desempenha.

As entrevistas, que se encontram na sessão Anexos desse trabalho, foram importantes para confirmar as informações já obtidas no PPP<sup>17</sup>, e foi possível averiguar alguns resultados que não foram destacados nesses documentos oficiais. A escolha por essa amostra se deu, a partir das investigações de competências atribuídas na política pública, em que os principais atores tivessem participação direta na implementação do SINASE e averiguou-se qual era o tipo de relação estabelecida entre eles. Nesse sentido, foram analisadas a relação de gestão e a relação administrativa, na qual pode-se observar questões de conflito.

Segundo Bardin (1977), a análise do conteúdo deve ter representatividade, ou seja, os documentos escolhidos para análise devem conter dados e informações que realmente represente os objetivos a serem alcançados. Para isso, a revisão bibliográfica e a análise documental foram embasadas em documentos como artigos científicos, livros publicados por especialistas no assunto, relatórios provenientes dos próprios dados retirados das unidades de internação, da legislação que traz a Lei do SINASE, o Estatuto da Criança e do Adolescente e também do portal da Secretaria da Criança do Distrito Federal, bem como documentos e informações disponibilizados na instituição, como o Regimento Interno, Guia Informativo do NAI para Orientação à Família e Manual do Usuário do sistema SIPIA.

---

<sup>17</sup> Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal- Internação, Secretaria da Criança/ GDF, 2013.

## 4. RESULTADO E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados alcançados com as entrevistas e a análise documental dos materiais bibliográficos sobre o processo de implementação do SINASE no Distrito Federal e a gestão do sistema SIPIA e seus primeiros resultados, além da percepção dos funcionários sobre os impactos dessa política pública.

### 4.1 IMPLEMENTAÇÃO DO SINASE

Segundo Souza (2007), quando há um problema na sociedade e é decidido incorporá-lo no ciclo de política pública, cria-se uma visão de consciência do problema, é um forte ponto que pode determinar a agenda. Por isso, o foco é nos atores, que influenciam diretamente, como os políticos, a mídia, as organizações, assim como os acadêmicos e os burocratas. Outro aspecto importante já na fase da implementação de políticas públicas, refere-se aos tipos de modelos que podem ser utilizados: *top-down* e o *bottom-up* destacados anteriormente pelas autoras D'ascenzi e Lima (2013), nesse caso as características de unificar todos os atendimentos em um sistema como o SINASE, observou-se que essa política possui características do modelo *top-down*.

As fontes retiradas sobre o início da política de atendimento socioeducativo, parte de três principais documentos que são os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP (SECriança, 2013) divididos em três volumes que se distinguem em Medidas Socioeducativas em primeiro volume: Meio Aberto; segundo volume: Semiliberdade; e terceiro volume: Internação, todos relatam a situação das unidades socioeducativas atualmente.

#### 4.1.1 MEDIDA DE INTERNAÇÃO

Ao iniciar a análise pela medida de Internação, o documento nos revela que as primeiras iniciativas no Distrito Federal começaram em 1983, quando a administração decidiu criar o Centro de Triagem e Atendimento ao Menor (CETRAM), subdividindo-se em três Unidades Especializadas, criadas como: Centro de Triagem e Observação de Menores (CETRO); Comunidade de Educação e Integração e Apoio de Menores de Família (COMEIA) e Comunidade de Terapia e Educação de Menores (COTEME).

A COMEIA acolhia e tratava os jovens infratores, conforme a legislação à época. Entretanto, as operacionalizações eram deficitárias e os recursos humanos, financeiros e

materiais, insuficientes. Em 1990, como ECA, a atenção se volta para aqueles adolescentes que não eram submetidos a nenhum programa de recuperação, dessa maneira um reordenamento jurídico levou a desativação da COMEIA, passando a responsabilidade para o Centro de Reclusão de Adolescente Infrator (CERE).

Em 1991, a então Secretaria de Desenvolvimento Social, iniciou a criação do sistema de atendimento das medidas socioeducativas, e esses foram os primeiros passos para uma política mais eficiente, fazendo surgir a Lei nº 663, de 28 de janeiro de 1994, que criou o CAJE substituindo o CERE. No ano seguinte foi criada a Secretaria de Estado da Criança e Assistência Social do Distrito Federal - SECRAS, tornando-se a responsável pela execução das medidas socioeducativas. Naquele momento o CAJE ganhava novas instalações físicas, mais alas, uma escola e um galpão para refeitório.

A Subsecretaria relata que na época tentou-se implementar um modelo mais pedagógico e humanizado no CAJE, mas com o crescimento da cidade, principalmente nas regiões administrativas, a situação ficou crítica porque o governo não repassava recursos, as políticas assistenciais não se articulavam, não se previa novos concursos públicos para aumentar o efetivo e não existia programa de formação e treinamento dos servidores, além da falta de uma estrutura física adequada. Todos esses fatores contribuíram para que o CAJE se tornasse um caos. Assim como relata Pedro Hott, atual diretor do Central de Vagas (CV) da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, sobre a antiga situação do CAJE:

A gente vem de um histórico de descrença total do Sistema Socioeducativo. O Sistema Socioeducativo estava largado há muitos e muitos anos, e há três anos nós conseguimos sair do buraco. Na prática estávamos largados, abandonados. A gente só tinha o CAJE, o famoso CAJE que todo mundo conhece a sua história, como uma unidade fora de qualquer padrão que há 36 anos tinha sido criado, ou seja ele foi criado na época da ditadura militar e que veio sendo criado 'puxadinhos' para dar conta da demanda. Por quê? Porque a população do DF cresceu muito nesses últimos anos e nós não tínhamos estrutura, não tínhamos unidade que dessa conta. Então era criando 'puxadinhos', mas mesmo assim 'amontoando' os meninos lá dentro. A realidade do Sistema Socioeducativo sempre foi essa (HOTT, 2014)<sup>18</sup>.

Então, até o ano de 2003, a única Unidade destinada à execução da medida de internação dos adolescentes era o CAJE, mas a partir de convênio entre governo e a Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinhos de Nossa Senhora das Dores

---

<sup>18</sup> HOTT, Pedro Murilo Souza. Pedro Murilo Souza Hott: depoimento [nov. 2014]. Entrevistador: Gabriela Katto. Brasília/DF, 2014. 1 arquivo, Mp3 (123 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

(Amigonianos)<sup>19</sup>, criou-se o Centro Socioeducativo Amigonianos (CESAMI) para alojar os adolescentes de internação provisória. Entretanto, com espaço insuficiente, voltou a superlotar o CAJE. Nos anos seguintes, inauguravam-se duas novas Unidades de Internação: o Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras – CIAGO, em 2006, e o Centro de Internação de Adolescentes de Planaltina – CIAP, em 2008. Ambas gerenciadas por entidades de fora do Estado, que só foi assumir suas gestões em 2010.

A gestão e a execução das medidas socioeducativas passaram para a então Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS, que realizara concurso para a carreira de assistência social, após o GDF assumir um Termo de Ajustamento de Conduta. Por meio desse concurso, em 2007, houve a contratação de Atendentes de Reintegração Social (ATRS), na qual o último concurso ocorrera em 1997 e o último concurso para os psicólogos, os assistentes sociais e os pedagogos, em 1993. A Subsecretaria conta ainda que, desde então, a necessidade crescente de novos servidores no sistema era suprida por meio de contratos terceirizados. Entretanto, segundo a assessora do Núcleo de Atendimento Integrado, não existe mais a terceirização como antes, em grande número; hoje ainda existe nas unidades, mas em um número bem reduzido. Para o diretor, o que ainda existe no sistema atualmente é que, devido à falta de concursos públicos e baixa de efetivo, ainda tem pouquíssimos cargos da carreira socioeducativa, mesmo que já exista em lei uma carreira de socioeducador da própria política. E ele ainda acrescenta que antes a gestão era feita pela polícia civil, que no caso faz parte da segurança pública.

O perfil da socioeducador é uma estrutura secularmente criada para ter policiamento. E não se muda a cultura inclusive do servidor, tem servidor na nossa carreira que ele passou no concurso achando que ia ter o mesmo perfil policial, e não deve ter. Aqui na nossa unidade a gente orienta os servidores a não usarem aquele uniforme todo preto, bota, calça cheia de bolso. Porque a gente quer desmistificar essa coisa da polícia, da figura policialesca dentro da unidade socioeducativa (PEREIRA, 2014)<sup>20</sup>.

Seguindo para 2010, foi realizado outro concurso público, para suprir os cargos de ATRS, agentes administrativos, arquitetos, engenheiros, advogados, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. Com a mudança de governo, em 2011, foi criada a então atual Secretaria de Estado da Criança – SECriança, que substituiu a SEJUS. Atuação da Secretaria, contou

<sup>19</sup> Os Amigonianos são uma Congregação de religiosos (padres e irmãos) que fazem trabalho de caridade e assistência social, possuem Centros Educativos de Proteção e Prevenção e Centros de atenção ao menor em dificuldade e de reeducação, fizeram parceria com a GDF, até 2013.

<sup>20</sup> PEREIRA, Juliana Rodrigues. Juliana Rodrigues Pereira: depoimento [nov. 2014]. Entrevistador: Gabriela Katto. Brasília/DF, 2014. 1 arquivo, Mp3 (99 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

uma reestruturação de todo o sistema socioeducativo. Criando-se uma nova estrutura de gestão, os antigos CAJE, CIAGO e CIAP passaram a ser respectivamente: Unidade de Internação do Plano Piloto – UIPP, Unidade de Internação do Recanto das Emas - UNIRE e Unidade de Internação de Planaltina – UIP. Entretanto, a superlotação e a estrutura física inadequada não deixaram de existir após essas mudanças.

Em 2012, foi elaborado o Plano de Desocupação da Unidade<sup>21</sup>, dentre as ações uma delas era: implantação do NAI e do UAI; construção/aluguel de imóvel para nova unidade para Internação Provisória que ainda hoje continua sendo o espaço do antigo CESAMI; e construção de outras 05 unidades de internação, que deveriam ser concluídas até setembro de 2013. E que segundo o diretor, depois da desativação total do CAJE acelerou-se o processo para criar as demais unidades, a Unidade de Internação de Santa Maria e a Unidade de Internação de São Sebastião, ambas já em funcionamento no parâmetro do SINASE com 90 vagas teoricamente, mas ele comenta que na época houve uma decisão de transformar parte dos quartos individuais em duplos, pois isso estaria ligado a uma melhor ressocialização e convivência com outros internos. Hoje as unidades possuem quartos duplos e, segundo ele, o número de internos passa um pouco do quantitativo total que é proibido pela legislação do SINASE, mas que atende todos os demais requisitos do sistema. E os requisitos no atendimento socioeducativos são:

Aspectos físicos a serem considerados	Internação provisória	Prestação de Serviço à Comunidade <sup>28</sup>	Liberdade Assistida	Semiliberdade	Internação
Condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança					
Espaços adequados para a realização de refeições		quando necessário			
Espaço para atendimento técnico individual e em grupo					
Condições adequadas de repouso dos adolescentes					
Salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo					
Espaço para o setor administrativo e/ou técnico					
Espaço e condições adequadas para visita íntima					
Espaço e condições adequadas para visita familiar					
Área para atendimento de saúde/ambulatórios					
Espaço para atividades pedagógicas					
Espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar					
Espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes					
Espaço para a profissionalização					

FIGURA 5 - REQUISITOS PARA ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO FONTE: CONANDA, 2006

<sup>21</sup> Ibidem.

Ele saliente ainda que está previsto para inaugurar a unidade de Brazlândia como sendo a terceira unidade programada pelo Plano, e que ainda vai depender da nova gestão de governo, em janeiro de 2014, dar continuidade a essas ações.

O diretor também destaca que o DF é o único que possui a recentemente criada Unidade de Internação de Saída Sistemática, a UNISS, que é um projeto vislumbrado pela SDH para que seja adotado nos demais Estados. A ideia surgiu no final de 2012, num contexto de mortes no antigo CAJE, e pela investigação, estaria ligado a saída de adolescentes e obrigação de trazerem drogas. Então com a proposta da saída sistemática, “O adolescente ao sair, ele deve retornar para unidade, o que tem acontecido, e ele retorna sem drogas para os demais internos. Acabou com as ocorrências dentro das unidades que envolvem porte de tóxicos, que foram praticamente a zero”, diz o diretor.

O que acontecia anteriormente, era que com a inexistência da saída sistemática, os internos que estavam na eminência de cumprir sua medida, e já podiam sair nos finais de semana para visita familiar, permaneciam junto aos adolescentes que haviam recém chegado a unidade de internação, todos no mesmo ambiente por falta de estrutura física, o que por falha de segurança e segregação desses internos adequadamente, aconteciam homicídios daqueles adolescentes que não retornassem a unidade com as drogas, obrigados pelos demais internos que não possuíam autorização para sair. Então após uma investigação pela SECriança na época, resolve-se criar a UNISS afim de acabar com esse tipo de ocorrência.

A UNISS tem contribuído também para liberar vagas nas outras unidades, tem capacidade para 80 internos e hoje está com 72 adolescentes. Além dessa unidade que está já atendendo, mais quatro unidades serão criadas, uma em Sobradinho, outra exclusivamente feminina no Gama, além daquelas previstas no Plano, segundo o diretor. Atualmente, o efetivo de internação, entre aqueles que pegaram até 3 anos de pena, por isso atingiram os 21 anos dentro do SINASE são 932 adolescentes.

#### 4.1.2 MEDIDA EM SEMILIBERDADE

Além das unidades de internação, existem as unidades de medidas em semiliberdade, situadas em Taguatinga, Recanto das Emas e Gama. Tais unidades são denominadas respectivamente como: Unidade de Atendimento em Semiliberdade de Taguatinga Sul (UAST), Centro de Referência em Semiliberdade (CRESEM), e as Unidades de Atendimento em Semiliberdade do Gama I (UASG I) e (UASG II). As unidades com maior estrutura física, a UAST e o CRESEM são de gestão próprias do GDF, porém não atendem à proposta

arquitetônica estabelecidos pelo SINASE e fisicamente o setor administrativo fica separado do local de abrigo<sup>22</sup> dos adolescentes, e isso para os servidores dificulta os processos de integração entre as equipes e compromete as atividades da medida.

Segundo a Secretaria<sup>23</sup>, em janeiro de 2013 a UASG II foi desativada, registrando 89 adolescentes, sendo que 1 cumprindo medida de Semiliberdade, o que está totalmente em desacordo com a lei. Esse quantitativo foi devido à lotação nas unidades existentes. Serão abertas novas unidades e para isso estão buscando rapidez no processo de locação de imóveis.

Para realizar o atendimento, as unidades se relacionam em rede socioassistencial comunitária junto aos familiares. Na questão da escolarização, a equipe faz o trabalho de matrícula e acompanhamento nas escolas. Antigamente, existia escolta dos adolescentes até as escolas, porém provocava constrangimento e exposição dos menores, e isso foi banido. Mas segundo a Secretaria, a maioria dos adolescentes se encontra em situação de evasão e fracasso escolar porque a família não se responsabiliza no acompanhamento, as escolas encontram dificuldades no acolhimento e não existe uma metodologia eficiente utilizada com os adolescentes.

Sobre a análise dos serviços<sup>24</sup>, começando pela questão da saúde, todas as unidades se utilizam dos recursos existentes na comunidade, e o foco é na questão da drogadição<sup>25</sup>, pois é a mais recorrente. Uma das iniciativas de projeto com outras instituições, foi o projeto com o Hospital Universitário de Brasília (HUB) no combate ao uso de drogas, por meio de atendimentos terapêuticos e palestras, em parceria com as unidades de semiliberdade.

Mas, é evidente a necessidade de promover a capacitação dos servidores e fortalecimento do trabalho junto à rede de saúde. Sobre esporte, cultura e lazer, as unidades buscam parcerias com públicos ou privados, mas apenas uma delas tem uma quadra de futebol, que desenvolve atividades esportivas, culturais e comemorativas, além de torneios de futebol, na tentativa de interagir o maior número de adolescentes e toda a equipe juntos. Algumas ações são voltadas para a inserção e permanência dos adolescentes no mercado de trabalho, mesmo depois de cumprido a medida, que são os egressos, na qual já existe um

---

<sup>22</sup> O abrigo é uma medida de proteção especial “provisória e excepcional” prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e aplicada a crianças e adolescentes cujos direitos foram desatendidos ou violados, seja por abandono, seja pelo risco pessoal a que foram expostos pela negligência dos responsáveis. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/abrigos-para-criancas-e-adolescentes.aspx>>

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> Termo drogadição foi criado para definir todo e qualquer vício bioquímico de seres humanos em relação à alguma droga. Além disso, o termo é utilizado para se referir às causas do vício químico no que se refere à inclusão e exclusão do indivíduo na sociedade, fatores econômicos, políticos, genéticos e biofarmacológicos. Disponível em <<http://www.infoescola.com/saude/drogacao/>>



programa específico, mas ainda não implementado, a gestão administrativa do governo, optou num primeiro momento, em utilizar o terceiro setor:

Hoje nós temos um projeto que fala sobre os egressos, que nós não tínhamos e nunca tivemos. Hoje temos que implementar isso, porque quando o adolescente cumpre a medida socioeducativa, ele precisa ter um acompanhamento semestral da vida lá fora, e esse acompanhamento deverá ser feito por ONG, nós já fizemos licitação, já teve uma ONG que ganhou e ela deve ficar junto com a saída sistemática, então assim que o menino sai, ele adere ao programa de egresso (HOOT, 2014)

#### 4.1.3 MEDIDA EM MEIO ABERTO

Segundo a Secretaria, as medidas em meio aberto, até 2012, tinham aproximadamente 4.000 adolescentes vinculados nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMAS), cumprindo medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. A estrutura na época contava com 14 Unidades distribuídas em: Brasília, Sobradinho, Planaltina, São Sebastião, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria. Das quais, dez funcionavam em espaços físicos cedidos pela SEDEST e as outras quatro diretamente pelo Sistema Socioeducativo das Administrações Regionais. A maioria possuía infraestrutura precária, com salas muito pequenas para atendimento, além de não existir salas exclusivas para atendimento individual, que necessitavam de privacidade e sigilo ao atendimento.

Hoje, para o diretor, uma das falhas do sistema socioeducativo como um todo, é dar atenção as medidas de meio aberto, porque existe sempre uma maior fala sobre as unidades socioeducativas de internação, mas no seu ponto de vista não deveria, porque o sistema é muito maior em meio aberto. Atualmente, são 15 unidades em meio aberto, e acrescenta:

A intenção é construir mais unidades, uma por cada região administrativa, por exemplo, a unidade de Sobradinho que atende Sobradinho I e II, do Guará atende o Guará e a Estrutural, Ceilândia possui duas pela demanda, além da asa norte e uma na asa sul. O quantitativo de adolescentes no sistema cumprindo medida em meio aberto não mudou dos dois últimos anos, mas os espaços físicos tiveram reformas em todas as suas unidades (HOTT, 2014).

Lembra também que na época chegavam a ser atendidos 600 adolescentes, isso em Planaltina, sendo uma das maiores, outras unidades ficavam dentro do CRAS e CREAS, sendo políticas distintas porém ocupando o mesmo espaço, O diretor busca a justificativa na “incompletude institucional”, que remete ao art. 86 do ECA, tendo uma situação no qual uma política se torna incompleta se trabalhada sozinha, justamente pela demanda de vários serviços, por isso da existência de uma rede de parceiros, mas que em algum momento pode promover falta de organização e estratégias entre eles.

No seu ponto de vista, há uma divergência de entendimento entre os parceiros porque algumas atribuições e responsabilidades não são bem delimitadas na rede, apesar disso ele observa que houve um avanço no último ano, principalmente com a criação de uma carreira socioeducativa, ou seja, uma política própria e específica que possui uma carreira própria e específica, o que antes no SINASE, todos eram ligados a carreira do SUAS, afirma o diretor.

#### 4.1.4 NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – NAI

Dando seguimento a situação de implementação da política, em documento<sup>26</sup> a Secretaria, ainda evidencia relatos de dificuldades no gerenciamento de processos de atendimento, que não tinham definição clara dos fluxos de trabalho e dos procedimentos. Destaca-se também que as Unidades trabalhavam de acordo com suas demandas específicas, sem dialogar umas com as outras, o que incidia em diversas formas de atendimento. Entretanto, como uma forma de sistematizar e qualificar o atendimento ao adolescente e seus familiares, foi implantado o NAI em 2013, com uma nova proposta de acolhimento, como descreve a assessora do NAI:

O Núcleo de atendimento integrado -NAI, está vinculado à Secretaria da Criança, inaugurado em 28 de fevereiro de 2013, é um programa que reúne, no mesmo espaço físico, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, Ministério público, Defensoria pública e Secretarias da Saúde, de Educação, de Segurança Pública e de assistência social, com objetivo de prestar atendimento imediato, eficaz, eficiente, humano e educativo ao adolescente apreendido em flagrante (PEREIRA, 2014).

Então com base nessa concepção a UAI, que é a porta de entrada do sistema socioeducativo, acolhe adolescentes pelo prazo máximo de 24 horas, realiza atendimento psicossocial e elabora estudo preliminar a fim de subsidiar a decisão do Ministério Público e do Poder Judiciário e aciona as demais políticas públicas de acordo com a situação sociofamiliar identificada, a partir do relato do adolescente, visando a superação das condições de vulnerabilidade de risco, destaca a assessora:

Então é basicamente isso que a gente entende, eu preciso receber esses adolescentes, pra que caso ele volte pra casa ele seja liberado, ele não retorne a cometer um ato infracional e caso ele permaneça no sistema, permaneça com atuação de alguma medida ele possa acessar a políticas públicas de forma mais eficiente (PEREIRA, 2014).

---

<sup>26</sup>Ibidem.

Segundo a Secretaria, no NAI são feitos relatórios avaliativos, inclusive com a possibilidade de ter Estudo de Caso<sup>27</sup>, junto a equipe de especialistas, supervisores das unidades e educadores. Nesse sentido, as equipes podem ampliar e aprofundar as informações e as discussões para identificar as melhores estratégias de intervenção junto aos adolescentes e familiares. Para a assessora, o NAI ainda passa por mudanças e estruturações inclusive em capacidade física do prédio, mas destaca que os atendimentos estão sendo feitos entre os parceiros como: o Tribunal de Justiça do DF e Territórios, o NAIJUD, na qual possui uma estrutura de cartório, em que o juiz participa das decisões, além da assessoria e toda a estrutura que um Vara precisa ter; o MP que faz apoio administrativo de oitiva informal além do oferecimento de representação e a conta com 8 a 10 promotores diariamente; a Secretaria de Educação, responsável por garantir a matrícula e o ensino dentro das unidades, contam com 2 servidores; a SEDEST que tem a atribuição de incluir o adolescente em programas e projetos de sua ordem, e contam com 1 assistente social e 1 educador social; a Secretaria da Saúde com o atendimento médico e de enfermagem, possuem 1 médico, 1 enfermeiro e 1 auxiliar de enfermagem, e nesse caso, existe um espaço com as disposições mínimas de atendimento inicial, nos moldes de um centro de saúde; a Secretaria de Segurança Pública é por meio das Delegacias da Criança e do Adolescente (DCA I e II) que apuram os autos e fazem o encaminhamento ao IML; a Secretaria da Mulher, destaca a assessora, também faz parte mas não está fisicamente presente; e por fim, a Secretaria da Criança que por meio da Unidade de Atendimento Inicial (UAI) que faz parte do NAI, e é responsável pelo cadastramento do adolescente no SIPIA, além de fazer o acautelamento e o per noite dos adolescentes. Então o NAI comenta a assessora:

Veio com essa função, de tentar dar um atendimento mais digno ao adolescente, a família do adolescente e não só apenas um atendimento mais digno, mas acelerar esse atendimento inicial e fazer com que nesse primeiro momento, ele possa ter algumas demandas identificadas e resolvidas, e feitas, para evitar uma reincidência, evitar o aprofundamento nesse campo de atos infracionais (PEREIRA, 2014).

Com o estudo preliminar, o NAI faz seus encaminhamentos. Então por exemplo, diz a assessora:

Identificou-se que há uma situação de vulnerabilidade econômica acentuada, que há um envolvimento profundo do uso abusivo de drogas, que há uma negligência por parte da família. Enfim várias situações. Identificando-se isso, fazemos contato com familiares, com outras instituições que já o acompanham, esse estudo ele vai numa perspectiva de subsidiar o atendimento e contextualizar a situação daquele garoto para o MP, Defensoria, pro Juiz do TJ, e também para toda a rede socioassistencial.

---

<sup>27</sup> O Estudo de Caso se dá em rede com os parceiros, a partir do Plano Individual de Atendimento do adolescente, na qual estabelecida em lei, tem por objetivo o monitoramento e avaliação da execução da medida socioeducativa.

A rede que a gente entende que precisa estar mais articulada para que efetivamente possa acompanhar e atuar de forma mais incisiva junto aquela família. Muitos são liberados do flagrante. O MP e o Juiz entendem que não há motivo gravoso, então eles liberam. Outros são liberados com aplicação de medidas em meio aberto, principalmente por liberdade assistida e serviços à comunidade, outros são encaminhados para unidade de internação provisória. Na unidade de internação provisória, eles podem ficar até no máximo 45 dias. Esse período, é para a audiência de apresentação que acontece aqui no prédio do NAI, com o juiz aqui do NAI, e parte dos adolescentes são liberados (PEREIRA, 2014).

#### 4.1.2 IMPLEMENTAÇÃO DO SIPIA

Já sobre o sistema SIPIA, sua origem veio do Estado de Pernambuco e foi comprado pelo Governo Federal para ser desenvolvido nacionalmente. Segundo o diretor, em Pernambuco já existe um acompanhamento de informações pelo portal do Estado, com dados mais gerais sobre o andamento do SIPIA disponibilizado a população. Entretanto, o DF caminha na fase de implementação. E sobre esta fase, o diretor explica que o SIPIA começou com a iniciativa de duas servidoras, uma delas a servidora Rosyane Sallaberry, atual gerente do SIPIA no DF, a ideia se fortaleceu entre os demais parceiros e decidiu-se que a implementação se iniciaria pelas unidades em meio aberto, e isso vem acontecendo desde 2013.

O próximo passo foi a UAI que fica dentro do NAI, justamente porque ser a porta de entrada do cadastramento de todos os adolescentes que chegam e entram. Depois o próximo passo, foi tentar implementar nas unidades de internação e semiliberdade, nesse sentido a implementação começou a ganhar algumas visibilidades, pois caminha para mais perto das medidas de restrição de liberdade, o diretor conta que nesse momento como o sistema SIPIA começa a ganhar novas proporções, e notícias começam a surgir a seu respeito, pois: “seria mais interessante aos olhos da sociedade saber como está a situação das unidades de maiores restrições de liberdade”, salientando que a visão que a sociedade prefere é prender e punir, logo a atenção se faz presente.

Dessa maneira, o SIPIA surge para organizar melhor as atividades de execução das medidas socioeducativas. Segundo o diretor, até o momento, todas as UAMAS, a Unidade de Internação Provisória em São Sebastião (UIPSS), além da UNIRE estão com o SIPIA, e nesse momento a unidade feminina está caminhando para ser totalmente implementada ainda este ano. E fica faltando as demais unidades, a UIP em Planaltina, a UISM em Santa Maria e a UISS em São Sebastião, que segundo o diretor ficarão para 2015. Assim, pelos seus cálculos 90% dos adolescentes estão sendo atendidos atualmente via sistema SIPIA, e das unidades de internação que ainda não receberam o sistema, aproximadamente 500 adolescentes ainda

estão fora do SIPIA num total de quase 5 mil adolescentes atualmente cumprindo alguma medida socioeducativa no DF, e que somente pela UAI, de janeiro até novembro de 2014, já passaram 5.600 adolescentes.

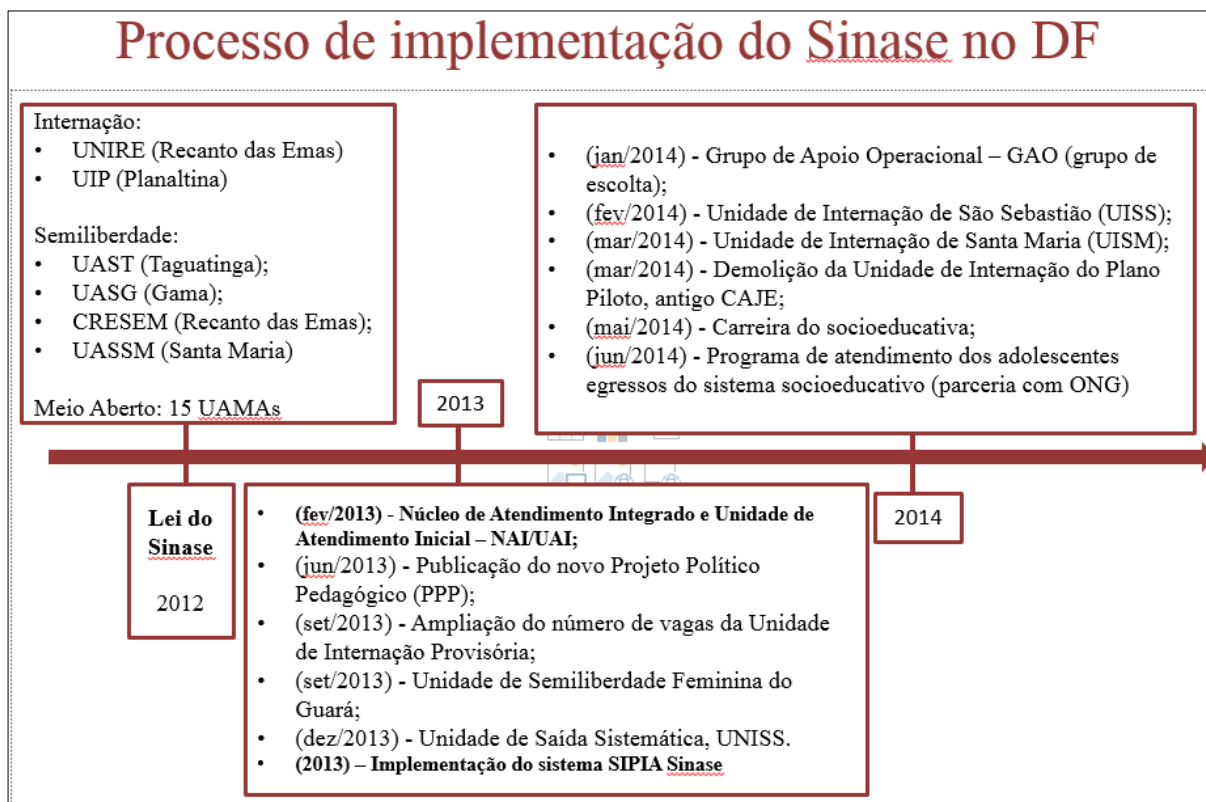


FIGURA 6 - PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SINASE  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

## 4.2 RESULTADOS DO SINASE E DO SISTEMA SIPIA

Atualmente, no país, a aplicação da medida de internação e semiliberdade são feitas pelos Estados e a medida em meio aberto são municipalizadas; tal característica é um dos fatores que compromete a gestão da política, inclusive do sistema SIPIA como um todo. Nesse caso, o DF tem a peculiaridade de fazer todas as medidas, tanto de Município quanto de Estado, ou seja, a gestão é direta e executada pelo próprio governo. Uma das vantagens é a própria extensão territorial diferente de alguns Estados, que são prejudicados pela falta de mobilidade no atendimento de sua região.

Para o diretor, o MP historicamente: “se tinha uma visão de que a partir do momento em que o adolescente era pego em flagrante, configurando infração, isso já era suficiente para destiná-lo à internação e à política de atendimento socioeducativo muitas vezes servia como simples entidade de acolhimento”. Ainda destaca que a política socioeducativa no DF começou a realmente a ganhar força nos últimos três anos dessa gestão, com uma

reestruturação administrativa e principalmente operacional com a implementação do sistema SIPIA.

Na Central de Vagas, para o diretor, encarregado de fazer a interlocução entre o sistema de justiça e a distribuição de adolescente nas unidades. Ele recorda que a comunicação entre os parceiros era ruim e com pouca acessibilidade, principalmente por não haver dinamismo nas atividades, e com o surgimento do NAI, os parceiros se aproximaram mais, observando-se uma maior articulação e comunicação com a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário, ou seja, ele tem mais acesso a todos os parceiros do sistema de justiça.

Atualmente, o SINASE conta com duas Varas de reconhecimento (VIJs) e uma Vara de execução (VEMSE). No início desta gestão, um grupo de trabalho da Secretaria se instalou na VIJ e VEMSE, e foi possível haver uma troca de experiências, e aprender sobre os trabalhos do judiciário, que contribuíram para dar celeridade e maior compreensão dos processos.

A partir dessa proximidade propiciou a Defensoria e o MP junto ao judiciário que comesçassem a realizar audiências dentro das próprias unidades, o que trouxe agilidade nas decisões judiciais e no atendimento as medidas. Um dos grandes desafios, comenta o diretor, é também trazer para o contexto a Polícia Civil. Nesse sentido, há um projeto elaborado pelo Tribunal de Justiça que prevê, no local do antigo CAJE, seja construído um novo NAI, e que existiria condições de agrupar os demais parceiros. O projeto foi aprovado pelo Juiz da VIJ, Dr. Renato Rodovalho, e no momento o projeto espera a aprovação dos demais órgãos e a previsão é que em 2015 inicie sua construção.

Na política do SINASE com o SUAS existe uma aproximação, a partir do NAI, pois trabalham no mesmo espaço físico, mas ainda com pouca interlocução. Foi observado um problema nessa parceria, na questão do abrigamento, os adolescentes as vezes são soltos, porque o NAI não possui espaço para abrigamento de todos, ou seja, existe limitações de estruturas. Mas há uma discussão da Secretaria da Criança, Conselho Tutelar, SUAS e MP com a promotoria, num projeto que preconiza o acolhimento institucional de adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, e isso independentemente da política do SINASE.

Na questão da educação, historicamente já está dentro do sistema, isso é uma vantagem porque numa gestão direta, o trabalho pode ser melhorado mais rapidamente, mas ainda a Secretaria de Educação não possui resultados satisfatórios, ainda existe muita evasão escolar. Na questão da saúde, o SINASE não possui tratamento dentro das unidades, existe uma dificuldade em tirar o adolescente da unidade, e fazer a escolta para atendimento médico,

inclusive em drogadição. Não há atendimento a todos os adolescentes, a intenção segundo diretor, era ter uma equipe médica em cada unidade, mas a Secretaria de Saúde possui uma deficiência de médicos na rede pública. O CAPS ainda possui problemas com a demora no atendimento.

Em contrapartida, não há condições de fazer escolta, pela escassez de veículos ou despreparo dos agentes nas unidades, e o adolescente só consegue ser atendido pelo CAPS, normalmente depois de três meses, conta o diretor. Por outro lado, há uma visão crítica nesse sentido entre os parceiros e socioeducadores, pois os serviços se fossem todos prestados dentro das unidades, trariam a ideia de um presídio, e isso não seria ideal justamente porque a intenção da política é colocar o adolescente em convívio com a sociedade, e não mantê-lo recluso.

Foi perguntado também, se ele observava uma grande rotatividade de pessoas nos cargos diretivos dentro da política, e sua resposta foi negativa a esse tipo de ocorrência. Complementa dizendo que em questão da gestão, a política SINASE não possuía uma identidade, e esse era o ponto mais importante, o fortalecimento da lei e das entidades públicas é que necessitava ser recuperadas, conclui. A política pública passou por várias mudanças de gestão, em análise aos documentos da Secretaria, o atendimento socioeducativo já passou da SEJUS para a SEDEST e agora está na Secretaria da Criança.

Para o diretor independe da secretaria, porque a maior conquista foi o fortalecimento institucional da política pública, pois criou-se uma identidade que antes não se tinha. E acrescenta dizendo que os cargos de gestão, possui natureza política, que por isso tem prazo de validade. Entretanto, a rotatividade não interfere nos objetivos da política em si, e o que se espera da nova gestão de governo em 2015, são adequações e cumprimento de metas já estabelecidas sobre esta atual gestão.

Além dos aspectos de gestão administrativa, entre os parceiros e a situação dos serviços por elas oferecidas, uma das grandes falhas da efetividade da política, está sobre os aspectos de execução das medidas, principalmente em meio aberto, sendo ela a responsável por mais de 80% de acolhimento dos adolescentes em atendimento socioeducativo. São duas questões das quais atrapalham esse atendimento, uma delas está na remissão, e isso estaria relacionado a questão de reincidências, e para o diretor são duas nomenclaturas que se confundem. Em sua visão crítica, a uma banalização da nomenclatura reincidência, para ele a palavra reincidência possui um significado que aos olhos da população, não possui o mesmo sentido jurídico. Ele explica que o termo reincidência é quando o adolescente comete dois

atos infracionais graves e é transitado em julgado por dois processos distintamente, na qual o adolescente foi sentenciado, porque teve materialidade e teve autoria no ato.

Porém, o que se evidencia na apuração dos atos infracionais, é que quase 90% dos casos são atribuídos por adolescentes que cumprem medida em meio aberto e estão sobre a remissão. Em que significa, um acordo feito pelo MP com o adolescente, na qual não se discute sobre a materialidade, porque conclui-se que foi um ato leve, menos gravoso, e não havendo histórico, há um acordo entre as partes, “nós não te denunciemos, e você não volta a cometer esse ato...”, explica o diretor como é feito em diálogo informal com o adolescente. Nesse caso, o adolescente vai cumprir uma medida de dois meses, justamente porque foi concedida a ele uma remissão, e nesse caso essa ação não vale para número de reincidência, explica.

Atualmente, o adolescente quando passa pela UAI, o SIPIA conta-o como reincidente, o que está errado na visão do diretor, porque houve remissão na maioria dos casos. Por isso, para ele é difícil ter o número exato de reincidência dentro do sistema. Para corrigir o erro no SIPIA, a nomenclatura deverá ser alterada para “passagens”, ou seja, quantas passagens aquele adolescente teve no sistema. Além disso no momento do cadastro do adolescente no sistema deverá constar a distinção de processos de remissão e processos por reincidência. E reitera que nessa questão, a população observa esses números de reincidência de forma errônea, inclusive pela mídia.

O outro problema observado, é sobre a dificuldade na qual o MP possui em não conseguir acompanhar a execução da medida em meio aberto, da mesma forma que é feita nas medidas de internação. O diretor argumenta que o MP tem prioridade em acompanhar as internações e as de semiliberdade, negligenciando o monitoramento, muitas das vezes, da execução em meio aberto. Nesse ponto observa-se uma insuficiência do corpo técnico sobre a demanda muito maior em meio aberto.

Sobre as percepções dos servidores técnicos e administrativos nos serviços, por eles prestados, em depoimento a servidora em ATRS, responsável pelas atividades de escolta e outras atividades de atendimento diz que:

O atendimento psicológico é oferecido pelo corpo técnico existente na unidade, são poucos técnicos para o número de internos, o que não permite um bom acompanhamento, o serviço odontológico é oferecido em meio externo pelo SUS ou particular ( quando pago pela família) são poucos internos que realmente tem acesso, o atendimento jurídico feito pelo MP semanalmente por meio das VIJs, VEMSE e NUPLA diariamente necessitam de escoltas que são realizadas pelo GAO (Grupo de Apoio Operacional) de forma precária, pois não existem carros e os servidores são despreparados para esse fim, a escolarização é feita pela escola



atuante na unidade, mas todos esses serviços são oferecidos de maneira precária por não haver servidores suficientes para o acompanhamento dos internos em todas as atividades (TAL, 2014)<sup>28</sup>.

Nesse sentido, reitera a assessora do NAI:

Hoje a gente está passando por um problema seríssimo. Na nossa unidade, nós temos déficit de pessoal, nós temos uma demanda de trabalho enorme, e sem concurso público até o momento. Então assim, é uma realidade no sistema. Não é uma exclusividade nossa não. Todas as unidades também necessitam de recursos humanos (PEREIRA, 2014).

Para o diretor, a questão da identidade dos servidores na atividade que desempenham, é algo importante a ser questionado, pois existem casos de servidores que não se identificam com a natureza do trabalho. Ele relata que na composição do quadro efetivo, a situação é de grande rotatividade, o que pode ser comprovado pelo MPDFT (2014)<sup>29</sup> sobre apuração de irregularidades nas unidades. Para o diretor, existiria uma ligação entre a identidade do servidor com o trabalho que executa. Nesse sentido, a natureza da atividade não pode ser confundida com comportamentos de policiamento repressivo, deve ser socioeducativa. Na sua avaliação, o surgimento da carreira SINASE veio para ajudar a melhorar essa situação. Segundo o diretor:

Porque nossos servidores são reflexo da nossa sociedade, então qual é o clamor do público, hoje? Redução da maioridade penal. [...] ‘O que aquele menino fez? Ah, então interna’. Sabe aquela visão de punição, punição e só punição. Então há uma falha, por isso foi criado a um tempo o curso de capacitação, e está nesse projeto em Sobradinho ter um espaço que sirva como Centro de Formação, uma escola socioeducativa para formar um grupo, nós sabemos que precisamos formar melhor nossos servidores, e isso é a nossa realidade (HOTT, 2014).

Nesse sentido, entram os aspectos que decorrem do número de Processos Administrativos Disciplinares, os PADs, que por ventura venham a decorrer dessas falhas na aplicação das medidas socioeducativas em toda a rede. A assessora observa que a demanda de trabalho pode gerar algumas falhas no atendimento; explica que no NAI, por exemplo, as atividades acontecem durante 24hs, com dias ininterruptos de atendimento aos adolescentes. O trabalho é feito em plantões todos os dias. No NAI, não há registro de PADs por indisciplinas, diz a assessora, pois os servidores são orientados a não promover qualquer tipo

<sup>28</sup> TAL, Fulana de. Entrevista 3. [out. 2014]. Entrevistador: Gabriela Katto. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

<sup>29</sup> Acesso disponível em:

[http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/outubro\\_2014/Apura%C3%A7%C3%A3o%20irregularidades%20da%20UISM.odt%20corrigida.pdf](http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/outubro_2014/Apura%C3%A7%C3%A3o%20irregularidades%20da%20UISM.odt%20corrigida.pdf).

de violência aos adolescentes. Mas segundo ela, pode haver algum tipo de PAD por questões administrativas.

Os servidores técnicos que participaram da entrevista relatam que todos os agentes, sejam de módulo, sejam de escoltas são incumbidos de tudo no que se refere a segurança do interno. E que haveria uma sobreposição de atribuições na medida em que não existem servidores em número suficiente para que seja feita uma justa divisão de tarefas. Não se observa na legislação a proporção expressa e taxativa de servidores para o atendimento socioeducativo, mas para agente ATRS, a equipe é uma espécie de termômetro de como vai se transcorrer o plantão, ela relata que trabalhou em várias equipes, e pode perceber que nas equipes em que os integrantes não falam a “mesma língua” os internos percebem, gerando um clima totalmente pesado e desfavorável para o cumprimento das atividades no módulo. Em sua opinião, essa situação ocorre pela falta de preparo e pelo número escasso de servidores para determinada atividade. Ela lembra também, que ao se tornar servidora efetiva, em 2012, o curso profissionalizante não correspondeu à realidade e considerou o curso de formação insuficiente. Para servidora, a estrutura física não é corretamente adaptada aos agentes plantonistas, por exemplo, e não possui locais adequados para o repouso, nem para o local de observação do pátio nos módulos, e para os internos também não está perto do ideal, com quarto apertados, mal ventilados, e ainda com casos de superlotação.

Já a servidora que trabalha no UAI acredita que não haja sobreposição de atribuições na unidade em que executa suas atividades, porém, na sua visão, pela falta de efetivo de servidores, todos acabam trabalhando no limite. Com relação ao local de trabalho, a servidora diz oferecer as condições necessárias para exercer as atividades, considerando ser um prédio aparentemente novo, para ela o mais frustrante é a falta do efetivo, que faz com que cada plantão seja muito exaustivo. Como uma das operadoras do sistema SIPIA, a servidora relata também que fez um curso de capacitação, e quando perguntado sobre sua percepção do novo sistema, ela considerou o SIPIA um instrumento que auxilia na gestão das medidas socioeducativas, um sistema inovador que veio para agregar suas atividades e dos órgãos relacionados a rede, mas destaca que por ser um sistema novo, sempre há correções e melhorias em alguns recursos.

Sobre os meios de informação e o acesso a informação da política pública SINASE, além do reporte da mídia, a assessora diz que:

Há um sentimento de justiça na sociedade, de que o ‘bandido’ está solto e que é preciso tirá-lo da minha porta e que a grande mídia acredita, e isso intensifica muito o olhar da população sobre aquilo que não é o mais positivo no sistema, que é a

reincidência, que é a constante apreensão de adolescentes, as situações de conflitos e mortes nas unidades, mesmo que existe matérias positivas (PEREIRA, 2014).

Ela enxerga que não tem um único “culpabilizador”, ou seja, só a mídia sobre o poder público. Porque ainda existe a impressão de que a execução dessas medidas socioeducativas, não são socioeducativas. Entretanto na sua visão, a sociedade precisa observar ou procurar entender que existe efetividade dentro da política. E nesse caso, a mídia acaba mascarando os resultados da política pública SINASE. E é nisso que a sociedade precisa se atualizar ou compreender melhor, conhecendo as políticas públicas oferecidas. “É aquilo, o que eu não conheço, o que eu não vou atrás, quem chegar com a informação antes, sai na frente”, desabafa sobre o comportamento da mídia.

Nesse caso para ambas servidoras administrativas, a mídia contribui de forma alheia à realidade enfrentada no sistema socioeducativo, para elas existe uma maior importância sobre as notícias ruins, como tortura e morte de interno, e não é mostrado a real condição de trabalho enfrentado diariamente pelos servidores, não expondo a forma exaustiva e precária da insuficiência do efetivo, não expondo o despreparo dos agentes inseridos nesse contexto, e não expondo o real problema que é a administração ainda ineficaz do sistema socioeducativo como um todo.

Sobre a implementação do sistema SIPIA, pode ser observado os dados dos adolescentes, na qual todas as unidades conseguem visualizar, pois todo servidor que foi capacitado, tem acesso aos caminhos dos atendimentos que são feitos por unidade, ou seja, para onde estão levando o adolescente e por onde ele passou e quais atendimentos que ele possui. Porém um dos problemas atribuídos ao sistema SIPIA revela a assessora é:

Por exemplo, enquanto esse menino no primeiro momento, permanece na UAI, a equipe responsável consegue visualizar esse atendimento sendo executado, mas outras unidades não possuem essa visualização, só se sabe para onde ele foi, mas não o que foi feito naquela unidade (PEREIRA, 2014).

Para o diretor, como um dos gestores do sistema, isso não é o ideal, na prática ele consegue enxergar todos os atendimentos de todas as unidades, por fazer parte da Direção, mas os outros servidores administrativos possuem essas limitações de acesso, o que pode dificultar a compreensão da execução das medidas como um todo. Em nível de Coordenação, por exemplo, o acesso a certos campos também é restrito a quem está executando a medida dentro da unidade, os coordenadores da internação, semiliberdade e meio aberto possuem acesso, porém visualizam somente as unidades da medida que é responsável. O diretor afirma

que outros servidores estão sendo capacitados, mas cada um possui um perfil pré-determinado em que as alterações somente são feitas pela própria CV, inclusive do adolescente, por exemplo, quando for preciso mudar o tipo de medida de meio aberto para internação, a alteração é feita também pela CV.

Outros problemas encontrados nas Unidades inseridas no sistema SIPIA, está relacionado a resistência de parte dos servidores no manuseio do sistema de informação. Pois os servidores ficam com receio até medo do “novo” ou ficam se questionando sobre sua efetividade. A implementação já foi feita em todas as unidades de meio aberto, e somente tem acesso aqueles que já foram capacitados. Mas a rejeição tem acontecido em algumas unidades, o diretor conta que algumas coisas no SIPIA não atendem as unidades, principalmente, nas unidades de internação. Antes de surgir o sistema, havia um tipo de registro chamado CADIN, é um banco de dados do Access, que foi criado por um servidor na época em que trabalhava no CAJE, por sentir a necessidade de um controle maior das atividades. Mas o diretor, afirma:

O CADIN ainda existe e atende muito mais no atendimento socioeducativo nas questões administrativas internas que o SIPIA não faz. Por exemplo, o CADIN mostra a relação de pessoas que podem visitar o adolescente, mostra as informações mais específicas da unidade, ou por exemplo, o adolescente saiu na sexta-feira e tem que voltar domingo em tal hora, no CADIN eu consigo ver o horário de retorno e saída, mas no SIPIA não, ou um servidor está de folga hoje, eu tenho a relação de pessoas que estão disponíveis. Nesse sentido, o SIPIA somente me serve para execução da medida, ele não consegue abarcar as demandas administrativas das unidades, e isso é uma resistência dos servidores, porque na prática agora o que acontece? Eu tenho dois sistemas para alimentar. Porque eu não consigo excluir o CADIN (HOTT, 2014).

O SIPIA pode gerar relatórios sobre simples informações, por exemplo, como estão sendo feitos os atendimentos em cada unidade. Todos os dados estão no SIPIA, desde o registro do auto de infração, a hora que o adolescente entrou na UAI, onde ele mora, onde ele cometeu a infração, entre outras informações o sistema abarca, mas não é possível gerar o cruzamento de dados como explica o diretor:

Por exemplo, eu poderia pegar informações do dia 1° de janeiro a 1° de julho, na Região Administrativa de Sobradinho, eu tive quantos roubos? Ou saber na quadra tal do Plano Piloto que tipo de infração acontece? O problema é tráfico de drogas? Aumenta o policiamento naquele local. O SIPIA ainda não faz isso. Outra questão, era saber se o adolescente já está nos presídios ou se morreu, porque sabendo dessa informação, o adolescente entraria no programa dos egressos, pois se ele não está preso, não está passando por nenhuma medida socioeducativa, não responde por mais nenhuma ação judicial ou não morreu, logo podemos entender que ele pode ter se recuperado, está trabalhando, estudando, fazendo alguma coisa na vida egressa dele, então a política pública funcionou (HOTT, 2014).

Sobre a articulação do SIPIA com as outras entidades públicas (Poder Judiciário, Ministério Público, entre outros), o diretor diz que alguns parceiros não possuem acesso ao SIPIA, nesse sentido estão sendo encaminhados a SDH a solicitação de acesso ao poder judiciário e o MP com perfil consultivo das informações. Outra solicitação é da Polícia Civil, apesar de não fazerem parte como um dos parceiros dentro do NAI, ele destaca que as vezes o adolescente está sobre investigação, e a polícia quer seu depoimento ou tem mandado de busca e apreensão, e nesse caso ele poderia estar na internação, a polícia não tendo essa informação fica inviabilizado de cumprir o mandado. Ou seja, na prática todas as solicitações de informação nesse sentido são feitas a Central de Vagas. Por isso, o diretor comenta que será criado um perfil de acesso com informações limitadas a esse órgão. Inclusive neste mês de novembro, integrantes do governo, como SDH e dirigentes do SIPIA fazem um Encontro Nacional do SIPIA, reunindo-se em Fortaleza para discutir esses tais melhoramentos, acrescenta o diretor.

Todos os esforços realizados pelo trabalho na unidade e sua integração em rede, ainda não conseguiram superar os principais desafios da política, como a evasão dos adolescentes em medida em meio aberto; o excesso de adolescentes nas unidades; a fragilidade das redes na intervenções e construção de vínculo com o adolescente; a precariedade dos serviços prestados; a falta de acompanhamento familiar; o baixo quadro efetivo de servidores, principalmente da carreira; fatores externos socioculturais e históricos, entre outros. Porque de fato, o que se busca alcançar é a efetiva ressocialização do adolescente, numa perspectiva de desenvolvimento de sua autonomia, com planejamento e o auxílio da equipe socioeducativa, além do acompanhamento efetivo da família.

Sobre a análise da assessora, o DF ainda possui uma postura muito forte da internação e para se reverter essa situação é preciso ter um maior investimento nas medidas em meio aberto, qualificar essas medidas no que diz respeito a sua proposta de funcionamento. Para ela, não adianta gastar, investir na execução da medida socioeducativa e a rede socioassistencial não funcionar. As políticas públicas de educação, saúde, esporte, assistência social, trabalho, entre outras, todas juntas devem possuir condições de absorver esse público. Observa também que dentro do contexto social, os adolescentes não são diferentes das adolescências passadas. “Todos eles também querem um celular para se inserir num grupo. Eles também querem fazer a ‘selfie’, todo mundo sai em ‘selfie’, eles não são diferentes. E a necessidade de consumo na maioria das vezes é o principal motivador pra prática de ato infracional”, destaca.

Segundo a assessora, a maior parte dos atos inflacionais que o NAI recebe é de roubos e furtos. Para ela, o número de infrações de atentado contra a vida, homicídios, latrocínios é pequeno em comparação ao roubo. Nesse sentido é preciso haver uma leitura nessa perspectiva de tentar diminuir o número de adolescentes em unidades em meio aberto, e fortalecer as outras assistências e serviços, para que o adolescente não volte para mesma situação que ele estava antes, ou seja, a política busca a ressocialização, mas os resultados são qualitativos e não quantitativos, por isso da dificuldade de mensurá-los.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A aprovação do SINASE enquanto Lei Federal, foi um importante avanço no sentido de garantir a responsabilização dos governos sobre o jovem que comete ato infracional e também de unificar a execução das medidas socioeducativas em todo o país, pois agora existe uma política específica que cria parâmetros e dá ordens aos Estados, Municípios e DF. Nesse sentido, o GDF ainda tem falhado na execução das medidas socioeducativas e, principalmente, no sentido de não garantir ainda um ambiente adequado e recursos suficientes para se cumprir os atendimentos dos quais dispõem a lei. Foi diagnosticado que o número insuficiente de servidores em todos as áreas e unidades das medidas socioeducativas compromete o desenvolvimento das atividades de forma geral, além da não qualificação adequada durante os cursos de capacitação, indo desde a questão da criação de identidade com a natureza do trabalho até a qualificação técnica mais pertinente às atividades desempenhadas, como reveladas nas entrevistas.

Dessa maneira, a deficiência atual do quadro efetivo e dos recursos materiais e físicos das unidades trazem consequências para a gestão administrativa, inclusive o surgimento de Processos Administrativos Disciplinares atribuídos aos servidores, que muitas vezes também se exaurem pelo ritmo intenso de trabalho e acabam sendo propiciadores de negligências administrativas. Entretanto, a responsabilização deve também existir em níveis hierárquicos superiores, já que os PADs provem da acumulação generalizada de problemas em toda a gestão da política. Por isso, o fortalecimento do SINASE com uma carreira socioeducativa mais robusta e valorizada com o aumento do efetivo, será possível enxergar com mais clareza o perfil de um servidor socioeducativo e consequentemente diminuir os problemas da intensa demanda aos servidores atualmente.

Na prática, o atendimento socioeducativo vem sendo executado, apesar de suas deficiências, mas pode-se notar um desenvolvimento maior no DF no sentido de serem os únicos que contemplam a execução de todas as medidas socioeducativas, na qual tal situação ainda não é observada em outros Estados. Nesse sentido pela característica territorial favorável a uma gestão direta de controle e fiscalização, observou-se que esta vantagem seja utilizada no fortalecimento da rede socioassistencial, com a utilização mais efetiva do SIPIA, sobre o monitoramento principalmente das medidas em meio aberto, diagnosticada como sendo um dos maiores problemas da política.

Foi observado que é necessário o maior envolvimento das equipes de todas as unidades no Estudo de Caso, para verificar os problemas que persistem e aqueles que fazem o

adolescente voltar a cometer outros atos infracionais. Na questão da escolarização, a maioria dos adolescentes se encontram em situação de evasão e fracasso escolar porque a família não se responsabiliza no acompanhamento, além de existir uma dificuldade das escolas encontrarem uma metodologia mais adequada aos adolescentes. Nesse sentido, observou-se a necessidade das políticas de educação criem carreiras mais especializadas na educação desse público, entendendo que existam particularidades no atendimento que vão além do aspecto educacional de ensino, na qual o profissional deva ser capacitado para tais atividades.

Sobre a saúde, o foco é na questão da drogadição, e o problema mais recorrente está na parceria com o CAPS, um parceiro que possui várias limitações de recursos e isso reflete na demora do atendimento. Em contrapartida, as deficiências de recursos materiais, como a falta de veículos para escolta dentro das unidades e servidores pouco capacitados para levarem o adolescente até o atendimento, impossibilita a execução desse serviço e dos demais que requeiram acompanhamento de escolta. Para essa área, salienta-se a importância dos cursos de capacitação mais adequados aos servidores que executem esses tipos de atividades e maiores recursos destinados a compra de veículos especializados em atendimento de escolta.

A criação do NAI foi um dos avanços, com um projeto que reúne vários parceiros na articulação da rede socioeducativa. Mas o núcleo está ligado a questão da incompletude institucional, ou seja, uma característica na qual se utilizam de vários setores num mesmo espaço, e o trabalho conjunto vai além da responsabilização de uma única instituição que abarque todas as necessidades de seu público. Por isso deve-se observar a necessidade de um novo tipo de atuação do Estado, nesse sentido, faz-se necessário uma gestão que resulte em políticas intersetoriais mais engajadas, a partir de grupos de trabalho que troquem experiências entre si como foi feita na área jurídica das Varas e no NAI como destacado anteriormente.

Sobre o SIPIA, conclui-se que existem dificuldades no gerenciamento dos processos de atendimento e nos procedimentos administrativos, pois parte dos servidores com relação a efetividade do SIPIA preferem o CADIN. Ao observar que nas unidades inseridas no sistema SIPIA, há ainda uma resistência por parte dos servidores em seu manuseio. Observa-se a importância nesse sentido, de materiais de divulgação para os servidores sobre a importância do sistema e possíveis esclarecimentos quanto os tipos de dúvidas nessa fase de implementação, mostrando as propostas de melhoramento e inclusive dando a possibilidade de sugestões.

Outro empecilho remete aos perfis de acesso ao sistema. Hierarquicamente, o nível mais alto possui total acesso às informações e os servidores administrativos ficam restritos a



alimentar o banco de dados, sem terem a possibilidade de inserir informações que podem contribuir para o sistema. O SIPIA é um instrumento que deveria auxiliar nas atividades desempenhadas pelos servidores técnicos administrativos e os ATRS que manuseiam o SIPIA 24hs. Outra evidência de problema é a falta de relatórios a partir de cruzamento de dados, o que dificulta a análise de gestão. Outra questão está ligada aos adolescentes que por ventura já estejam nos presídios ou até mesmo faleceram. Tais informações seriam adquiridas em parceria com a segurança pública do sistema prisional; com tal informação o programa dos egressos teria fortalecimento. Nessas situações, observa-se a necessidade de uma nova proposta de acesso à visualização das informações a partir de outros perfis e que se crie um campo de interlocução entre a gestão e a administração da política pública, duas atividades distintas, mas que se complementam.

A partir de todos os diagnósticos levantados sobre o atendimento socioeducativo no DF, foi possível observar um maior desenvolvimento da política pública na garantia de direitos da criança e do adolescente sobre os diversos contextos sociais. Verificou-se as complexas relações entre os parceiros, na qual é preciso compreender quais perspectivas vivem aqueles que trabalham na execução das medidas socioeducativas e destacar suas na gestão administrativa. Pois não existe um único culpado sobre os problemas enfrentados nesta política, mas também não pode eximir o poder público, gestores e governantes, da responsabilidade nas escolhas feitas que direcionam suas ações, principalmente na distribuição estratégica dos recursos financeiros, na qual refletem diretamente na execução dos serviços nele pactuado.

Os avanços do SINASE puderam ser percebidos, mas ainda existem várias questões a resolver. A construção de um sistema socioeducativo fortalecido e eficiente vai além da vontade política e dos investimentos em sua gestão. Está relacionada ainda à pouca capacidade das instituições e áreas envolvidas em conseguir uma atuação efetivamente integrada e articulada como rede. Se ao Estado foi concedido o poder de fazer e executar políticas públicas, então que resultem na possibilidade da diminuição desse problema como também leve à sensação de segurança à população.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Murillo. **A Ação dos Grupo de Pressão nos Processos Constitucionais Recentes no Brasil**, Revista de Sociologia e Política nº 6/7, 1996. pp. 149-165.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BEAL, Adriana. Gestão estratégica da informação: Como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. 137 p.

BRASIL, Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Brasília, DF, 18/01/2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de jul. 1990.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos (SDH). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Manual do Usuário. 2010. Disponível em: [http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/97/959/Manual\\_Usuario.pdf](http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/97/959/Manual_Usuario.pdf). Acesso em 11 de nov. 2014.

CÂMARA, L - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL - Comissão Especial - PL 7197/02 - Medidas Sócio-Educativas a Infratores. Número: 1851/13 05/11/2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-7197-02-medidas-socio-educativas-a-infratores/documentos/notas-taquigraficas/notaq05.11.13.pdf>

CAMARA, L M. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Relatório final da comissão parlamentar de inquérito .. Disponível em: [http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi\\_febem\\_relatorio\\_final.htm](http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_febem_relatorio_final.htm)

CASSARRO, Antônio Carlos. **Sistema de informações para tomada de decisões**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1995. 104 p. (Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios).

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Relatório Panorama Nacional - A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação. Programa Justiça ao Jovem. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – DMF. 2012

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público, Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Brasília/DF. 2013. Disponível em: [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Noticias/2013/Arquivos/Relat%C3%B3rio\\_Interna%C3%A7%C3%A3o.PDF](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Noticias/2013/Arquivos/Relat%C3%B3rio_Interna%C3%A7%C3%A3o.PDF)

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. Relatório mostra superlotação nas unidades de internação para adolescentes., 2013. Acesso <http://www.cnmp.mp.br/portal/noticia/3708-infancia-relatorio-mostra-superlotação-insalubridade-e-fugas-nas-unidades-de-internação-e-de-semiliberdade-para-adolescentes>

CONANDA. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Direitos Humanos – Brasília-DF:, 2006

D'ASCENZI, Luciano. e LIMA, Luciana Leite. **Implementação De Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas** - Revista De Sociologia E Política V. 21, Nº 48: 101-110 Dez. 2013.

DANTAS, L. A violência contra Crianças e Adolescente no Brasil Colonial e Imperial Disponível em: <[http:// https://comitedehistoria.wordpress.com/2008/03/28/a-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-colonial-e-imperial/](http://https://comitedehistoria.wordpress.com/2008/03/28/a-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-colonial-e-imperial/)>. Acessado em 25 de set 2014

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Lei nº 8.069. Senado Federal, 1990.

FABIANOVICZ, Ana Cristina. SCHOLZ, René Gomes. EDU -Encontro de Comunicação e Educação de Ponta Grossa. A EDUCOMUNICAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO GT5: Mídia e Educação Social. Modalidade: Comunicação Oral.

GDF.Secretaria da Criança. Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal- Internação, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995a.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de programas sociais no Brasil**: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas - PPP, Brasília: IPEA, n. 36, p. 251-275, jan./jun. 2011.

MPDFT. Ministério Público do Distrito Federal e Território. RELATÓRIO DE PESQUISA, .Perfil dos Adolescentes que Morreram Enquanto Cumpriam Medida Socioeducativa de Internação, Semiliberdade e Liberdade Assistida - maio de 2007.

NETO, Eufraim. **Violência contra os jovens: um desafio de todos nós!** Acessado em 17 de out 2014 <http://www.mercadoetico.com.br/arquivo/violencia-contra-os-jovens-um-desafio-de-todos-nos/>

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: ENAP, 1998. 365 p. ISBN 8573261145.

PEREIRA, Potyara A. P. **Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 77, mar 2004.

SANTOS, Hermílio. **Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea** [recurso eletrônico] / org. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em Conflito com a Lei: da indiferença à proteção integral**: Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SCHNEIDER, Volker. “**Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas**”, tradução de Hermílio Santos. Civitas, Vol. 5, Nr. 1, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133p. ISBN 9788522110797.

SILVA, E. r. a. & GUERESI, S. (2003). **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil** (texto para discussão, 979). Brasília, DF: instituto de Pesquisa Econômica aplicada – IPEA

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto. **O Processo de Implementação de políticas públicas no Brasil**: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno nº 48. 2000

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

TCU. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria, Acórdão nº 304/2004-Plenário, com o objetivo de avaliar os aspectos de segurança e funcionalidade do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, 2005.

UNICEF, O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF: 2011.

VARALDA, Renato Barão. COMISSÃO ESPECIAL - PL 7197/02 - Medidas Sócio-Educativas A Infratores. Camara dos Deputados. 2012, 93p.

Sítios:

[http:// www.crianca.df.gov.br](http://www.crianca.df.gov.br)

[http:// www.sdh.gov.br](http://www.sdh.gov.br)

[http:// www.df.gov.br](http://www.df.gov.br)

[http:// www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)

[http:// www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

## ANEXOS

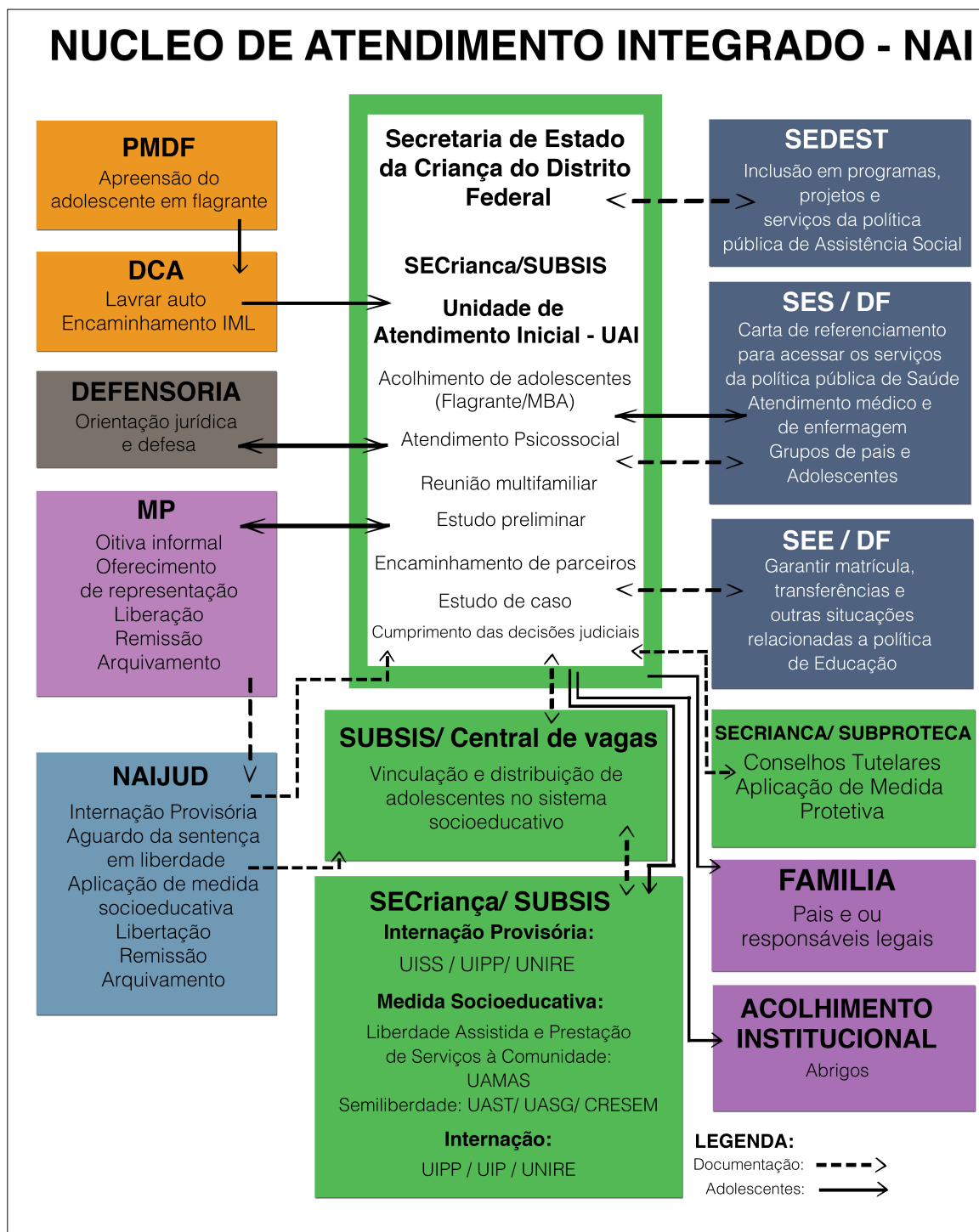


FIGURA 7 – TELA DO PORTAL DO SISTEMA SIPIA SINASE  
FONTE: PORTAL<WWW.SIPIA.GOV.BR>

[illegible]

Sócio econômicas	
Convívio Familiar:	Selecione o convívio familiar
Composição Familiar:	
Renda Familiar:	Selecione a renda Familiar
Qtd Filhos do adolescente:	
Situação Profissional	
Situação Profissional:	Selecione uma situação Profissional
Atividades:	
Escolaridade	
Situação Escolar:	Selecione uma situação escolar
Escolaridade:	Selecione um nível de escolaridade
Última escola frequentada:	
Endereço da Escola:	
Atividades Pedagógicas:	
Saúde	
Uso de drogas:	Ignorada
Drogas Utilizadas:	<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="flex: 1;"> <p>***** Tipos de Drogas Disponíveis *****</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ÁLCOOL</li> <li>CIGARRO</li> <li>COCAÍNA</li> <li>CRACK</li> <li>ECSTASY</li> <li>INALANTES (COLA, SOLVENTES ETC)</li> <li>INJETÁVEIS</li> <li>MACONHA</li> <li>MEDICAMENTOS (COMPRIMIDOS, XAR)</li> <li>MERLA/MELA</li> <li>OUTRAS DROGAS</li> </ul> </div> <div style="flex: 0.1; text-align: center;"> <p>&lt;-</p><p>-&gt;</p><p>&lt;&lt;-</p><p>--&gt;</p><p>&lt;*&gt;</p> </div> <div style="flex: 1;"> <p>***** Drogas Utilizadas Pelo Adolescente *****</p> <ul style="list-style-type: none"> <li></li> <li></li> <li></li> <li></li> <li></li> <li></li> <li></li> </ul> </div> </div>
Avaliação Psicossocial:	
Avaliação Física:	

**FIGURA 8 – TELA DE CADASTRO DE ACOLHIMENTO – PRIMEIRO ATENDIMENTO / INTERNAÇÃO PROVISÓRIA**  
**FONTE: SDH/PR, 2010**



**FIGURA 9 - REPRESENTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRAL**  
**FONTE: SECRIANÇA (ELABORAÇÃO PRÓPRIA)**



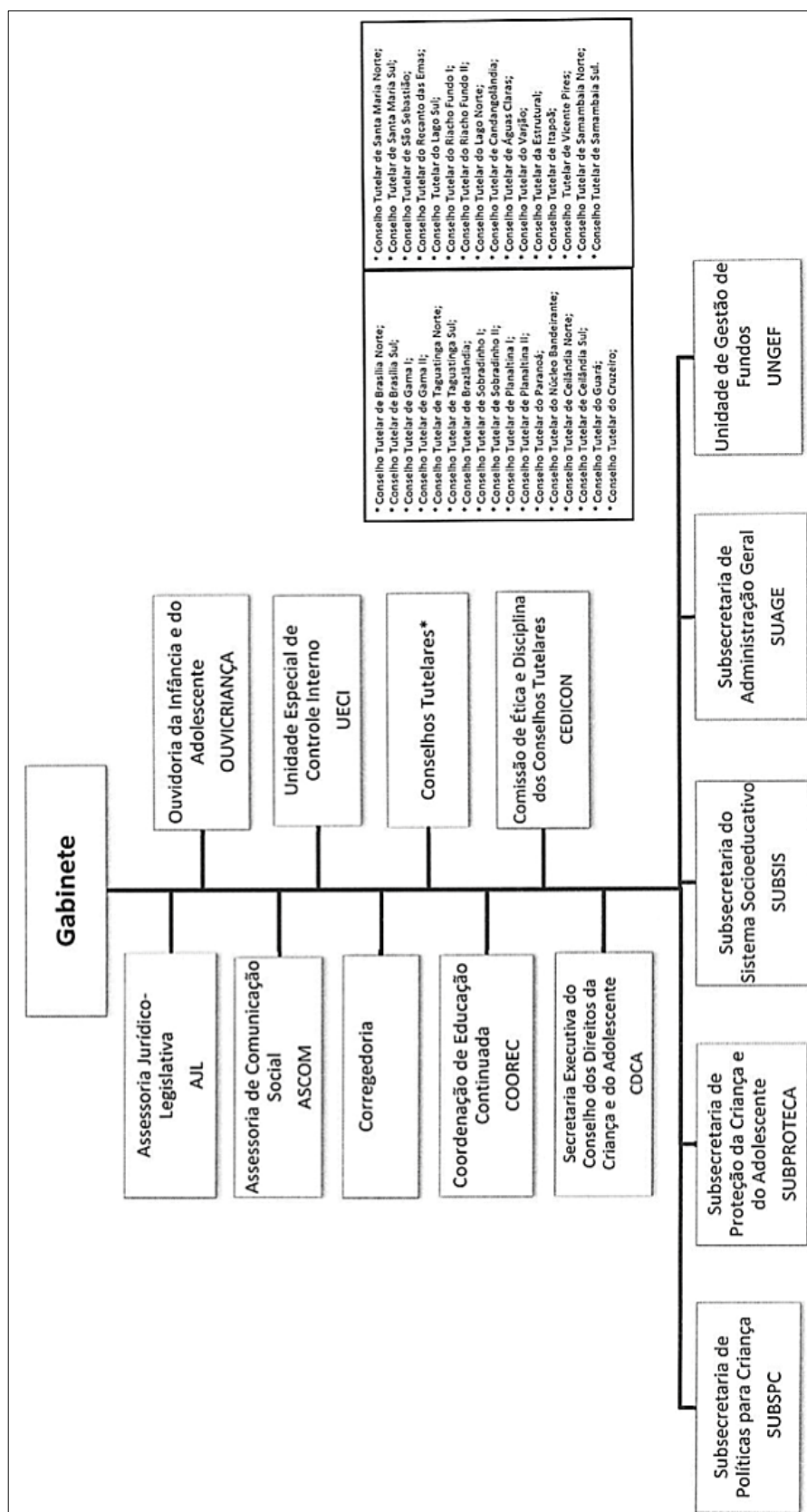


FIGURA 10 - ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DA CRIANÇA - DF  
 FONTE: SECRIANÇA <WWW.SECRIANCA.DF.GOV.BR>

FONTE: SECRIANÇA <WWW.SECRIANCA.DF.GOV.BR>

## APÊNDICE

### Transcrição das Entrevistas

#### ENTREVISTA 1

Entrevistado: Pedro Murilo Hott, diretor do Central de Vagas da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria da Criança do Distrito Federal

Pergunta: Como está a implementação da lei SINASE no DF?

Pedro: A gente vem de um histórico de descrença total do Sistema Socioeducativo. O Sistema Socioeducativo estava largado há muitos e muitos anos, e há três anos nós conseguimos sair do buraco. Na prática estávamos largados, abandonados. A gente só tinha o CAJE, o famoso CAJE que todo mundo conhece a sua história, como uma unidade fora de qualquer padrão que a 36 anos tinha sido criado, ou seja ele foi criado na época da ditadura militar e que veio sendo criado “puxadinhos” para dar conta da demanda. Por que? Porque a população do DF cresceu muito nesses últimos anos e a nós não tínhamos estrutura, não tínhamos unidade que dessa conta. Então era, criando “puxadinho”, mas mesmo assim “amontoando” os meninos lá dentro. A realidade do Sistema Socioeducativo sempre foi essa. Sobre outras unidades além do CAJE, nós tínhamos a UNIRE no Recanto e a UIP em Planaltina. A UIP já é uma unidade mais recente, então ela já tem uma estrutura um pouco mais próximo do que o SINASE determina. É uma unidade com capacidade para até 90 adolescentes como a lei do SINASE determina, só que são quartos quádruplos, não são quartos duplos, então tivemos que nos adequar, mas a UIP é o que nós temos de mais próximo, digamos assim no padrão de atendimento socioeducativo. A partir de então, tomou-se a decisão política de desativar totalmente o CAJE e para isso foi necessário criar as demais unidades que pudesse substituir o efetivo no CAJE. Então foram criadas a Unidade de Internação de Santa Maria e a Unidade de Internação de São Sebastião, ambas já em funcionamento no parâmetro do SINASE. A unidade com o efetivo de atendimento de até 90 adolescentes na teoria, mas foram feitos 90 quartos individuais, e que a partir de estudo realizados sobre ressocialização, não seria interessante deixar esses adolescentes sozinhos em quartos individuais, pois é importante na visão socioeducativa a convivência entre eles. Então, 40 quartos individuais uma parte deles viraram duplos. Então o efetivo dessa unidade aumentou. Então hoje são unidades que tem quartos duplos que passam um pouco do quantitativo total que é proibido pela legislação do SINASE, mas que atende todos os demais requisitos do sistema. Então assim, a implementação do SINASE está caminhando ainda dentro do sistema socioeducativo. Nós temos uma unidade ainda para inaugurar que é a de Brazlândia que tá próximo de ser inaugurada, seria nossa terceira unidade.

P.: Ainda este ano?

Pedro: Eu acho que não. A previsão era de que ela seria inaugurada em setembro e não foi, nós estamos com problemas no Governo sobre os contratos, pagamentos e tudo mais, temos problemas de gestão nesse sentido, então eu acredito que a gente não vai conseguir finalizar essa obra para inaugurar esse ano. Então assim, possivelmente vai depender da próxima gestão se vier para dar andamento, acredito que logo no início do ano nós conseguiremos inaugurar essa outra unidade. Mas já conseguimos desativar o CAJE desde março sem a inauguração dessa unidade, só com as outras duas. Nós temos também a Unidade de Internação de Saída Sistemática, que é um projeto, vamos dizer que não existe no país algo

nesse sentido. A SDH já nos visitou e ela quer fazer um encontro com os demais diretores, querem saber sobre os dados, dados qualitativos e os resultados dessa ideia. A UNISS é uma ideia que foi feita pela Secretaria junto a Vara de Execução. Por que? É até histórico. Essa ideia surgiu numa época de crise do sistema socioeducativo que nós passamos em novembro de 2012. Nós tivemos 3 mortes no CAJE uma a cada semana. E foi-se levantado pela inteligência que estaria ligado efetivamente a saída de adolescentes e obrigação de trazer drogas. Porém, nós ainda não temos esse dado qualitativo mas há a informação de que nessa saída sistemática, quando o adolescente sai, ele deve retornar para unidade. E todos lá saem e retornam. Então acabou com essa pressão dentro do sistema, do adolescente sair e ter que retornar com drogas para os demais, e consequentemente as ocorrências dentro das unidades de internações que envolvem porte de tóxicos, de drogas e tudo mais foi praticamente a zero. Ou seja, antes as portas de entrada dessas drogas eram sempre a visita ou visita íntima. Nós não podemos afirmar que acabou com as mortes dentro do sistema por conta disso. É uma série de fatores que influenciam, mas eu particularmente acredito que colaborou e muito pra que isso acontecesse, temos uma perspectiva muito boa. E isso vai depender da política que for adotada por esse governo atual, de investir, de criar novas unidades que atendam a necessidade da legislação. E como a gente está mudando de gestão a partir de agora, a partir de janeiro, a nossa perspectiva é que continue o trabalho, para que a gente consiga estar com o Sistema Socioeducativo do DF atendendo toda a legislação. Porque além dessa unidade de Brazlândia que está já praticamente pronta nós temos mais quatro unidades para serem criadas, que está previsto, uma unidade em Sobradinho, uma que vai ser exclusivamente feminina no Gama. Então temos mais unidade para serem construídas. Hoje a gente consegue entender em parte.

P.: Com relação a Unidade sistemática de saída, ela está sendo usada exclusividade para essa função? Porque com a desativação do CAJE, poderia estar havendo uma superlotação, e essa unidade agora sendo usada de outra forma.

Pedro: Não está havendo desvio de função. Essa unidade foi inaugurada em novembro do ano passado, está fazendo um ano agora. Eu tinha segregado em todas as unidades com saídas sistemáticas, em que o Ministério Público já concedia este benefício, então o que eu fiz? Eu inaugurei esta unidade e isso me liberou vagas nas outras unidades. E hoje, ela é para 80 adolescentes, mas atualmente temos 72 adolescentes e que possivelmente em quatro meses eles vão sair.

P.: Quais as principais ações dentro do Sinase sendo executadas e quais expectativas de cumprimento destas ações?

Pedro: Acho que já falamos sobre elas um pouco, mas acho importante falar também do Meio Aberto, e esse ponto é uma falha do sistema socioeducativo como um todo, porque a gente sempre fala sobre as unidades socioeducativas de internação, mas nosso sistema é muito maior em meio aberto, que são 15 unidade em meio aberto, nós chamamos de UAMAS (Unidade de Atendimento em Meio Aberto), a gente queria ter mais unidade, uma por cada região administrativa, e são poucas que atendem por mais de uma região, por exemplo, a unidade de Sobradinho que atende Sobradinho I e II, do Guará atende o Guará e a Estrutural, Ceilândia nós temos duas pela demanda, também temos uma na asa norte e uma na asa sul. Então assim, nós temos mais de 4.000 adolescentes no sistema cumprindo medida em meio aberto. E isso era algo que estava largado, em Planaltina, por exemplo, o espaço de atendimento era menor que essa minha sala, e na época atendia 600 adolescentes. Planaltina era uma das maiores, então assim, não tinha estrutura por isso foi feito um trabalho de aluguel de espaço, boa parte da unidade ficava dentro do CRAS e CREAS, ficavam juntos com a assistência social e são políticas distintas, assim como se articulam com a saúde, se articulam

com a educação, isso por conta da incompletude institucional, na prática é isso. No meu ponto de vista, há uma divergência de entendimento, mas imagino também que houve um avanço dentro desse último ano, que criou uma carreira socioeducativa, ou seja temos uma política própria e específica, porque antes do Sinase nós éramos ligados a carreira do SUAS. Então esse foi um dos avanços, pega quem é do socioeducativo, “fatia” e agora vai cuidar disso separado porque tem uma carreira exclusiva para quem cuida do sistema socioeducativo, e essa carreira foi criada em abril deste ano. Então temos uma carreira própria dentro de uma política própria. E isso é um avanço diante do país, porque em todo o país boa parte das medidas em meio aberto são executadas pelos municípios e pelos CREAS se não me engano, porque ainda é uma política de município.

P.: Então a gente interna pelo Estado e o Município atende em meio aberto?

Pedro: Isso, em outros estados acontece isso, a internação e semiliberdade pelos Estados e meio aberto municipalizada, mas aqui no DF, temos a peculiaridade de fazer a medidas tanto de município quanto de estado. Então aqui a gestão é direta, executada por nós mesmos. E eu posso estar enganado, mas pelo que eu sei, não tem nenhuma UAMA aqui que não tenha sido reformada e destinada a espaço próprio, que antes não se tinha. Então nós avançamos muito nesse sentido também, mas precisamos avançar mais como a questão do servidor, numa política de meio aberto, porque se concede a remissão em meio aberto, só que o próprio MP não se consegue acompanhar a execução da medida em meio aberto igual como eles fazem nas medidas de internação. Por que? Porque prioritariamente, até por conta de restrição de liberdade, o MP tem prioridade nas internações e na de semi. Mas são ações que estão sendo criadas, porque a gente não tinha uma base e estrutura para isso, porque quem fazia antes a execução das medidas era a própria Vara da Infância, mas agora a gente tem a VEMSE desde agosto de 2012. Então se você observar na prática, tudo tem acontecido de três anos pra cá. Todas as medidas socioeducativas no DF estão sendo feitas na gestão atual, e nós esperamos que o próximo governo dê seguimento. Uma das questões, foi a criação do NAI, uma criação de parceria, da gente com MP, com o judiciário e com as demais políticas, mas ainda temos que crescer, porque ainda temos vários parceiros para trazermos para dentro no núcleo, mas é tudo muito recente. Então se você avaliar antes, eu tinha uma política de descaso de trinta e poucos anos, hoje eu tenho o Sinase que foi uma legislação aprovada em 2012 e após ela, em dois anos eu consegui um passo muito grande. E assim a gente brincava muito com relação ao CAJE, em que a mídia falava que a gente estava fazendo outros CAJEs, falando de superlotação e tudo mais, e aí a gente sempre falando: “olha a gente não consegue consertar 40 anos em 2, não dá, a gente está dando passos, para que o atendimento ao adolescente seja mais especializado, que não seja como antigamente, tratamento para 50 mas que agora com uma equipe formada um adolescente seja reconhecido e seja tratado como deve ser.

P.: E com o próprio Plano de Atendimento Individual, o PIA, você consegue comentar um pouco sobre em que fase está isso?

Pedro: Olha, o PIA ele já está completamente implementado no nosso sistema socioeducativo. Mas por exemplo, a UAI não se faz, porque a UAI o atendimento é feito em 24 horas, então qual é o tipo de atendimento na UAI? É você conseguir identificar os fatores de risco daquele adolescente e fazer os encaminhamentos necessários, para a saúde, para a educação, para a assistência do adolescente e da família, então esse é o primeiro contato do adolescente com o sistema, daí o menino já vai para, vamos supor, para internação provisória, lá já feito um plano, ele será acompanhado durante 45 dias, daí ele sai de lá com uma medida de internação aí sim é feito o PIA dele, e isso é tudo feito via sistema SIPIA. Além de medida em meio aberto. E os relatórios avaliativos são feitos num prazo máximo de 6 meses que é quando

termina, e é visto no PIA as metas que foram estabelecidas e que foram cumpridas nesse prazo, na prática é isso.

P.: É, o PIA é algo novo e importantíssimo certo?

Pedro: Sim, e o que tem se discutido até a nível de sistema hoje, são as adequações e as padronizações do SIPIA, porque o sistema cria o PIA pelos eixos. O sistema hoje ele se baseia nos eixos, ele traz o PIA e os relatórios avaliativos com base nos eixos que a legislação determina. E a gente tem sob blocos que para gente é importante. Então a gente já está tentando, por exemplo, de hoje até o final da semana está tendo o Encontro Nacional do SIPIA, então todos os administradores estão reunidos em Fortaleza para discutir o melhoramento do SIPIA que um dos pontos são esses eixos, então o DF foi como palestrante para os demais porque a implementação aqui já está bem mais avançada que do nos demais, é até mesmo por conta da proximidade física com a SDH, pois a gente tem reuniões sempre, nós vamos até lá ou eles nos visitam, então eles são um dos nossos grandes parceiros porque nossos cursos são feitos na SDH, na sala que possui computadores e equipamentos de informática e que nós não temos essa estrutura aqui, por isso eles são parceiros importantes.

P.: O Sinase deve também contemplar a interlocução com órgãos, programas, serviços e autoridades para assegurar o Sistema de Garantias de Direitos - SGD. Como está sendo a relação com órgãos, como o Ministério Público, Vara da Infância, Conselho Tutelar, entre outros dentro do Sinase?

Pedro: Bom, houve grande avanço com a criação do NAI, porque a gente trouxe para dentro do nosso sistema os demais parceiros, e isso é nítido para gente com relação a uma política sempre deixada de lado, porque que antes ninguém queria mexer, sempre foi o que trabalho. Então, o MP historicamente tinha uma visão “adolescente deu trabalho então interna” e nós já funcionamos muitas e muitas vezes como entidade de acolhimento, e agora a política tem que ser mais educativa, e por isso nós temos evoluído, trazendo eles para dentro do nosso sistema. Então há, e isso eu falo particularmente pelo Central de Vagas, há uma articulação muito boa no sistema de justiça (Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário), nós trabalhamos em conjunto. Se eu precisar falar com a juíza, eu ligo, nós temos esse acesso. Hoje nós temos duas varas de reconhecimento que fazem a apuração do ato infracional e uma vara de execução, para nossa relação com o judiciário foi feito um grupo de trabalho para ir para dentro do poder judiciário auxiliar e aprender, pois nós precisávamos entender como se dá o processo. Então, eu fui uma pessoa que participou nesses grupos de trabalho, antes de vir pra cá, fiquei na VEMSE, fiquei lá 3 meses para entender o processo, e hoje nós temos de 7 a 9 servidores que estão lá e levam a experiência e ganham conhecimento da vara para que possam retornar e trazer para o nosso sistema essa experiência do judiciário. Então, por exemplo, na JURI nós temos um servidor, na VIJ são dois, nas varas regionais nós temos mais dois e na vara de execução, se não me engano, mais dois. Então, temos essa proximidade, principalmente porque agora a Defensoria, o MP junto ao judiciário virem fazer audiência dentro das nossas unidades isso trouxe eles para mais próximo da gente. É claro que temos muito que evoluir, nós temos também que trazer para esse contexto a Polícia Civil, e é uma autocrítica que nós fazemos, porque o NAI ainda não conseguiu trazer para nosso sistema, isso dá até pela estrutura física. Há um projeto hoje, que prevê o local do antigo CAJE seja construído o NAI, e lá tendo todos juntos num mesmo espaço, então há um projeto já pronto e já foi apresentado, e esse é um projeto do Tribunal, então o Juiz da VIJ, Dr. Renato Rodovalho, ele comprou essa ideia e já foi pra frente e pelo o que tudo indica, ano que vem já pode ser iniciada a construção. Então o que nós precisamos avançar, é isso, trazer as políticas para mais próximo. O Conselho Tutelar, com a Secretaria da Criança se aproximou muito, por que? Porque eles trabalham no mesmo prédio que a gente, nós somos colegas, ou seja, há uma

interface com isso nós temos servidores do Conselho Tutelar no NAI, e estamos lutando frente ao SIPIA para que o Conselho tenha acesso as nossas informações e nós, os deles.

P.: Tem uma parte no sistema SIPIA que eu estava lendo no Manual do Usuário, falando um pouco sobre um banco de dados do CNJ com o sistema SIPIA, você tem algum conhecimento?

Pedro: Na verdade, na prática hoje eles não se comunicam. Mas o que nós queremos mais para frente é que o Conselho, eles estejam se comunicando. Então, por exemplo, chega um adolescente aqui na UAI, o servidor do Conselho vai ter acesso às informações para que atendimento na UAI seja feito, mas se o adolescente sai daqui e vai para outra unidade, nós não temos informações dos conselhos no sistema SIPIA então isso dificulta. Então, ter informação se o adolescente teve atendimento pelo conselho ou não teve, em qual conselho tutelar ele se encontra, ter contato com o conselheiro porque ele conhece a história do jovem, tudo isso é importante. Mas já avançamos, até pela questão da estrutura organizacional mesmo, nós já temos um retorno da SDH que é possível e é provável que isso aconteça, essa interlocução entre essas partes. O CNACL que é do CNJ, também tem uma fala da SDH de serem feita uma interface do SIPIA com o sistema de justiça, mas não seria uma relação do CNACL com o SIPIA, e sim uma absolvição de dados do CNJ para o SIPIA. Mas é uma fala que nós não temos nada de concreto e falando em prazos. Mas o que nós temos no DF é o seguinte, nós já apresentamos nosso sistema para a VEMSE, e ela entrará como parceira consultiva, eles poderão acessar para consultar sempre que precisarem coisas dentro do processo que está no SIPIA. Nós queremos fazer ainda esse ano, com a VIJ, com a Vara regional e com o MP, com o MP está bem encaminhado, em poucos dias estaremos fazendo essa interlocução, e partiu deles essa solicitação e logo eles também poderão acessar as informações. O NAI tem nos proporcionado esse fluxo, mas ainda é um embrião que precisa crescer e expandir mais.

P.: Qual a relação dos CREAS com o SUAS na política pública Sinase? De que forma elas se articulam e interagem?

Pedro: Na verdade a política do Sinase não está dentro do SUAS, o Sinase agora é uma política específica. E a relação do CREAS com o SUAS, sinceramente eu não conheço, eu sou servidor recente, desde 2012, mas nunca trabalhei próximo da assistência. Mas nossa política com o SUAS existe, essa aproximação existe porque temos eles no NAI, mas nós precisamos ter uma interlocução muito maior. Nós temos uma “trava” com eles com relação ainda ao abrigo, nós temos adolescentes que precisamos soltar porque não tem espaço, então nós precisamos de um espaço de abrigo, assim como eles, nós e eles possuímos limitações de estruturas, mas está sendo discutido em nível de acordo intersetorial, a Secretaria da Criança, Conselho Tutelar, SUAS, MP com a promotoria, nós estamos montando um documento que está quase “fechado” que preconiza esse acolhimento institucional, de adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, e isso independentemente da política do Sinase, então os adolescentes que as delegacias acolheram, a polícia militar acolheu, todos reunidos para discutir sobre como será feito esse abrigo. Esta encaminhado, agora é articulação para obter a completude institucional. Para gente é muito complicado, porque era mais fácil trabalharmos separados, ter carreira de médico que fosse da nossa política, trabalhando aqui dentro na rede de atendimento médico, já educação historicamente está dentro do nosso sistema, e talvez essa seja a dificuldade com os demais parceiros, porque nenhuma outra política trabalha dessa forma com a gente, mas educação não, educação está aqui dentro. Então os adolescentes em liberdade restrita, nós temos ainda entre os nossos próprios servidores uma visão de presídio que não deveria ser a realidade, mas que hoje temos, então é uma dificuldade de tirar o adolescente e fazer a escolta para atendimento

médico, inclusive em drogadição. A política de saúde, não consegue atender todos os adolescentes, eles possuem limitações também.

P.: Então essa pergunta foi pensada, para tentar contemplar o Sistema de Garantias de Direitos, como o SUAS, o SUS, o programa de educação, profissionalização...

Pedro: É, nós temos dentro da Subsecretaria, uma Coordenação de Políticas Públicas que faz exatamente essa interlocução com os parceiros. Mas nós já caminhamos muito, apesar dos nossos parceiros terem limitações também assim como nós mesmos. Então, por exemplo, nós queríamos uma equipe médica em cada unidade, mas a Secretaria de Saúde nos disse “é impossível, eu tenho aqui um médico referenciado para atender 20 mil pessoas, como eu vou ter médico para atender 100?”. Então eu não tenho estrutura para isso, é a realidade. Por isso o Sistema de Garantias ele trava por conta disso, porque cada um tem limitações dentro da sua própria política. Nós precisávamos de médicos atendendo os adolescentes de drogadição dentro das unidades, nós temos hoje o CAPS, mas ele demora no atendimento e nós na atividade de escolta, “há não tem condições de fazer escolta, então cancela e volta” e o menino vai ser atendido daqui três meses. Por isso seria mais fácil se isso fosse feito dentro do nosso sistema, mas isso também não tem só seu lado positivo, porque se nós não queremos que aqui seja um presídio, nós temos que colocar o adolescente em convívio com a sociedade, e se eu colocar só na unidade, ele fica recluso, então nós temos também essa visão crítica. Por isso a incompletude institucional é isso, porque é complexo e fazer isso tudo funcionar não é fácil. Mas estamos caminhando, tanto é que temos nosso Plano Decenal, que é pra daqui dez anos, e nós estamos hoje aqui querendo para ontem. Mas acredito que se tudo continuar nós conseguiremos chegar a completar o plano de dez anos. O DF está fechando ainda esse plano, porque são muitos empecilhos, mas esse é um dos principais. Então nós com o NAI conseguimos trazer vários parceiros que até então nós não tínhamos conseguido, esse projeto já está dando frutos.

P.: É possível a implementação de programas socioeducativos, por exemplo, por meio de ONGs?

Pedro: E o que você entende por programas socioeducativos? Você quer dizer a execução da medida?

P.: É, o auxílio ou a execução...

Pedro: A execução, eu defendo que não deveria, é uma atividade típica do Estado, eu não defendo que seja colocado em mãos de ONGs, isso é minha visão particular. É possível? É. É possível ter em medidas de meio aberto, mas hoje não temos. Hoje nós temos um projeto que fala sobre os egressos, que nós não tínhamos e nunca tivemos. Hoje temos que implementar isso, porque quando o adolescente cumpre a medida socioeducativa, ele precisa ter um acompanhamento semestral da vida dele lá fora, e esse acompanhamento deverá ser feito por ONG, nós fizemos licitação, já teve uma ONG que ganhou e ela deve ficar junto com a saída sistemática, então assim que o menino sai ele adere ao programa de egresso.

P.: Eu fiz essa pergunta, por conta do CESAMI no caso, porque ele era administrado pelos padres...

Pedro: Sim, os Amigonianos. A UNIRE, antigo CIAGO, também era administrado por terceirizados, e a gente pegou a gestão em 2008.

P.: Por isso fiz essa pergunta, porque historicamente esse “auxílio ou ajuda” de outras entidades não governamentais que faziam isso...



Pedro: Mas isso se passa no meu ponto de vista, passa uma visão que o sistema socioeducativo é um “problema”, e que nenhum Estado quer executar. Assim, você “joga” na mão do privado e eles executam até porque é mais barato, mas eu não concordo que exista efetividade, porque nós não conseguiríamos fazer isso que estamos fazendo no NAI se ele estivesse nas mãos de uma empresa privada. Mas nada contra, acho o trabalho deles importante, já trabalhei com eles no CESAMI, até dia 31 de dezembro o Central de Vagas funcionou um ano lá com eles em medida provisória. O padre Manolo, nós sempre tivemos uma relação muito boa, mas eu defendo até como parte da carreira, que tem que ser por gestão direta. Mas o programa do egresso, será com eles, porque nós não temos estrutura, mas lá na frente a gente não poderia fazer esse acompanhamento? Pode, acho que futuramente nós também podemos fazer esse acompanhamento sim. Então eu avalio, que sempre teve essas ONGs antes, por conta da ausência do Estado de executar essas medidas. Mas daí passamos pelo ponto das convicções políticas e tudo mais, os Amigonianos na época não tinha essa política que nós temos na gestão atual, até porque essa gestão em rede com os parceiros se dá porque somos, pelo Estado, atribuídos para fazer nosso papel, então a interlocução é melhor.

P.: De onde vem o financiamento do SINASE e para onde está sendo destinado os principais recursos?

Pedro: Não sei. Essa parte de financiamento, eu sei que tem um Fundo da Criança e de outros fundos, mas se não me engano grande parte do que vem de financiamento, vem direto do orçamento que vem da Secretaria. Mas por exemplo, tem coisas nossas que são implementadas diretamente pelo Governo Federal, como a parte da doação de móveis, outros materiais, mas há uma interlocução do Governo Federal com o governo daqui. Mas eu não sei, efetivamente, o que vem diretamente para as medidas de execução.

P.: Relate sobre a experiência desta Secretaria com a implementação do Sinase (destacando os pontos positivos e pontos que ainda precisam ser desenvolvidos).

Pedro: É, acho que conseguimos falar sobre isso certo?!

P.: Sim...

P.: Sobre a construção de outras 05 unidades de internação, que deveriam ser concluídas até setembro de 2013. Qual a situação das construções físicas a serem atendidas?

Pedro: Foi o que já falamos, das 7 construções de unidades, 3 já foram implementadas. Fica faltando as outras 4 unidades, uma delas é feminino, uma em Sobradinho, outra em Ceilândia e outra eu sinceramente não me lembro.

P.: E atualmente, em Ceilândia não tem certo?

Pedro: Não tem não. Só unidade de atendimento em meio aberto. Mas as unidades estão sendo construídas, a de Sobradinho é a que está mais avançada na questão de licitação, e também será feito na unidade um centro de capacitação de servidores.

P.: E a unidade contempla só masculino, ou será masculino e feminino?

Pedro: Nós não queremos segregar, mas hoje nós temos poucas meninas que cumprem medida. Nós temos só uma unidade de internação, mas nós teremos uma unidade específica no Gama só para meninas, porém hoje elas estão em Santa Maria. Agora na unidade de Sobradinho, não será recebido meninas não, só meninos até por conta da demanda.

P.: Sobre os cargos diretivos da Secretaria e das demais repartições que fazem a gestão da política, você concorda que há grande rotatividade?

Pedro: Depende do que você considera grande rotatividade...

P.: Bom, analisando documentos, relatórios e publicações da própria Secretaria e até de artigos sobre a história que se tem desde a mudança para a atual Secretaria da Criança, porque ela é recente, antes ela foi da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, e antes disso, da SEDEST...

Pedro: Isso, ela veio de outras secretarias...

P.: Então, observando tudo isso, a gestão permanecia em uma secretaria por dois anos e depois já surgia outra secretaria...e então ao meu ver isso era ruim, “passando de mão em mão”. Por isso minha pergunta sobre os cargos diretivos é nesse sentido de apoio nos objetivos, porque quando você tem essa mudança de cargo e de pessoas, você pode, ao meu ver, perder um pouco desses objetivos...

Pedro: Eu não acho que haja uma rotatividade grande não. Em questão de gestão, a gente não tinha identidade. Porque a gente sempre foi largada. Então, a SEJUS, a SEDEST e agora a Secretaria da Criança, tem essas mudanças sim, e pode ser que nós podemos mudar novamente para uma outra secretaria ano que vem, mas são especulações porque não sabemos se continuaremos a ser Secretaria da Criança. Mas nós temos um avanço, nós temos uma política pública específica, então independentemente para onde a gente vá, nós temos uma identidade que antes não tínhamos. Agora com relação a cargo de gestão, vou te falar assim, eu estou aqui há dois anos, eu faço parte da diretoria a esse tempo. A antiga secretária ficou conosco três anos, E depois saiu para de candidata nas eleições e teve uma para substituí-la, a antiga subsecretária ficou um ano e a atual fez um ano agora. Então não sei se existe muita mudança, acho que cargo é muito relativo porque tem prazo de validade, por isso mudar de ano em ano eu não considero grande rotatividade. Porque mudar os cargos mas ter uma política bem estabelecida, isso não interfere nas coisas. E agora, a grande questão vai ser colocada agora, será nessa nova gestão de governo, vamos ver como esse novo governo vai se adequar a nossa política.

P.: Então, quando fiz essa pergunta a Juliana, eu me referiria a questão de atividades, do desconhecimento de um outro que está chegando, porque até se estabelecer todo o conhecimento de gestão, e também não sei se teria a ver com questões das disputas políticas, porque você mesmo disse que se espera que o novo governador dê continuidade a tudo isso...

Pedro: Sobre a mudança de cargos diretivos, isso é uma questão política, cargos são de natureza política, então eu estou aqui porque a subsecretaria tem confiança em mim, quando a secretaria sair, eu possivelmente saio e na prática é isso que acontece. O que eu não concordo, e que ainda existe aqui, é que tem pouquíssimos cargos da carreira socioeducativo, e existem pessoas fora da carreira. Agora o que eu não acho que vai acontecer é eu sair daqui hoje e colocarem alguém que não conheça do sistema para me substituir, alguém que seja fora da carreira. A pessoa possivelmente sabe o que é o sistema, conhece como funciona, porque antes a gente já teve a gestão pela polícia civil, que é o pessoal da segurança pública. Mas nós só vamos ver se de fato alguma coisa vai mudar nesse novo governo.

P.: Sobre a memória organizacional e a memória institucional dentro da política pública e dentro das atividades do dia a dia desempenhada pelos servidores e funcionários, como você observa esse acúmulo de conhecimento e experiência nas repartições?

Pedro: Bom, é o que já falei para você e que passa pela questão da identidade da política, aqui nós temos a situação de “entra, e sai, entra e sai de pessoas o tempo todo”, temos poucos servidores antigos, são pessoas novas, mas por que isso? Por que o pessoal não fica? Vamos ver o que está acontecendo, o salário é ruim? Não, não é ruim, se você avaliar frente as demais, o salário não é ruim, o que é então? Eu acho que é falta de identidade. É a natureza que não se aplica a parte policial, e isso é uma avaliação pessoal, então eu acho que a carreira

vai ajudar muito nisso, ter um plano de carreira vai melhorar isso. Porque nossos servidores são reflexo da nossa sociedade, então qual é o clamor público, hoje? Redução da maioria penal. “o aquele menino fez? Interna”. Sabe aquela visão de punição, punição e só punição. Então há uma falha, por isso foi-se criado a um tempo o curso de capacitação, está nesse projeto em Sobradinho ter um espaço que sirva como Centro de Formação, escola socioeducativa e formar um grupo, nós sabemos que precisamos formar melhor nossos servidores, e isso é a nossa realidade.

#### Questões relativas a implementação e execução do sistema SIPIA Sinase

P.: Com relação ao SIPIA, este sistema veio para dar luz a execução do que está regulamentada em lei, como uma ferramenta de informação e gestão dos serviços e programas, dessa forma como se deu a sua implementação no DF?

Pedro: Então, começou com duas servidoras, com a Rosyane e a Tatiana, a Rosyane é nossa gerente do SIPIA no DF e levou essa ideia a SDH para começar a entender como funciona. E primeiro, o que foi pensado? Vamos começar a implementação nas unidades de meio aberto, e isso acontece desde o ano passado e essas meninas conseguiram implementar nas unidades em meio aberto até o final do ano passado e na UAI, porque lá nós cadastramos todos os adolescentes quem chegam e que entram, é a porta de entrada, por isso da importância de ter o SIPIA. Depois o próximo passo, foi tentar implementar nas unidades de internação e semiliberdade, daí se decidiu primeiro ir pra semi, só que quando começa a ir para mais perto das medidas de restrição de liberdade nós temos mais visibilidade, porque o que é sempre feito em meio aberto fica mais “escondido”, infelizmente, porque na verdade deveria ser o contrário. Então deve ser aplicado uma medida em meio aberto com mais efetividade, e a sociedade não consegue enxergar que a medida que ele está cumprindo tem sua função, tem seus objetivos e deve dar resultados, mas a visão que a sociedade prefere é prender, é a punição. E a internação tem mais visibilidade, aconteceu alguma coisa a mídia “cai em cima da equipe”, então a intenção foi criar o SIPIA para organizar melhor as atividades, então fizemos a implementação de todas as UAMAS, já fizemos na Unidade de Internação Provisória em São Sebastião, a UIPSS, que era o antigo CESAMI, e na unidade feminina ainda não conseguimos, mas os servidores já estão capacitados. E ontem, nós concluímos a implementação total na UNIRE, que ficam os adolescentes já sentenciados. Agora só falta as demais unidades, a UIP em Planaltina, em Santa Maria, UISM e São Sebastião, UISS, essas ficaram para o ano que vem. Então nós estamos em quantitativo de adolescentes com mais de 90% dos adolescentes sendo atendidos via sistema SIPIA. Das unidades de internação, as quatro, mais ou menos pelas minhas contas uns 500 adolescentes que ainda estão fora do sistema frente a 5 mil adolescentes nas medidas socioeducativas. Pela UAI, de janeiro até hoje, 5.600 adolescentes que já passaram pela UAI. Então assim, já estamos bem encaminhados e agora só faltam essas outras unidades, que é de internação e são as que dão mais trabalho.

P.: Quem tem acesso ao SIPIA? Quem são os usuários?

Pedro: São todos os servidores. Nós temos perfis de acesso. Por exemplo, os servidores das unidades só tem acesso das unidades. Então, a página inicial nós temos dados dos adolescentes e isso todas as unidades conseguem visualizar, todo servidor que foi capacitado e tem acesso a partir do seu CPF e senha podem acessar e temos também os atendimentos que são feitos por unidade. Conseguimos observar para onde estão levando o menino e por onde ele passou, quais atendimentos que ele tem. Então, enquanto esse menino estava na UAI, a equipe da UAI consegue visualizar esse atendimento dele mas outras unidades não, só se sabe para onde ele foi. Mas eu como gestor do sistema posso enxergar tudo. Então, como é que

funciona na prática, você abre no provisório, você consegue vê-lo, a UAI não, mas eu já consigo. Ou seja, o acesso a certos campos é restrito a quem está executando a medida dentro da unidade, eu já tenho o acesso dos gestores das medidas, que é o coordenador de internação, coordenador da semi e coordenador de meio aberto, eles acessam todas as unidades da medida dele, daí eu tenho a subsecretaria que acessa todo o sistema e nós do Central de Vagas também acessamos todo o sistema. Então, outros servidores estão sendo capacitados, mas cada um tem um perfil em que a gente altera, inclusive do adolescente, por exemplo, o menino cumpri na UAMA mas agora ele cumpre internação, nós fazemos isso.

P.: E a questão da duplicidade de cadastro, por exemplo?

Pedro: Já existiu mais. Não vou dizer que não há a possibilidade do menino chegar na medida de internação sem cadastro, as chances são mínimas, mas pode acontecer, mas 99,9% dos adolescentes vão passar pela UAI, e passando por aqui eu só transfiro depois. Agora uma coisa que precisa ser alterada vai impactar no sistema no geral, porque como ele é nacional, quando eu faço uma solicitação de alteração isso reflete no todo, por isso nós temos esses encontros nacionais sobre o SIPIA, para ver quais os pontos que precisamos mudar e melhorar. Então, se o menino passa pela UAI e vem para o Central de Vagas, eu vejo aqui, e transfiro ele para outra unidade via sistema, e só nós podemos fazer isso, quando esse menino chegar lá, o cadastro estará aberto na unidade que ele foi. Então vai o adolescente, vai junto o cadastro via sistema, mas a gente não consegue fazer isso simultaneamente porque precisaria ter alguém de plantão aqui, porque as vezes o adolescente chega de madrugada e só vai ser passado pelo sistema no outro dia. Então há duplicidade de cadastro? Pode até acontecer, mas a gente identifica. E só quem tem capacidade de excluir alguma informação, é a gente aqui.

P.: Qual a articulação do SIPIA com as outras entidades públicas (Poder Judiciário, Ministério Público, entre outros)?

Pedro: É aquilo que já estávamos falando, nós encaminhamos junto ao poder judiciário e o MP o acesso. Há uma outra solicitação, o da polícia civil. Por que? Porque as vezes o menino está sendo investigado, querem ouvir o menino, ou chegou mandado de busca e apreensão e o menino já está internado, daí eles não conseguem cumprir o mandado. Então na prática, todas as solicitações de informação que eles pedem a gente responde, as vezes eu fico o dia inteiro respondendo a polícia civil. Só que nós precisamos pensar ainda num perfil para criar em que ele tenha acesso a informações que só interessem a eles, porque informações nossas que não é interessante ir pra polícia civil. Já em justiça, o MP e o poder judiciário vão entrar como perfis de consulta.

P.: Como atualmente se comportam as Unidades inseridas no sistema SIPIA?

Pedro: É engraçado falar sobre essa parte, porque isso passa pela psicologia, porque nesse caso o novo assusta. Os servidores ficam com receio, com medo do novo, ficam cheio de questionamentos sobre o que tudo aquilo significa. Então, por exemplo, hoje, nas unidades de meio aberto todas as unidades estão implementadas com o sistema SIPIA, porque todos os servidores estão capacitados, nas unidades de semi nós estamos passando por uma transição agora, implementado em julho, nas de internação provisória, a IUP, nós tivemos umas resistências de servidores, e é natural porque a gente já previa essa rejeição, então está sendo aos poucos. Até porque tem coisas no sistema que não atendem as unidades, principalmente, na internação nós temos um registro chamado CADIN, é um banco de dados do Access, foi criado por um servidor nosso, havendo uma necessidade de controle nosso, criou-se e colocou no CAJE, e o CADIN atende muito mais no atendimento socioeducativo ainda hoje nas questões administrativas internas que o SIPIA não faz. Por exemplo, eu tenho neste CADIN a relação de pessoas que podem visitar o adolescente, ou seja, ele me mostra as informações

mais específicas da unidade, outro exemplo, o adolescente saiu na sexta-feira e tem que voltar domingo em tal hora, no CADIN eu consigo ver isso, no SIPIA não, outro exemplo, o servidor está de folga hoje, quem está disponível eu tenho a relação de pessoas. O SIPIA, ele me serve para execução da medida, ele não consegue abarcar as demandas administrativas das unidades, então nisso eu tenho resistência, porque na prática agora o que acontece? Eu tenho dois sistemas agora. Porque eu não consigo excluir o CADIN.

P.: É nessa hora que a plataforma dá esses entraves, porque como ela é um sistema nacional, a gestão administrativa peca porque as regiões são diferentes...

Pedro: Exato, principalmente o DF. Nessas horas, a gente tem muita dificuldade, mas a resistência é isso, mas acho que é inicial, depois acho que conseguiremos vencer. Temos que fazer várias visitas nas unidades para ver se estão utilizando, como está a implementação de cada uma. Por exemplo, a unidade feminina está com algumas dúvidas, daí nós vamos até lá para verificar o que está acontecendo.

P.: Como o sistema SIPIA trabalha na execução da medida socioeducativa e qual é o impacto deste sistema ao público alvo (o jovem infrator)?

Pedro: Hoje, o sistema para gente só serve para execução da medida, então hoje na prática o que nós estamos tentando fazer é algo integrado que antes nós não tínhamos, estamos também avançando nas informações integradas, por exemplo, eu fiz atendimento aqui, então eu já tenho relatório, eu consigo observar para onde estão levando o menino e em que unidade ele já passou via sistema.

P.: Mas, por exemplo, as famílias, porque você tem um atendimento ao adolescente dentro da medida socioeducativa, e qual seria a relação ou se há realmente uma relação do sistema SIPIA com as famílias?

Pedro: Do sistema SIPIA, não, do sistema socioeducativo, sim. E há campos para você inserir dados no sistema SIPIA referentes a família.

P.: Pedro, minha intenção nessa pergunta era entender, considerando que a família é muito importante para o cumprimento da medida do adolescente...

Pedro: Na verdade a equipe técnica que atende a família desse adolescente e quem joga essas informações com a família para o sistema, é a equipe técnica, então eu não posso falar que a família não faz parte, ela faz parte mas indiretamente, ela não tem acesso as informações do sistema. Por exemplo, eu sou o servidor técnico e estou aqui te atendendo e você é a mãe de um adolescente, então eu estou pegando todo o contexto do adolescente, as relações familiares, se ele trabalha, se a família participa de alguma política social, começo a entender como o adolescente entrou nesse contexto, e eu posso diagnosticar algumas coisas e perceber que as vezes o problema é a renda, e assim poderá indicar os fatores de risco desse menino e aplicar a melhor medida, e tudo isso que estamos conversando aqui, eu estou colocando tudo no sistema, mas você não tem acesso. E há outra falha, é a aproximação com a família de informar aonde o adolescente está, em que unidade ele está, informar o que acontecerá com ele nos próximos meses, informar um telefone de contato e no dia seguinte contatá-los e informar que o adolescente vai ser levado para tal lugar, ou seja, fazer uma interlocução entre equipes, a gente precisa disso e nós não temos.

P.: Como os Relatórios e Estatísticas do sistema SIPIA podem auxiliar na gestão do Sinase? Atualmente possui resultados e avaliações sobre o SIPIA?

Pedro: O SIPIA tem algumas limitações quanto a gerar relatórios, porque os relatórios são travados. Por exemplo, eu consigo buscar medidas encerradas em Santa Maria, mas se eu

quiser saber quantas medidas foram encerradas de adolescentes com 15 anos? Isso ele não faz, nesse sentido pra gente é muito ruim. Então nós queremos um sistema que gere relatórios a partir de vários campos que eu marque, e com cruzamento de informações me forneça relatórios para que a gente possa consultar. Mas o que já temos, já ajuda na gestão de pessoas, gestão da política, e a implementação. Por exemplo, eu consigo gerar aqui a informação de quantos adolescentes estão esperando vaga para serem atendidos em meio aberto, outro exemplo, eu consigo ver quantos adolescentes estão aguardando decisão judicial, porque dentro do sistema estão registrados mais de 4 mil adolescentes em meio aberto, mas 2 mil deles não estão no efetivo, ou seja, não estão de fato cumprindo medida socioeducativa em meio aberto. Outras circunstâncias, eu tenho um menino em medida de meio aberto e agora ele pegou internação, eu vou lá e mudo no sistema, eu tenho um menino em tratamento de drogadição, eu consigo ver onde ele está.

P.: Pedro, agora uma informação, vocês conseguem ver aonde aquele menino mora e em que local ele cometeu a infração, e gerar para a polícia essa informação?

Pedro: A gente consegue, mas não pelo sistema, isso é feito manualmente.

P.: Porque isso seria interessante para a segurança pública, saber se aquele adolescente mora naquele lugar que ele cometeu a infração, porque nós temos infrações no plano piloto, certo?

Pedro: Sim. Eu tenho todas essas informações no SIPIA, desde o registro do auto de infração, a hora que o menino entrou na UAI, eu sei onde ele mora, onde ele cometeu a infração, mas o sistema não me gera o cruzamento disso. Por exemplo, eu poderia pegar informações do dia 1º de janeiro a 1º de julho, na Região Administrativa de Sobradinho, eu tive quantos roubos? O SIPIA ainda não faz isso. O sistema não me traz por região de cometimento mas me traz por região onde o menino mora. Há exceções, mas normalmente ele comete o ato infracional na região onde ele mora, exceto quando comete no Plano Piloto, mas normalmente o adolescente cometeu na Ceilândia, ele mora na Ceilândia, ou seja, o sistema me traz esse tipo de informação, mas o pedido de mudança acho que vamos conseguir rápido. É importante, outro exemplo, eu gostaria de saber na quadra tal do Plano que tipo de infração acontece? Daí o sistema me geraria isso, e poderíamos investigar se o problema é tráfico de drogas, por exemplo. Ou seja, eu faria um rastreamento de drogas no DF, um mapa onde eu poderia verificar qual ato infracional existe naquela região, e isso vai se refletir nos trabalhos da polícia civil, polícia militar. Agora o que a gente queria mesmo, era saber se o adolescente já está nos presídios ou se morreu, porque saberíamos dessa informação para saber se o adolescente entraria no programa dos egressos, daí a gente veria se ele não está preso, não está passando por nenhuma medida socioeducativa, não responde mais por nenhuma ação judicial ou não morreu, logo podemos entender que ele pode ter se recuperado, está trabalhando, estudando, fazendo alguma coisa na vida egressa dele, então a política funcionou.

P.: Qual o número de adolescentes que atingiram a maioridade, mas que permanecem até os 21 anos, por conta do cumprimento da medida?

Pedro: Bom, eu tenho o efetivo dessa idade aqui no sistema, são aqueles que pegaram até 3 anos de pena, por isso atingiram os 21 anos. Eu tenho nas unidades sentenciados em internação 932 adolescentes. Nossas unidades maiores é a UNIRE e a UIPP, na UIPP, nossa maior, nós temos 262 internados.

P.: E esse número está ligado a reincidência?

Pedro: Não necessariamente, porque vai depender de quando ele cometeu a infração, se ele voltou a cometer a mesma infração, quantas vezes, porque normalmente os atos infracionais que são cometidos são feitos pelos adolescentes de 17 anos. Mas nós temos um caso de um

adolescente com 20 anos, por exemplo, que cometeu atos infracionais desde os 14 anos e por isso ele está cumprindo até hoje.

P.: E nessas exceções, vocês fazem estudo de caso, para saber a efetividade da medida socioeducativa?

Pedro: Existe uma equipe que trata desses casos, mas nós como nível de coordenação não temos essas informações. Mas na UAI, quando acontece do adolescente voltar a cometer outras infrações, nós chamamos o Conselho, o MP e verificar o que aconteceu, porque ele voltou a cometer infração.

P.: Existe algum programa de capacitação, treinamento ou aperfeiçoamento do sistema SIPIA entre os gestores e servidores envolvidos? Se sim, de que forma isso acontece?

Pedro: Sim, inicialmente nós capacitamos os primeiros servidores que iniciaram o sistema, foi feito treinamento e capacitação para todos aqueles que já possuem a implementação do SIPIA na unidade, e depois é feito uma consultoria a distância e se precisar vamos pessoalmente para ver como os servidores estão atuando. Hoje, não existe um programa de capacitação permanente e continuada, nós damos um curso de treinamento e pronto, mas é um projeto que vai acontecer ano que vem para treinar todos os servidores e ser implementar nas demais unidades.

P.: E qual a duração desse curso?

Pedro: A duração é de dois dias, e depois eles ficam duas semanas fazendo o treinamento sozinhos na página do portal de treinamento do SIPIA e depois tem mais um dia que nós ficamos com eles para a efetiva implementação. No caso, nós temos dificuldades com os servidores mais antigos que não tem muita intimidade com a tecnologia e não sabem muito de informática. Esta é a realidade.

P.: Quais os principais problemas enfrentados na gestão do SIPIA?

Pedro: Bom, acho que nós já comentamos nas questões anteriores.

P.: Relate um pouco sobre o antes e o depois da implementação do sistema SIPIA nas unidades, ou seja, o SIPIA pode ser considerado uma ferramenta relevante no auxílio da execução das medidas socioeducativas e também, como um sistema que abrangeria todas as necessidades dispostas na Lei do Sinase e no Estatuto da Criança?

Pedro: Sim, foi o que te falei, o sistema SIPIA tem a possibilidade de abranger tudo, com alterações. Principalmente para gente gerar esses relatórios. O sistema precisa me dar mais respostas sobre os dados que eu lancei nele. Então eu insiro muitos dados nele, mas ele me retorna com poucas análises, poucos resultados ainda, para gestão e para a política pública como um todo, mas para a execução da medida socioeducativa ele já faz. Então, cadastrar e saber todos os dados do menino, ele sai daqui e vai para unidade provisória, depois vai para meio aberto, cumpre, comete outra infração volta para UAI, colocamos ele na internação dependendo do grau da infração, e todo esse deslocamento a gente faz tudo pelo sistema, então isso foi um grande avanço porque antes a gente levava o menino até uma unidade e levava um papel com todo o histórico dele e tudo mais. Mas ainda eu preciso que o sistema melhore, porque a gente sabe que ele tem capacidade para melhorar.

P.: E com relação a esses Sinalizadores, o que seriam?

Pedro: Eu não sei se ele está funcionando, a gente não usa ele ainda. Vamos ver. Bom, eu observo uma falha no sistema, porque olhando aqui, eu vejo o menino que está cadastrado no sistema desde novembro, entrou em medida provisória em abril e está em teses aberto até

hoje, e aí o que eu tenho que fazer? É pegar o nome dele e verificar nas unidades aonde ele está. Isso significa que alguém cadastrou e esqueceu de fechar. Aqui, outro exemplo, aparece o quantitativo de adolescente esperando sentença para medida, e estão em medida provisória e que provavelmente já estourou o tempo de permanência de 45 dias e o sinalizador mostra pra mim. Decretação de medida provisória, não tem decretação porque aqui nós fazemos imediato, agora tem lugares no país que isso não acontece, porque lá ainda não tem unidade de medida provisória, por exemplo. Então, por exemplo, Minas Gerais tem, mas os municípios não, daí o menino tem a decretação da medida e tem que levar até Belo Horizonte, e isso é complicado, mas aqui não precisa disso.

P.: Qual sua observação de acesso a informação da política pública, não só para o público alvo que são os adolescentes e a família, mas de forma geral para a sociedade, para que elas entendam que existe algo que está sendo feito, muito porque tem a questão da realidade social e cultural mostra muito essa questão da redução da maioridade penal, inclusive a mídia reporta nas notícias essa situação do adolescente, então qual seria sua visão?

Pedro: Eu acho que é de extrema importância, a gente já tem um projeto enquanto SIPIA que já existe no Estado de Pernambuco, mas a gente não sabe como funciona ainda. Não sei se você sabe mas o SIPIA é um programa de Pernambuco, foi criado lá e o Governo Federal comprou, e nós íamos lá porque eles colocam automaticamente alguns dados do SIPIA no portal do Estado, colocam quantitativos. É claro que há uma restrição de acesso porque tem coisas que é segredo de justiça, mas os dados particularmente acho que devem ser mostrados sim, só estamos pensando numa forma de gerar.

P.: Existe algum documento ou relatório que as unidades geram para vocês a partir do SIPIA?

Pedro: Documento não. O que nós queríamos era quando o adolescente fosse para outra unidade, a gente transferi-lo via sistema, mas a gente manda documento ainda, a gente queria gerar isso via sistema, e que o servidor sinalize para gente pelo SIPIA quando ele receberem o adolescente.

P.: Otimizaria papel certo?

Pedro: Com certeza, mas hoje ainda a gente não tem isso.

P.: Qual número de reincidência nas unidades?

Pedro: Esse dado eu não tenho. Porque? Porque o SIPIA faz, mas faz errado. Na verdade, e é uma visão crítica minha, a gente banalizou a nomenclatura reincidência, hoje ela tem um significado que na verdade é um significado da população, e não jurídico. Porque reincidência pelo significado jurídico é o seguinte, o adolescente entra por um ato infracional, foi sentenciado, teve materialidade e teve autoria, ele pega uma medida e esse processo é transitado em julgado, daí ele voltou a cometer novamente outro ato e ele foi novamente sentenciado pelo ato e gera outra medida para ele cumprir, então são vários requisitos para ele ser reincidente. E o que acontece é que quase 90% dos casos de adolescentes de medida em meio aberto, é remissão, e o que é remissão? É um acordo feito pelo MP, em curso, e ali não se discute se o adolescente cometeu um ato infracional ou não, então se analisa que o adolescente cometeu um ato leve, que ele não tem histórico, e se decide não levar isso pra frente, aí é um acordo, “a gente não te denuncia, você não volta a cometer esse ato...” e dali ele vai cumprir uma medida de dois meses, pronto, ali a remissão concedida não vale para número de reincidência, e quando ele passar pela UAI, ele vai ser contado como reincidência, e não pode, porque houve remissão. Agora ele voltou a cometer outro ato, passou pela UAI e o processo correu e ele foi sentenciado, com provas e tudo mais, transitado em julgado, aí ele é reincidente. Mas o número exato de reincidência eu não tenho, o sistema não mostra. E por



que ele também não mostra? Porque ele está sendo integrado, estamos implementando em todas as unidades. Mas esse dado de reincidência que a população observa, ele é errôneo, porque não é isso que acontece. A nomenclatura correta que deveria ser usada é “passagens”, quantas passagens aquele menino teve aqui, quantas vezes ele passou. O número gigantesco que aparece é porque tem o número de passagens em medida em meio aberto, e esses o menino não foi sentenciado. Por que? E aí eu posso te dizer, eu sou advogado, e entendo desse meio jurídico. Você precisa acelerar o processo, então na prática quando o Juiz vislumbra que a medida que deverá ser aplicada aquele adolescente foi medida em meio aberto, então antes de esperar o processo acabar, já se aplica a medida. Isso é para dar agilidade ao processo, na prática ele vai pegar remissão, então dificilmente o adolescente vai ser sentenciado em medida em meio aberto. E eu já vi que isso é um erro no sistema, e já pedi para ser alterado, mandei um documento para mudar essa contagem no SIPIA, daí o que eu quero é que quando for cadastrar o adolescente, ele seja cadastrado ou por remissão ou por sentença, porque aí eu terei um número de reincidência.

## ENTREVISTA 2

Entrevistada: Juliana Rodrigues, assessora do Núcleo de Atendimento Social da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria da Criança do Distrito Federal

Questões ligadas à execução das medidas socioeducativas no NAI/UAI:

P.: Como surgiu o NAI? Qual o papel do NAI? E como você observa as relações com as entidades públicas envolvidas na política pública Sinase (que nelas estejam associadas ao Sistema de Garantia de Direitos – SGD)?

Juliana: O NAI que é o Núcleo de Atendimento Integral ele está previsto na lei do Sinase, ele está numa perspectiva de congregar num mesmo espaço, numa mesma estrutura física os serviços essenciais de agilidade, rapidez e processual ao adolescente de ato infracional. Tão logo a lei foi assinada, iniciou-se todo o processo de planejamento e estrutura do NAI. Foi feita a partir de várias reuniões, debates e discussões com todos os parceiros, entre o sistema de justiça e alguns órgãos do GDF nesta atual gestão. Na época, a Secretaria da Criança, como a responsável pela gestão da execução das medidas socioeducativas, ela passa a ser a referência desse debate, e chama várias outras secretarias, várias outras instituições para participarem também de todo o processo de construção do NAI. Então, a Secretaria da Criança entra com uma parte da estrutura física e equipamentos básicos para dar suporte aos demais parceiros, então esse prédio e alugado e pago pela Secretaria. Mas é claro que ela está forte na parceria com as demais secretarias e com o Tribunal de Justiça, o MP, Defensoria Pública que vem sendo parceiros muito presentes nessa construção, tanto na questão metodológica e organizacional são parcerias muito positivas. Então em fevereiro de 2013 iniciou-se de fato as atividades do NAI. Foi assinado um protocolo de Termo de Cooperação e revisado pela assessoria jurídica de todos os órgãos envolvidos, então há um documento assinado pelo governador pessoalmente aqui no NAI, pelos secretários, pelo presidente do tribunal, pelo chefe da promotora, da defensoria onde eles pactuam ações, obrigações de cada um deles. E esse protocolo ele vem norteando, ajudando a fortalecer a construir essa parceria. O que é que funciona hoje aqui no NAI? Nós temos a presença do tribunal de justiça do DF e Territórios, que é o NAIJUD. Temos um coordenador, um juiz coordenador que ele não está aqui fisicamente mas ele acompanha tudo isso. No NAIJUD, nós temos a estrutura de cartório, de juiz que participa das decisões, assessoria e toda a estrutura que um Vara precisa ter, a gente tem aqui. Nós temos o MP, que faz apoio administrativo e a presença dos

promotores, que chega a ter a presença de 8 a 10 promotores por dia aqui, varia muito de acordo do efetivo. Nós temos a presença da Secretaria de Educação, hoje nós contamos com dois servidores, duas pessoas da secretaria de educação. Nós temos da Secretaria de desenvolvimento social e Transferência de Renda – SUDEST, também com dois profissionais, um assistente social e um Educador Social. Temos a presença da Secretaria de Saúde com um médico, um enfermeiro e um auxiliar de enfermagem. E a Secretaria de Saúde ela montou um espaço com as disposições mínimas de atendimento inicial. Estão nos moldes do centro de saúde. Mantemos aqui a estrutura mínima para prestar os primeiros atendimentos de saúde, que são básicos para todos os adolescentes que dão entrada na instituição. Nós temos a parceira com a Secretaria de Segurança Pública por meio das delegacias da criança e do adolescente. Apesar deles não estarem aqui, há projetos por exemplo em BH, que são projetos que a direção na época visitou, que a delegacia social se passa lá. Aqui não seria possível porque eles tinham acabado de construir e tinham uma série de questões que se avaliaram não ser possível. Mas existe essa parceria uma vez que é um trabalho conjunto que posteriormente eu posso te explicar melhor. A outra secretaria também como a Secretaria da Mulher, também faz parte mas não está aqui presente. E a Secretaria da Criança por meio da unidade de atendimento inicial que é a UAI. Então nós temos um núcleo que abrange todos esses setores e nós temos a unidade que está dentro desse núcleo. Ela não é a mesma coisa como algumas pessoas confundem. E a unidade ela é responsável pelo pernoite, pelo acautelamento desses adolescentes. Antes da existência do NAI, esse recebimento feito pernoite era feito na UIPP, o antigo CAJE que foi demolido. Com a criação no NAI nós absorvemos essa demanda. Por que? O NAI então ele surge a partir da lei do SINASE em 2012, e é inaugurado pouco mais de um ano depois, por volta de 2013. E ele surge exatamente a partir da junção desses novos parceiros. E qual o papel deles nesse sistema? Quando a gente está falando do Sinase a gente está falando do sistema que trabalha essencialmente com o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade, para gente conseguir entender a que ponto esse adolescente chega, talvez seja importante a gente puxar o que motiva a realização da infração. O NAI ele vem com essa função, de tentar dar um atendimento mais digno ao adolescente, a família do adolescente e não só apenas um atendimento mais digno, mas acelerar esse atendimento inicial e fazer com que nesse primeiro momento ele possa ter algumas demandas identificadas e resolvidas, e feitas, para evitar uma reincidência, evitar o aprofundamento nesse campo de atos infracionais. Então existe um Guia do NAI que explica o objetivo, então ele fala assim: “o Núcleo de atendimento integrado -NAI, está vinculado a Secretaria de atendimento de Estado da criança e do Adolescente do Distrito Federal, inaugurado em 28 de fevereiro de 2013, é um programa que reúne, no mesmo espaço físico, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, Ministério público do distrito de lá territórios, defensoria pública do Distrito Federal e secretarias de estado de saúde, de educação, de segurança pública e de assistência social, com objetivo de prestar atendimento imediato, eficaz, eficiente, humano e educativo ao adolescente apreendido em flagrante, a quem se atribua autoria de ato infracional, de acordo com o art4, inciso VII, da lei 12.594/12-SINASE, Então com base nessa concepção a UAI, que é a porta de entrada do sistema socioeducativo do Distrito Federal, acolhe adolescentes pelo prazo máximo de 24 horas, realiza atendimento psicossocial e elabora estudo preliminar a fim de subsidiar a decisão do Ministério Público e do poder judiciário; acionar as demais políticas públicas de acordo com a situação sociofamiliar identificada, a partir do relato do adolescente, visando à superação das condições de vulnerabilidade de risco. Então é basicamente isso que a gente entende, eu preciso receber esses adolescentes e eu preciso, pra que caso ele volte pra casa ele seja liberado, ele não retorne a cometer um ato infracional e caso ele permaneça no sistema, permaneça com atuação de alguma medida ele possa acessar as políticas públicas de forma mais eficiente. Então por isso a razão do NUI. Agora pra você entender melhor como

que as coisas, como se propõe. Então a polícia prendeu o garoto, e eu estou falando o garoto em flagrante, falando em flagrante, alguém viu ele roubando alguma coisa, alguém presenciou que ele matou alguém e levou, se entendeu, ele presenciou, então a polícia militar aprendeu o garoto, então ela leva pra DCA, que é a Delegacia da Criança e do Adolescente que é de responsabilidade da polícia civil. A polícia civil é quem está a frente da DCA. A DCA ela inicia a investigação, se o adolescente ele for de fato configurado, for atribuído a ele a autoria do ato infracional ele é encaminhado para o NAI. Quem vai receber esse adolescente? Os servidores da UAI-unidade de atendimento inicial. Então ele chega ao UAI via DCA, aí existe um trâmite burocrático de entrega de procedimento, de apuração infracional que a delegacia prepara, elabora e é entregue ao TJ ao MP e à defensoria uma cópia. E paralelo a isso nossos servidores vão acolher o garoto. Nesse momento de recepção a gente vai trabalhar o acolhimento em que perspectiva? Eles são identificados, existe uma ficha de identificação, se houver algum pertence, esse pertence é recolhido e precisamente identificado, hoje nós conseguimos zerar todo e qualquer tipo de pertence que fica aqui sem identificação, hoje a gente tem controle de 100% todos os pertences que entram na unidade e que saem. "Há mas eles vêm da delegacia com algum pertence?" Sim, eles vêm. Celular, corrente, dinheiro, bolsa, mochila, tênis, tudo isso. Então eles recebem um uniforme específico, todos usam um uniforme aqui. Porque muitos até chegam da rua, as questões de higiene deles são bem comprometidas. Eles recebem uniforme e um kit de higiene: toalha, sabonete, pente, escova de dente, shampoo, pasta, calcinha, sutiãs, cueca, faz parte desse uniforme. Então todo mundo a primeira coisa que faz aqui quando chega é tomar um banho para começar as atividades. Por questão de dignidade mesmo, aí é uma coisa que a gente entende que eles devem se apresentar de forma digna e devem ter um tratamento certo. Até pra uma perspectiva educativa de você tratar do corpo e passado isso eles vão para sala de identificação que é onde se inicia o cadastro SIPIA. Então quem primeiro inicia o SIPIA somos nós. Tudo o que as outras unidades tem de acesso ao SIPIA é a partir do NAI. Então nós fazemos o cadastro, tira foto pega as primeiras informações, data de nascimento, filiação, endereço, contatos telefônicos, tudo que exige, documentação da delegacia, se foi ofício, qual ofício que mandou, quem foi a delegacia que encaminhou, todas essas informações. O nosso grande desafio hoje é a precisão das informações, porque muitas delas é com base na fala do garoto e depois na fala da família. E também a gente lida com o instrumental que é produzido pelos servidores que as vezes eles podem estar cansados, então nem sempre você vai conseguir 100% das informações corretamente como deveria ser. Mas essas informações do SIPIA elas alimentam nossos dados estatísticos. Então nossa estatística hoje ela é 100% retirada do SIPIA. Então tem uma pergunta mais adiante que você faz é, isso eu acho que é um ganho fantástico com o advento do SIPIA. Então feito isso, eles são encaminhados para o módulo que é onde eles são alojados, nós temos hoje aqui 14 quartos, cada quarto tem 2 camas, banheiro, tudo muito básico. Um espaço muito bom eu diria de circulação. A gente trabalha muito, se esforça muito pra não colocar mais de dois meninos dentro do quarto por uma questão de segurança. Mas com a demanda que a gente vem recebendo, porque assim é fora dos padrões de funcionamento da unidade, acontece as vezes de ter que colocar mais de dois meninos em cada quarto. Mas isso é o limite, nós não queremos trabalhar dessa forma. Então eles são levados, são alojados, é feito uma pesquisa, que por exemplo se há algum desafeto, para evitar instaurar um ambiente de crise e de risco. A integridade física isso a gente tem muito cuidado, porque a gente chama de "guerra das gangues" entre as comunidades. A gente tem cuidado com isso. A gente tem uma triagem antes de encaminhar eles para o quarto. Há dois quartos separados para adolescentes do sexo feminino nos mesmos padrões. Porque apesar de sempre ter uma mulher, elas sempre entram em um número menor. Há dias que vai ter 4 a 5 meninas mas há dias que não tem ninguém. A demanda é bem maior masculina. E feito isso a gente vai para o atendimento. E o que a gente está chamando de

atendimento? Eles passam por um atendimento por uma equipe de saúde, que vai identificar as questões emergenciais. Primeiro, antes deles virem pra cá, a delegacia os leva para o IML. Só que o IML não vai perguntar se o ouvido do garoto estava doendo. Ele vai ver se houve algum exagero no trato por parte da polícia, alguma questão nesse sentido. E se o hematoma que ele tem, o que provocou o hematoma foi ele correndo da polícia e caiu, é mais nesse sentido. Mas essa parte mais clínica eles não fazem. A não ser que realmente ele esteja visivelmente prejudicado. Então a nossa equipe de saúde vai fazer esse atendimento que ela faz a entrevista sobre o histórico familiar, questão da drogadissão, nós temos principalmente um dado específico, um questionário específico da equipe de saúde com essas informações estatisticamente organizadas. Eles trabalham muito nessa questão do histórico familiar de doenças, se ele identifica algum problema, como diabetes, hipertensão, alguma coisa, existe um medicamento que tiver e ele possa prescrever ele vai prescrevendo. Se é necessário fazer contato com a rede ele faz tudo aqui. Estamos tentando agilizar nosso contato com os CAPS, porque a maior demanda é para absorver esse tipo de necessidade, álcool e drogas. Existe um sistema na Secretaria de Saúde que eles chamam de TrakeCare. Que é como se fosse um cadastro único para os usuários. Então daqui eles identificam que o garoto ele está presente em algum cadastro. As vezes a família está, mas aquele garoto não está ou então as vezes a família não está. Se a família não está no TrakeCare, possivelmente ela nunca nem recebeu uma visita de algum profissional da saúde. E são muitos casos, não chega até ser absurdo, mas é uma coisa muito comum. E aí eles fazem o cadastro aqui dos adolescentes nesse sistema que já é interligado com todos os outros sistemas da Secretaria de Saúde. Então é um trabalho bem interessante. Além de que também essa equipe ela nos auxilia, a família está passando mal, o garoto está passando mal. Eles identificam uma doença sexualmente transmissível, se for o caso já faz o encaminhamento, se for o caso já levar algum adolescente para o hospital, eles chamam os acompanhantes. Então é um trabalho bem ativo. Além disso eles fazem também uma atividade com MDA, que são os adolescentes atendidos aqui por mandado de busca e apreensão, que é quando ele descumpra a determinação judicial e o juiz determina que se apreenda novamente pra ele cumprir. Tem virado muito comum, cotidianamente você vai ter meninos nessa situação. Aí tem os atendimentos a saúde, aí a gente inicia os atendimentos também com equipe técnica da UAI. Essa equipe técnica é formada por psicólogos, assistentes sociais e 1 pedagoga. Essa equipe ela faz um atendimento técnico, é um atendimento inicial de fato. Não há possibilidade da gente aprofundar algumas questões nem querer fazer um acompanhamento a longo prazo, porque a unidade se propõe a fazer o atendimento inicial e nós não temos tempo suficiente pra isso. É desse atendimento inicial que são colhidas informações relacionadas ao contexto sociofamiliar, econômico, a motivação para a prática do ato infracional, o que motiva, as vezes consegue identificar a questão do uso de drogas muitas vezes está associada a motivação. E tenta, e trabalha com o adolescente na perspectiva de leva-lo a uma reflexão da sua responsabilização do ato nessa situação. Tanto que o SINASE ele frisa muito isso. Da responsabilização pelo ato infracional. Eu responsabilizar o jovem não é castigar. É leva-lo a essa reflexão e verificar as possibilidades de superação dessa situação.

P.: Mas nesse atendimento inicial, como vocês ficam com um curto período de tempo, são 24h, então essa produção dessa equipe é só para dar subsidio para a unidade mesmo em que ele vai ficar...

Juliana: Não. Pra onde vai? Aí nós elaboramos um estudo preliminar. Não é um relatório, pois o relatório, ele precisa de um aprofundamento muito maior. Então quem sabe desse instrumental com bases legais, com bases teóricas, metodológicas que justificam a utilização dele, é nesse estudo preliminar que há uma análise e há indicação de encaminhamento. Então por exemplo: identificou-se que a uma situação de vulnerabilidade econômica acentuada, que

há um envolvimento profundo do uso abusivo de drogas, há uma dificuldade desse adolescente se afastar desse uso de drogas sem nenhum apoio institucional, que há uma negligência por parte da família. Enfim. Várias situações. Então identificando-se isso, fazendo análise, contato com familiares com outras instituições que já acompanham, com base no ECA, em toda legislação, seja do idoso, enfim, toda legislação que a gente se utiliza no ramo das políticas públicas são feitos alguns encaminhamentos. Então assim, esse estudo ele vai numa perspectiva de subsidiar o atendimento do Ministério Público, de facilitar de contextualizar a situação daquele garoto para o Ministério Público, pra Defensoria Pública, pro Juiz do TJ, e também pra rede socioassistencial. A rede que a gente entende que precisa estar selada para que efetivamente acompanhar e atuar de forma mais incisiva junto aquela família. Porque se tem uma coisa que é muito presente na vida, no cotidiano desses adolescentes, não adianta eu cercar eles de cursos, de ótimas condições, se ele volta para o mesmo núcleo familiar que não estava dando conta de absorver aqueles problemas. Então aqui no NAI a gente não fica com trabalho só com garotos, a gente tenta transcender o adolescente e entender como se passa naquele núcleo familiar, naquele núcleo comunitário. E que talvez o fato dele estar naquela situação é uma manifestação de problemas que estejam ocorrendo lá. Então a gente sempre tem isso como parâmetro. Então ele passa por esse atendimento também, identificando se ele está fora da escolar, se está em situação de reprovação por falta, em frequência alguma coisa assim, a equipe de educação da Secretaria de Educação faz o atendimento específico tentando identificar os motivadores pra isso, e eles tentam fazer também o contato com a escola as vezes identificam que naquela escola ele não seria acolhido no que diz respeito à segurança então tem que transferir. Tem tudo isso. Até esse período vai quase toda manhã, para esse processo. E aí a partir disso é realizada atividade forense, são atividades do sistema de justice. Aí eles vão ter atendimento na Defensoria Pública, em seguida eles são encaminhados a oitiva do Ministério público. E até o final da noite, até o final do dia, sai a decisão judicial que não é a mesma coisa de sentença. É a decisão pelo flagrante. Muitos são liberados do flagrante. O MP e o Juiz entendem que não há motivo gravoso, então eles liberam. Outros são liberados com aplicação de medidas em meio aberto, principalmente por liberdade assistida e serviços à comunidade, outros são encaminhados para unidade de internação provisória. Na unidade de internação provisória que é de responsabilidade da Secretaria da Criança, eles podem ficar lá até no máximo 45 dias. Esse período, eles têm uma audiência de apresentação que acontece aqui no prédio do NAI, com o juiz aqui do NAI. Alguns são liberados ou não. Então esse processo tem 45 dias pra ser julgado, e aí sentença ou não, se ele vai ser totalmente liberado, se ele vai pegar alguma medida meio aberto, se ele pega medida de semiliberdade ou se ele vai pegar medida de internação restrita. A internação pode chegar até 3 anos.

P.: Qual seu ponto de vista com relação a internação, porque na lei do SINASE diz que um dos princípios é se adotar medidas mais brancas, medidas de liberdade assistida, do que medidas de internação, então a partir disso significa que a defensoria e todo poder judiciário quando dão essa sentença, entendem que é melhor soltar o adolescente por achar que aquela medida lhe bastou ou é uma forma de não superlotar as unidades porque a demanda é muito grande?

Juliana: Não, na verdade eu estou relatando um fluxo. Mas a minha opinião sobre isso, é que o SINASE ele traz as medias de nível aberto como prioridade, entendendo a necessidade da permanência desse adolescente no convívio comunitário. Mas o DF ainda tem uma estrutura muito forte da internação e isso o Pedro vai poder aprofundar melhor com você. Ele consegue te apresentar esses dados. É, o que que eu penso. Pra gente reverter essa estrutura nós precisamos ter um maior investimento nas medidas de meio aberto. Qualificar as medidas de meio aberto no que diz respeito a proposta mesmo de funcionamento. Porque? Não adianta

Gabriela gastar, investir na execução da medida socioeducativa e a rede sócio assistencial não funcionar. Se eu não tiver políticas públicas de educação, de saúde, de lazer de esporte de assistência social, de trabalho, emprego, geração de renda, que deem condições de absorver esse público. Porque esses meninos eles têm uma característica que não é diferente da minha adolescência, da sua das dos demais. Todos eles também querem um celular para se inserir num grupo. Eles também querem fazer a “selfie”, todo mundo sai em “selfie”, eles não são diferentes. Então a necessidade de consumo na maioria das vezes é o principal motivador pra pratica de ato infracional. No entanto que a maior parte dos atos inflacionais que nós recebemos aqui são roubos e furtos. Então o número de atos inflacionais de atentado contra a vida, homicídios, latrocínios é pequeno em comparação com o roubo. Então assim se não houver uma leitura nessa perspectiva eu não vou conseguir diminuir o número de meninos internados em unidades de internação restrita. Porque também não adianta eu criar uma instituição total onde nele vai ter escola vai ter tudo e quando ele sair? O quê que ele vai ser depois que ele sair? Ele volta para mesma situação que ele estava antes e vai viver como? Então por isso aqui a gente investe na questão da família, trazendo a família para cá. Então a gente liga, faz um trabalho exaustivo de busca ativa, tentar trazer o familiar pra unidade. Aqui ele participa de uma reunião com familiares que é orientado por um servidor nosso da UAI, com participação da SEDEST, Saúde e Educação, na qual são orientados por todos serviços públicos que essa família pode acessar, a gente entrega um guia, nesse guia tem todos os serviços que a gente entende como os mais demandados. E esse guia surgiu exatamente de acompanhar esses dados que eram gerados, a gente começou a tratar o perfil dessa família. Para tentar intervir. E eles participam tanto do atendimento com a Defensoria como a oitiva do Ministério Público, a família. A não ser que não tenham nenhum familiar, mas a maioria vem. Agora assim, há casos que você não consegue identificar a família, que não tem nenhum parente ou que o menino mora na rua, ou que a família não quer mais, a família já cansou dessa reiterada. Então, o papel no NAI entra exatamente como esse núcleo de articulação. A gente trabalha aqui exaustivamente para evitar que esse garoto continue essa trajetória infracional, uma vez que ele consiga sair que ele retorne. É uma tarefa bem difícil, porque é exatamente isso que estou falando para você, o NAI não é o responsável pela não reincidência, ele tem o papel de ser a instituição que vai dar o “start”, que vai sinalizar para os parceiros e para as outras instituições a necessidade de intervenção, então quando gente faz o encaminhamento para o CRAS, que é o Centro de Referência em Assistência Social, a gente está querendo sinalizar que essa família, ela está pedindo socorro, porque alguma coisa precisa ser investida nessa família. Quando no CAPS, esse garoto quer abandonar o uso da maconha mas ele não sabe fazer isso só. A mãe, o pai, ninguém sabe como ajudar. Então assim, a nossa articulação com essa rede de apoio ela é essencial para que isso aconteça. Agora assim o êxito dessa articulação ele está diretamente relacionado com a estrutura que essa rede tem. Hoje a gente tem um trabalho muito interessante que nós fazemos por meio de estudos de casos. A gente seleciona mensalmente os reincidentes, aqueles que reincidiram na entrada aqui em flagrante, com ou sem medida, e identificamos quem foram os parceiros que nós acionamos, para primeira intervenção com esse garoto. Então muitas vezes a gente vai chamar o conselho tutelar, e a gente tem um representante do conselho tutelar aqui, aí você chama o Conselho Tutelar, se ele está no meio aberto chama o responsavam pelo meio aberto, chama alguém do CRAS, chama alguém da saúde, e tenta ver quem chegou a cruzar o caminho desse garoto. E a gente chama essas pessoas para analisar o caso. O que aconteceu que nesse período que ele passou por aqui e ele voltou. Porque que ele voltou? As vezes não deu tempo do serviço chegar até o garoto, ou então não foi eficiente, foi feita a visita mas a família se recusou a continuar o atendimento, não tinha carro de escolta para leva-lo. Enfim, tem várias situações, e a gente traz esses parceiros para se discutir sobre a vida desse menino. Só nesse mês nós tivemos em torno de 35 estudos de caso. Então se a gente for pensar, foram

35 meninos flagrantes, que voltaram a ser flagrantes, é muito né. Daquilo que a gente está dando conta de fazer, porque as vezes chega no meio do mês que não dá. Então são ações que a gente vai tentando realizar para minimizar tudo isso. Há também uma expectativa de fazer um atendimento conjunto com a família e com o adolescente. Mas nós precisamos confiar e acreditar que o trabalho que a gente inicia aqui alguém vai continuar.

P.: Porque vocês são uma rede certo. Então o papel que vocês fazem aqui, você acha que a partir de algumas iniciativas como estudo de caso tem contribuído para o exercício das atividades de vocês como núcleo?

Juliana: Sim, tem. Pensando nessa perspectiva de núcleo exatamente.

P.: Sobre as unidades de atendimento, qual relato sobre as condições de trabalho da equipe?

Juliana: Daqui do NAI, dentre todas unidades, se a gente for pensar hoje temos um quadro efetivo novo, tem algumas unidades novas então, algumas unidades novas de regime em meio aberto. Mas as condições físicas, vamos por etapa pode ser? As condições físicas de trabalho elas são bem, posso dizer que elas não são das piores não. É pequeno. O espaço físico aqui ele precisa ser ampliado pela demanda que a gente atende, pela quantidade de serviços que já são oferecidos aqui, a gente vai meio que se adaptando. Mas as condições físicas elas conseguem dar um mínimo conforto ao trabalhador. Condições de pessoal você também está incluindo nisso?

P.: Sim, a sistemática organizacional da equipe, como vocês trabalham como um núcleo certo, ou seja, a Secretaria da Criança com a da Saúde, como você observa toda essa sistemática?

Juliana: Existe esse trabalho, essa interface entre as secretarias em várias situações. Tantas ações muito pontuais quanto ações como uma campanha de vacinação por exemplo, quando a gente consegue trazer pra cá, para os adolescentes, familiares servidores e como funciona nessa perspectiva de trabalho integrado, todas as ações elas têm q ser bem casadas. E para isso a comunicação interna ela tem que ser precisa, e ela acontece. A gente consegue ter um diálogo com todos, principalmente no que diz respeito a avaliação de resultados, avaliação de processos com bases nos instrumentos que nós utilizamos de controle, da nossa forma “capenga”, e amadora as vezes...

P.: Então há também uma falta de treinamento, uma falta de conhecimento de alguma parte da equipe que compromete talvez o trabalho como um todo?

Juliana: O que acontece, e que já responde um pouquinho a pergunta 12. Aqui a gente lança mãos de alguns instrumentos para tentar viabilizar isso. Primeiro nós temos nosso regimento interno, e nós temos nosso manual de regimento, então todos setores tem um manual de procedimento. Que a gente costuma brincar que é o “Kit de Boas-vindas”. Então cada setor também, tem alguns instrumentais de registro. E quando o servidor chega pra nós, porque se você perguntar: houve um treinamento específico para trabalhos? Não, não houve. Houve uma equipe coordenada por uma diretora que montou o projeto do NAI e que foi treinando. Que ao longo do tempo vem aperfeiçoando, vem reavaliando fazendo as mudanças necessárias. Então pensando nisso é que nós construímos? Então sempre que chega um servidor novo ao NAI, a gente sempre um treinamento de acolhimento. A direção sempre procura ter esse contato mais próximo com esse servidor novo. Então a gente disponibiliza pra eles esses documentos, manuais, histórico da unidade. O que significa trabalhar, qual o perfil do servidor que se espera, pra que que serve então toda essa conversa que a gente está tendo aqui de uma forma muito mais objetiva a gente tem com esse servidor que chega, e disponibiliza pra ele todos esses documentos. Pra que ele não se sinta perdido de todo modo. todas as segundas-feiras ,nós da direção e da assessoria, nós nos reunimos ao modulo, que é o

lugar onde ficam os adolescentes com o corpo dos servidores que acompanham diretamente, a parte de segurança, escolta, eles que fazem as atividades diretamente, então a gente faz capacitação que chamamos de capacitação em serviço. Então todo mês, nós temos plantões de 24 por 72 horas. Então todo mês a gente escolhe o tema baseado na demanda que eles estão apresentando, a gente escolhe o tema e trabalha em cima daquele tema, esse mês a gente está trabalhando em cima das questões administrativas da unidade, para evitar por exemplo, a duplicidade do SIPIA, são cadastros duplicados. Que é um problema que a gente enfrenta cotidianamente, informações equivocadas. Parte de documentação mesmo que a gente mexe com muito papel, muito papel. Então assim, tudo isso na perspectiva de transformar nosso, de fazer com que nosso trabalho fique cada vez mais redondo. Porque o erro nosso lá na chegada do garoto ele pode refletir na oitiva com o MP. Então se a gente atrasa pra fazer uma revista pode refletir. E tem umas coisa que são cronometradas entendeu. É perfeito 100%? Não. Porque não é um trabalho que depende só de nós. Tem outros fatores externos também. Mas a gente consegue fazer o passo a passo. Desde a chegada desse garoto na unidade até sua liberação pra família, você entrega na família ou se entrega na unidade e assim por diante. E pra isso tudo, a todo um acompanhamento. Tanto por esses manuais, como também pelos mecanismos de registro. Ai eu vou ter o livro do chefe do plantão, que ele vai registrar todos os fatos. Passo a passo. Tal hora se deu isso, tal hora se deu isso, tal hora a DCA chegou, tal hora o menino foi liberado. Então eu tenho tudo isso extremamente controlado.

P.: Mas tudo isso é colocado dentro do sistema SIPIA?

Juliana: Não. É um registro da unidade. No SIPIA são registro referentes ao adolescente. O fluxo da unidade fica registrado assim. A gente tem um registro da entrada e saída dos familiares, parte de documentação. Porque quando os familiares chegam aqui nos recolhemos toda documentação que ele recebe, os pertences dele tudo ficam guardados no armário, porque ele não pode circular na unidade com pertences por questão de segurança. Nós recolhemos a documentação, digitalizamos para poder anexar no SIPIA do garoto, e anexamos a nossa pagina digital. Todos os garotos estão registrados no sistema de intranet. E todos os computadores estão interligados em rede, então por exemplo eu estou aqui na minha sala, eu preciso encontrar um adolescente X, se o servidor que atendeu aquele garoto estiver de férias, não me impede de acessar a informação dele. Desde de que eu tenha autorização para acessar a informação. Então qualquer pessoa aqui acessa a informação? Não. Tem informações que são específicas da direção, tem informação que é específica do modulo, tem informação que é específica do especialista que atendeu o garoto, por uma questão de organização, de sigilo. Tem informação que são específicas da gerencia administrativa. Que cuida da parte de recursos humanos, material por ai vai. A forma como a unidade UAI hoje foi estruturada para funcionar, e funcionar mesmo que na ausência do diretor, não que ele seja desnecessário, claro que não, mas existe uma gestão de informação na unidade que faz com que os servidores se responsabilizem por aquela informação que ele está produzindo e que ele tenha consciência da melhor utilização dessa informação. Que faz com que nós tenhamos o controle 100% do que entra e do que sai da unidade, em termos de documentação, em termos de quantitativo, de tudo.

P.: Quer dizer, você pode, se autorizada dentro do sistema SIPIA, consegue ter a sua visão como servidora de alguns processos de dentro do SIPIA sem que precise de uma autorização?

Juliana: Não. Tem que ter bem cuidado quando se trata do SIPIA e quando se trata da gestão da informação da unidade. O SIPIA nós temos acesso às informações, aos dados para o atendimento inicial, para o cadastro de atendimento inicial. Essa gestão da unidade ela não está diretamente dependente do SIPIA. O que vai estar diretamente dependendo do SIPIA é o registro do adolescente. São as informações do adolescente. É tanto que vez ou outra cai a



internet, e a gente fica sem SIPIA. Mas a orientação que é passada aos servidores é registro fotográfico e eles já tem várias folhas impressas pra nesse caso fazer preenchimento á mão e depois passar pro sistema, porque nenhum adolescente pode passar pela unidade sem esse cadastro do SIPIA.

P.: E não acontece isso?

Juliana: Não acontece. Esse controle ele é feito

P.: Então essa memória que era umas das perguntas, ela existe?

Juliana: Sim. Hoje se houver mudança do gestor, o gestor que assumir essa unidade ele tem condição 100% de ter uma visão do funcionamento da unidade através dos documentos dos manuais, dos instrumentais de registro e controle, dos instrumentais de avaliação, dos instrumentais estatísticos. Ele tem condição de dar prosseguimento de reavaliar ou refazer, sem perder isso que você está chamando de memória organizacional.

P.: Então ainda na questão de recursos, os recursos humanos nessa unidade você concorda que é insuficiente? E de que forma você observa tudo isso?

Juliana: Concordo. Muito insuficiente. Hoje a gente está passando por um problema seríssimo. Na nossa unidade hoje nós temos déficit de pessoal, porque nós temos uma demanda de trabalho enorme. Hoje a gente tem, como ela está estruturada: Nós temos a direção, 2 cargos de assessoria, 1 gerencia administrativa, onde funciona toda parte administrativa da unidade, um núcleo de recursos humanos e um núcleo de documentação, que cuida das documentações dos adolescentes. Nós temos uma gerencia sócio psicopedagogia. Onde temos atendimento técnico a atividade do módulo né, onde a gente vai ter um gerente de segurança né, e um chefe de plantão. E hoje a equipe que está funcionando razoavelmente, com um número mais tranquilo é a gerencia sócio psicopedagogia. As demais tem déficit. Diante das nossas demandas. Demanda de trabalho. Então assim, é algo mesmo que é uma realidade no sistema. Não é uma exclusividade não. Não é só aqui? Todas as unidades também necessitam de recursos humanos. É mais assim, a gente observa que há um esforço para se resolver mas ainda não se conseguiu.

P.: Agora sobre os aspectos que decorrem ao número de processos administrativos disciplinares. Como que você observa isso? Existem muitos PADs que por ventura venham a decorrer dessas falhas na aplicação das medidas de toda a rede, como é que você observa?

Juliana: Como aqui a gente fica até 24h com os adolescentes nós temos plantões todos os dias. No NAI não há registro de PAD por indisciplinar. Nós fazemos um trabalho seríssimo e constante da não admissão a qualquer tipo de violência. Se há algum tipo de PAD com relação a servidor aqui é por questões administrativas. Mas não relacionada a questão disciplinar envolvendo adolescente. Não existe ainda no NAI. Não há registro ainda de nenhuma denúncia na corregedoria por conta disso. Não se admite, de fato é algo que nós trabalhamos feito lavagem cerebral mesmo. Tanto que um dos requisitos, o perfil socioeducativo com o adolescente.

P.: Mas você observa se isso existe nas unidades ou não é de seu conhecimento?

Juliana: Não, eu não conheço. Não tenho conhecimento sobre isso.

P.: Sobre recursos financeiros então como você acha que estão sendo aplicados e em que áreas eles deveriam ser mais direcionados?

Juliana: Então Gabriela, é uma coisa que eu não tenho assim segurança de falar com você porquê de fato a gente não acompanha muito essa questão dos recursos financeiros.

P.: Mas por exemplo recursos financeiros destinados a abertura de novos concursos públicos que isso geraria a vinda de mais servidores, por exemplo. Qual seria assim alguma das suas observações quanto ao recurso financeiro, não digo só a administrativa aqui no NAI ou na própria política pública, mas por falta de alguns recursos por exemplo humano, o recurso financeiro seria um dos principais, uma das áreas que deveria ser investidas?

Juliana: Tanto na admissão de mais servidores até porque é eminente assim as aberturas. Abriu mais unidade esse ano, é eminente a abertura de outras unidades, tanto na aquisição de novos servidores, como na qualificação, desses servidores eu acho, é importante o investimento nisso.

P.: Mas aqui no NAI e na unidade inicial vocês estão tendo alguma atualmente curso de aperfeiçoamento?

Juliana: A Secretaria ela tem viabilizado alguns eventos, alguns cursos mais pontuais nesse sentido. Nem sempre você consegue participar de tudo, se engajar em tudo. Foi a pouco tempo, mês passado e nesse mês enquanto unidade nós conseguimos uma articulação com uma ONG a Viva e Juventude, para um curso sobre mediação de conflitos, já entendemos essa perspectiva. A gente não quer gerenciar crise, a gente quer que não chegue numa situação de crise.

P.: No caso seria um papel da SDH por exemplo?

Juliana: SDH também, mas nós também. E aí nós conseguimos essa parceria pra aplicação desse curso gratuitamente, enfim eu acho que existe alguns esforços, mas talvez eles possam se ampliar.

P.: Sobre os cargos diretivos da própria secretaria ou aqui da unidade ou das outras repartições você acha que há essa grande rotatividade? E se há, ela prejudica? Eu observei assim pelo histórico da secretaria, porque a secretaria ela é recente 2010 antes dela era a SEDEST...

Juliana: Não não. O que acontece, é que antes dela. As medias socioeducativas antes de estarem na Secretaria da Criança, eram vinculadas a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e antes estavam vinculadas SEDEST. Então assim foi mudando de secretaria.

P.: Então assim pelo meu entendimento histórico que eu li várias publicações referentes a secretaria, que a própria secretaria publicou, eu observei que há alguns pontos onde os cargos diretivos tem uma certa rotatividade, tanto dos diretores como de outros cargos. Eu não sei se isso é evidente pra você, isso é evidente?

Juliana: Sim, eu acredito que é uma característica um pouco do estado Brasileiro da forma como ele vem se configurando e vai aquele efeito cascata e ele vai se reproduzindo. Logo, temos poucas políticas de Estado, e isso sobressalta-se as políticas de Governo. Leia-se políticas de governo existe muito também a questão da aproximação política partidária. Não estou afirmando que isso, que os cargos são políticos, não estou afirmando. Nós temos hoje uma configuração de cargos bem técnicos na gestão das nossas unidades, na gestão de sistema dentro da carreira. Que estão a frente disso é positivo. Isso é um ganho e é muito positivo porque reforça a questão de compromisso com a carreira com o trabalho que está sendo investido.

P.: Hoje atualmente quais são as carreiras?

Juliana: Hoje nós temos a carreira SINASE.

P.: Que ela é a partir de quais é quais profissionais?

Juliana: São os profissionais que trabalham nas medidas socioeducativas, todos os profissionais que trabalham nas medidas socioeducativas.

P.: Não tem terceirização?

Juliana: Tem, só que em outras unidades.

P.: Você conseguiria me dizer quais?

Juliana: Não. Nós temos um só servidor que é terceirizado. Mas foi uma seleção feita pela Secretaria, para dar conta de atender emergencialmente uma demanda. Com o compromisso de não anular a realização do concurso. Pra isso que a carreira está aí e está se encaminhando pra que isso aconteça.

P.: Mas você prevê, sabe de algum concurso que esteja pro acontecer?

Juliana: Existe um tramite acontecendo. Mas não sei quando. Na Secretaria você consegue essa informação com maior exatidão.

P.: De forma mais geral qual sua percepção sobre a política pública SINASE? Você pode me destacar pontos positivos de alguns resultados que você já observou, desde essa implementação no GDF até hoje, e desfavoráveis que você acha que ainda é algo que não se caminha, não se desenvolve.

Juliana: Olha só, eu estou nas medias socioeducativas pouco mais de 4 anos, então a minha percepção é de quem tem pouco mais de 4 anos e gosta de conversar e de saber o que acontecia antes. Então meu limiar de pontos positivos e negativos ele tem esse limite temporal. A minha percepção sobre a gestão da política SINASE, eu acho que primeiro são muitos grandes históricos, então historicamente essa era uma política repressiva. Então desde o ECA, eu acho que ela ganha uma nova cara, um novo formato e existe também na sociedade e nos governos que já passaram uma nova, um novo jeito de fazer. A sensação que eu tenho e as informações que eu tenho é que tudo que foi construído desde a política da socioeducação, é com muita luta, muita militância, não é algo que é necessário a sociedade. Porque hoje a gente tem um processo histórico assustador, não sei se você consegue fazer essa leitura, se concorda, de banalização do crime, e de criminalização dos adolescentes. Então eu não sei o que está por traz daquilo mas eu já acho que ele tem que ficar muitos anos na cadeia e por isso que eu defendo a menoridade penal e as pessoas falam assim. Eu não defendo a menoridade penal. Eu não defendo. Mas assim, eu acho que tudo isso é pano de fundo para responder sua pergunta. A gente não pode pensar que hoje a política do SINASE, uma política socioeducativa, sem entender a atual configuração da nossa sociedade, sem entender que a sociedade é que pressiona os nossos governantes pra reduzir a maioridade penal, mas que não pressiona os governantes a investir massivamente em educação, na saúde, em escolas integrais pra que esse jovem saia da sala de aula, ele faça um curso profissionalizante, pra que ele gere emprego e renda possa consumir desses padrões do sistema capitalista que todos nós vivemos. Eu não posso achar absurdo alguém querer consumir se ele vive nessa sociedade de consumo. Eu não estou vitimando, mas estou querendo trazer uma reflexão do que é muito mais caro a gente refletir. É muito mais caro fazer essa reflexão do que eu apenas sinalizar que é bom e que é ruim. Então partindo disso a gente também começa a entender os investimentos que se fazem na política. Se a gente for pensar pra traz a lei SINASE ela foi um ganho estratosférico. Porque a gente saiu daquela coisa de que no meu Município eu faço do jeito que eu quero, no meu Estado eu faço do jeito que eu quero, porque agora eu tenho uma lei que me diz o que eu tenho que priorizar. Hoje nós temos o Plano Decenal. Hoje nós temos

um plano decenal com metas, com tudo estruturado para que a política não se perca. Hoje existe um investimento muito maior. Por exemplo, o DF é a única unidade da federação que executa todas na mesma secretaria. No resto do Brasil inteiro as medidas de meio aberto elas são executadas pelo município e as medidas de semi e internação até 3 anos são executadas pelo Estado. Hoje o DF é o único da federação dentro do DF. Hoje nós temos as medidas de meio aberto, semiliberdade, internação até 3 anos executada pela mesma Secretaria, então eu consigo acompanhar a maioria dos meninos que entram que chegam na internação eles passaram por essa medida no meio aberto. Não tem como você negar. Hoje eu consigo ter essa visão, do menos gravoso até o mais gravoso e hoje eu consigo sentar com meu colega que está aqui no menos gravoso e sinalizar pra ele o que eu observo, eu tenho dados e que esses dados sinalizam pra isso. Isso foi um ganho muito importante para nós. Que não quer dizer que resolveu todos os problemas porque também geram outros problemas. Mas eu acho que ainda assim falta ampliação do entendimento da responsabilidade no sistema de garantias e direitos. O SINASE ele não é o núcleo responsável por esse garoto e pela família dele. Então se eu não consigo fazer com que os demais entrem nessa roda e que eles circulem também ao meu lado eu não vou conseguir esse objetivo 100%. Não vou. E aí o SINASE ele traz isso né. E o desenho dele é bem sintomático. Exatamente ou porque ou você constrói e fortalece essa prática e aí tem vários protocolos, são feitos vários termos de cooperação. Que por exemplo, da nossa equipe da SEDEST que está aqui, ela consegue fazer encaminhamento para inscrição no PRONATEC. Mas a gente tem que ter garantia de que o CRAS, que a família, que todo mundo vai atuar nisso. A gente consegue fazer inscrição nos Centros Olímpicos, então assim eu acho que percepção tem que ser essa. Tem muitos pontos positivos a partir da base legal, com o SINASE a organização da política aqui no DF, mas pra mim ainda há um ponto que precisa melhorar e muito, que é de fato a maior integração e maior investimento pra tanto com relação acolhimento, com a qualificação profissional não adianta eu ter uma pasta muito rica se eu não tenho a proposta de qualificação profissional, não adianta eu ter uma infraestrutura se eu não capacito as pessoas para utilizar da melhor forma. Mas eu percebo que a gente caminhou, que a gente está caminhando ainda. Hoje a gente já tem o projeto político pedagógico que foi elabora faz uns dois anos mais ou menos ele está sendo elaborado pra todas as medidas em liberdade e internação. Que foi também, é um ganho no que diz respeito a repensar a metodologia de atendimento. Por exemplo nós estamos assim faltando um mês e cinco dias pro final do ano (risos), e a nossa equipe técnica ela está rediscutindo a prática da metodologia de atendimento. A gente está passando por um processo intenso de debates, de estudo, de investigação, de novas práticas, de tentar descobrir o que a gente vai fazer para melhorar cada vez mais, se o atendimento conjunto se não é, se é com a mãe, se é com pai, o que eu preciso falar para esse garoto no momento que esse está aqui comigo. Porque é esse momento que tem que ser diferente pra ele.

P.: Juliana até não está nas perguntas mas eu tive uma dúvida, uma curiosidade na verdade, vocês também fazem algum estudo...porque a situação de adolescente com a lei ela não se dá somente com o GDF, ou no Brasil, ela se dá no mundo, então vocês fazem algum estudo além das próprias regiões administrativas, do próprio GDF, e até exemplos de outros Estados, mas mais que isso vocês fazem algum estudo fora de como se dar?

Juliana: Olha antes da criação do NAI, foi disponibilizado pela secretaria a possibilidade da equipe, eu não era da equipe na época, de visitar o estado de Minas Gerais, pra entender a organização. Lá a gente tinha um núcleo de conhecer e tal. Hoje se nós fazemos estudo de conhecer não temos condições pra isso. O NAI- a unidade de atendimento, o núcleo de atendimento integrado, mas na Secretaria tem gerente de capacitação essas coisas. E não sei te dizer talvez se na Secretaria tenha alguém que tenha essa informação, mas pra nós é um desafio grande, seria o ideal e o essencial, mas nós não temos corpo, é recursos humanos,

peçoal pra isso. Nossa estrutura aqui é bem enxuta e nossa demanda de trabalho é bem intensa. No dia que chega dez meninos flagrante a gente agradece mas tem dias que a média é 20 a 30 flagrantes e assim você imagina fazer todo aquele percurso que eu narrei no início para cada garoto. Então assim, nós temos uma carga de trabalho alta, mas eu acho sim você traz uma reflexão nesse sentido, eu acho até complicado é por exemplo, como nós temos algumas sensibilidades com acesso a informação da própria direção e o SIPIA, a plataforma SIPIA, ela é única para todo Brasil, nós temos também muitas dificuldades de fazer alguma alteração nela. É um procedimento burocrático até demais, que você só vai tentando adequar daqui e dali. Porque é um entrave. Eu acredito que é um entrave que a plataforma traz é uma questão muito específica da SDH né. Outra questão, é que nem todos Estados da Federação estão articulados ao SIPIA.

P.: Qual é a abrangência até hoje?

Juliana: Eu não sei te dar com exatidão. O Pedro com certeza vai conseguir te dizer, mas eu não sei esse dado precisamente.

P.: Sobre os meios de informação. Você observa esse acesso de informação e essa divulgação da política pública SINASE, e os próprios resultados da sociedade? E também a outra questão seria o reporte da mídia. Como é que você observa isso, como é que a mídia, na sua visão, como que a mídia aporta essas notícias sobre as situações dos adolescentes em conflito com a lei?

Juliana: A nossa sociedade atual está tão sedenta desse sentimento de justiça, de que o bandido está solto e que você tem que tirar ele da minha porta, que a grande mídia eu acredito que ela intensifica muito o seu olhar sobre aquilo que não é o mais positivo no sistema. Que é a reincidência, que é a constante apreensão de adolescentes, as situações de conflitos e mortes nas unidades, apesar de que vez ou outra a gente vê uma matéria positiva, o garoto que entrou no vestibular, os projetos que as unidades desenvolvem. Mas eu não penso que existe um culpabilizador, que seja só a administração. É mesmo uma tendência social. Então assim, eu tenho amigos que não trabalham nessa área, que trabalham, na polícia, no sistema judiciário, na saúde, e para conversar sobre isso, é muito mais cômodo eu fazer um discurso de acusação, de que não funciona, de que está passando a mão na cabeça do menino, de que não está resolvendo nada, do que eu me assumir e tentar me enxergar nesse processo e de tentar compreender essas manifestações sociais. E aí eu penso que os resultados da política SINASE como um todo, talvez eles não são tão bem trabalhados.

P.: É porque eu observo, na minha opinião e a dos meus colegas é de que a política pública SINASE, a execução dessas medidas socioeducativas, não são socioeducativas. E não tem esse recorte de reeducar, de ressocializa-los e sim uma política que acolhe os meninos, lhe dão até um tratamento digno em algumas unidades mas que não tem a efetividade dentro da sociedade. Então assim, é uma observação minha e de uma parte da sociedade, que a gente acaba nos informando pela mídia e acaba mascarando um pouco os resultados da política pública SINASE. Então eu observo que há sim resultados, e mais agora que estou estudando e tendo essas análises desse histórico, desde a implementação do SINASE, e vendo que existe sim uma produção, uma atividade sendo feita com esses meninos, mas de forma geral eu acho que essa política ainda tem que ser melhorada, porque a mídia apesar de ser bem sensacionalista e a gente conhece muito bem, ela ainda reporta algumas coisas que de fato são falhas da política pública, o número de reincidentes, por exemplo.

Juliana: E deve se reportar! A gente não deve jogar para baixo do tapete não. Mas eu acho assim É aquilo, o que eu não conheço, o que eu não vou atrás, quem chegar com a informação antes, ele sai na frente.

P.: E acaba que é o público alvo que tem mais conhecimento da política pública...

Juliana: Isso. Mas existe muitas experiências exitosas. E aí se você estiver desejo em continuar nessa discussão, pensar em outro estudo, mestrado coisa assim, ou então curiosidade, acho que vale a pena conhecer essas experiências exitosas. A gente conhece muitos meninos que conseguem sim, voltar ao convívio em sociedade, mas que não é fácil, a gente está falando de adolescentes que se envolvem com tráfico, que se envolvem com crime, que se envolvem com gangue. O DF geograficamente, ele é pequeno, então nem sempre ele sair de Planaltina e ir morar no Gama vai resolver seu problema. Então assim, não é um processo fácil. A gente está falando de um público que no seu perfil é sim vulnerável economicamente, a maioria, mas não são todos. Então essa coisa que você falou dessa questão do perfil da socioeducação é uma estrutura secularmente criada para ter policiamento. E não se muda a cultura inclusive do servidor, tem servidor na nossa carreira que ele passou no concurso achando que ia ter o mesmo perfil policial, e não não deve ter. Aqui na nossa unidade a gente orienta os servidores a não usarem aquele uniforme todo preto, bota, calça cheia de bolso. Porque a gente quer desmistificar essa coisa da polícia, da figura policialesca dentro da unidade socioeducativa. Não estou culpabilizando dizendo que este é o ponto, mas ele é treinado pra isso, como ele vai executar eu não tenho parâmetros para avaliar mas eu acho que a gente tem que também ter esse cuidado com os pequenos símbolos. Então, essa coisa de bater, xingar, a gente não tem isso. Quem vai julgar e condenar não somos nós. A nossa função aqui é prestar esse serviço, e nós vamos prestar dessa forma. Então esse estereotipo que dão a esses adolescentes, tem adolescente aqui que é de classe média, classe média para os padrões de Brasília. E assim, o que motiva adolescentes de classe média a se envolverem com droga?

P.: A maioria são presos, tem relação com a droga?

Juliana - Se não tem direto acaba sendo indireto ou porque estava sobre efeito de uso, ou porque estava portando, ou porque estava traficando. Se não é direto tem alguma relação. Então assim, isso é um problema de saúde pública. Então a efetividade do serviço ela pode ser percebida, há acasos de êxito mas ainda estamos lutando cotidianamente contra os casos reincidentes. Nós ainda estamos lutando cotidianamente contra essa cultura policialesca que é reforçada sim pela grande mídia. Então, o que que a sociedade quer? Se afastar do problema. A sociedade em um aspecto mais genérico quer isso, por que ela é má? Não, mas ela quer se defender desse problema. E aí eu acredito que se concede ao Estado, o fortalecimento dessas políticas públicas, que deem tanto a possibilidade da diminuição desse problema como também leve a sensação de segurança. A gente houve “Há eu apreendi tantos e tantos adolescentes”, ok, e o que eu que fiz com isso depois? Os números são catastróficos, enormes. Mas o que que eu fiz com esse número, eu transformei em que? Então eu acho que isso é o grande desafio. É um desafio da gestão dessa política, tentar identificar esses pontos de gargalo, porque eles são bem evidentes. E é um investimento a longo prazo, que nem sempre dá voto. É a questão do imediatismo. E o Sinase é muito novo.

P.: As últimas três perguntas são referentes ao sistema SIPIA. Então quem tem acesso você já me introduziu um pouco certo?

Juliana: Quem é que tem acesso ao SIPIA? Os servidores que estão no Módulo, que a gente chama de ARS – Agente de Reintegração Social, eles fazem o acolhimento inicial desses garotos e fazem o cadastro. Todos estão envolvidos, os técnicos, o assistente social, o psicólogo, todos tem acesso ao SIPIA e o setor administrativo. Hoje o NAI no DF foi a primeira unidade que iniciou o trabalho com o SIPIA, hoje nós utilizamos 100% do SIPIA.

P.: E em todas as unidades?

Juliana: Não, eu digo aqui. Em todas as unidades acho que já foi implantada, não sei na verdade como está o andamento porque ele é mais recente, mas o Pedro (Central de Vagas) com certeza vai te situar. Não temos hoje 100% dos servidores porque alguns servidores foram chegando depois do curso. Existe um curso que é apresentado pela Rosyane, a gerente do SIPIA, ela realiza esse curso de orientação inicial sobre o SIPIA de acordo com cada atividade que você vai ocupar. E é liberado uma senha de acesso com base no CPF, então assim, a minha senha, é minha. Se qualquer pessoa utilizar a minha senha a responsabilidade é minha. Tudo que eu produzo, tudo que eu insiro no SIPIA está vinculado ao meu CPF. Então, nós aqui, como nós fazemos esse controle? Nós temos um controle de todos os CPFs cadastrados no SIPIA, qualquer falha, qualquer erro, eu consigo identificar pelo CPF, e quando eu vejo o erro, chego na pessoa, a gente faz todo um trabalho de orientação. Se a porta de entrada é aqui na UAI, e o adolescente não foi arquivado com documento, se houve o caso de duplicidade, se essa pessoa não sabe fazer ou não prestou atenção porque estava cansada ou porque não teve tempo, a gente vai investigando para tentar eliminar todo e qualquer erro. Estamos perto, não estamos 100% de não ter mais falhas mas estamos perto. E aí que é feito o controle. Então os servidores do NAI, todos aqueles que fizeram o curso, eles estão habilitados a manusear o SIPIA. Hoje, e eu arrisco dizer a você que 85% ou 90% dessa unidade está habilitada a usar o SIPIA, e utiliza.

P.: Então você já me respondeu o auxílio do SIPIA ao SINASE. Então você concorda que veio a agregar, que ele auxilia, que dá uma organização até do próprio monitoramento das medidas, como está sendo executado...

Juliana: Sim, os dados, sim.

P.: Então vamos para última pergunta que seria dentro do próprio SIPIA, quais os melhoramentos que devem acontecer? Você diz que uma das coisas que tem que ser melhoradas é a duplicidade de informação, existe alguma ação, quais são as ações?

Juliana: A gente tem enfrentado, não é a plataforma que produz duplicidade, é no ato da produção. No ato da inclusão, erro do servidor, e a gente vem realizando vários reforços, vários acompanhamentos, treinamento, investigação dentro da unidade para evitar isso. E estamos conseguindo diminuir. É o nosso gargalo, e paralelo a isso nós temos uma rede de setores que fazem o monitoramento do SIPIA dentro da unidade. Então além da produção, outros setores eles monitoram e verificam se a produção foi de fato eficiente. Se as pessoas estão esquecendo algum dado, se estão aí tem que reiterar. Se elas colocaram alguma informação equivocada. Então não é apenas eu abrir o cadastro e inserir a informação, existe pessoas dentro aqui do NAI que verificam diariamente a produção do SIPIA, para evitar esses erros. Porque as informações que nós construímos aqui, quer dizer que nós coletamos aqui e inserimos na plataforma elas serão repassadas para outras unidades. Então a gente vê buscando de flato excelência nesse aspecto. O levantamento, aí nós temos os dados da reincidência de erro, de não, pra chegarmos mesmo 100% dos cadastros preenchidos corretamente. Agora eu acho que a plataforma ela poderia ser mais flexível a algumas mudanças. Mas infelizmente também é um processo que a SDH inclusive vem mostrando boa abertura para o DF.

P.: E quais são as funções exatas, dentro do menu do sistema pelo que eu observei tem os sinalizadores, os relatórios, as estatísticas, me fala um pouquinho deles e de que forma eles auxiliam. O que eles demonstram?

Juliana: Eles geram dados, eles geram gráficos, uma vez ele alimentado, você consegue digitalizar o percurso do adolescente no sistema, se ele foi pro meio aberto, se ele foi pra

semiliberdade, que dia ele foi pro meio aberto, que dia ele foi pra internação, então isso para o atendimento é essencial, porque antes eram informações muito amadoras. Era o telefone, o e-mail, era uma solicitação que o técnico não está aqui porque está de férias, e eu ficava sem informação. E hoje o SIPIA por meio dos relatórios, dos gráficos que ele produz, ele me viabiliza essa visualização. Então assim, a gente avançou muito com relação a isso.

P.: E essas estatísticas, esses relatórios eles são usados para melhorar a própria plataforma ou eles não estão sendo utilizados atualmente?

Juliana: Para melhorar a própria plataforma não sei te informar. Mas nós utilizamos frequentemente.

P.: Até para melhorar o próprio atendimento do NAI?

Juliana: Pro atendimento do NAI, enviamos a secretaria, a outros parceiros também. Pro atendimento do NAI ele é sempre utilizado então a gente observando que o número de meninos usuários de drogas “x” tais eram, estavam crescendo então vamos pensar numa situação, numa ação específica pra isso. Recebemos a questão do número de meninas, que apesar de ser menor há, ele vem se mantendo crescendo com regularidade. Então assim, que tipo de trabalho, como a gente qualifica nossa agente feminina para cuidar. Então nós utilizamos os dados que são produzidos aqui cotidianamente pra está repensando nosso dia a dia profissional. Por exemplo, a reincidência é algo que nos incomoda, vamos fazer estudo de caso. É mais trabalho, mas é uma ação que a gente vai disponibilizar pra isso, vamos fazer o atendimento com a família, e chama parceiro e chama SEDEST, e chama outras pessoas e vamos tentando. A gente chama a equipe para repensar a nossa intervenção técnica. Então a gente montou meio que um contrato informal que o adolescente se compromete a votar pra escola, que ele se compromete a tentar diminuir o uso de maconha, ele se compromete a frequentar as reuniões do CAPS. O garoto vai se comprometendo a fazer algumas ações. Assim, vamos tentando, vamos nos armando de várias estratégias mas essas estratégias elas não nascem do nada. Elas nascem com base na construção e análise desses dados e do nosso cotidiano profissional também. É importante a gente ter a visão do todo. Circular nos espaços, falar com as pessoas, ter essa aproximação com as pessoas e tentar identificar como cada um pode contribuir nesse processo.

P.: Só mais uma, com relação a identificação por exemplo do perfil do adolescente, a região administrativa onde ele mora, ou onde ocorreu a infração, em que região administrativa ou até dentro do próprio Plano Piloto, isso está cadastrado e ajuda talvez até a própria delegacia e até a própria segurança pública, o policiamento a estar mais nessas regiões?

Juliana: Se ajuda eu não sei, mas essa informação tem no SIPIA é tanto que a gente faz o trabalho ainda manual no sentido de cruzar. Por exemplo, nós identificamos o local de origem do garoto e o local do ato infracional, o SIPIA traz isso, e a gente cruza no manual mesmo, vai olhado e vai tabelando, que o SIPIA já não faz esse cruzamento. A gente cruza esse dado para tentar identificar a incidência de local de moradia e local de execução do ato. E a gente consegue observar por exemplo, tem poucos meninos que são de Brasília, mas tem muitas situações de roubo que acontece em Brasília. Mas tem muitos meninos de Ceilândia, o principal número é Ceilândia, mas também tem muito roubo em Ceilândia. Então hoje a gente consegue fazer esse cruzamento, e saber se há muito desse trânsito de adolescentes na prática do ato infracional. Se a gente for ampliar essa análise então dá para ver muita coisa, por exemplo, o adolescente não mais sair de determinadas regiões administrativas para roubar um carro, podemos supor que essas regiões administrativas que eram tidas como mais pobres, agora as pessoas já conseguem ter um poder aquisitivo maior, elas passam a ter mais carro, elas começam a ter um poder aquisitivo maior, na qual o menino pode roubar lá mesmo. Eu



acho que a gente tem muita informação, o SIPIA colabora nisso, produzimos muita informação e o desafio do gestor é: o que fazer com essa informação, transformar em políticas públicas.

### ENTREVISTA 3

Servidores do sistema socioeducativo no DF: ATRS

Nome: Identificação não autorizada pela chefia

P.: Você foi nomeada em qual concurso público?

Resp.: Fui aprovado no concurso, da então SEJUS (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania), em 2010, no entanto minha nomeação só se concretizou em julho de 2012.

P.: Me relate um pouco sobre sua história desde o início de suas atividades, comentando sobre a turma de formação, os cursos de aperfeiçoamento ou algum programa de treinamento (caso tenha feito) e postos ou diferentes lotações que você ocupou até o momento atual.

Resp.: Assim que nomeados, fomos convocados para um curso de formação, oferecido pelos próprios servidores do sistema, esse curso foi estritamente teórico e teve a duração de duas semanas, o objetivo do curso era mostrar aos novos servidores quais seriam suas atribuições dentro do sistema. Logo após o curso de formação, minha lotação foi o CAJE (Centro de Atendimento Juvenil Especializado) no qual trabalhei durante um ano e meio, exercendo todas as atribuições, desde agente de módulo a agente de escolta.

P.: Quais são suas atribuições?

Resp.: Minha atribuição é fazer o atendimento dos serviços de ATRS, e uma delas é realizar escoltas e acompanhamentos de todos os internos para o meio externo, seja em hospitais, delegacias ou CAPs (Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas).

P.: O Regimento Interno deixa claro que não pode haver sobreposição de atribuições. Na sua percepção, houve em algum momento sobreposição de atribuições referentes a você ou a qualquer integrante da equipe nas atividades em que participou? E que isso tenha gerado consequências?

Resp.: Todos os agentes, sejam de módulo, sejam de escoltas são incumbidos de tudo no que se refere a segurança do interno. Ao meu ver há sobreposição de atribuições a medida em que não existem servidores em número suficiente para que seja feita uma justa divisão de tarefas.

P.: Como você descreve a relação de trabalho na equipe e como isso compromete o desempenho das atividades?

Resp.: No meu ponto de vista a equipe é uma espécie de termômetro de como vai se transcorrer o seu plantão, trabalhei em várias equipes, e pude perceber que nas equipes em que os integrantes não falam a mesma língua os internos percebem, gerando um clima totalmente pesado e desfavorável no módulo.

P.: E existe hierarquia? Como ela se dá?

Resp.: Existem nas unidades os agentes, equipes de em média 5 servidores por módulo, o C2 (chefia imediata), o gerente de segurança e seu corpo técnico e os diretores. Sendo que no período noturno e nos finais de semana o C2 assume total responsabilidade pela unidade.

P.: Existe algum controle e fiscalização nas atividades em que você desempenha? Quais?

Resp.: Sim, toda fiscalização se dá pela gerência de segurança, ele define as atribuições dos cargos, juntamente com seu corpo técnico.

P.: Como você observa as relações com as entidades públicas envolvidas na política pública Sinase?

Resp.: Não possuo conhecimento técnico para responder essa pergunta.

P.: Sobre as Unidades de atendimento socioeducativo, qual seu relato sobre as condições de trabalho da equipe?

Resp.: Quando trabalhava no CAJE as condições eram precárias, fazíamos muito com a escassez de tudo, até de objetos básicos de higiene, tanto para os servidores quanto para os internos, com a mudança para as novas unidades isso mudou um pouco, mas ao meu ver ainda está longe do que seria considerado ideal.

P.: Das estruturas físicas?

Resp.: A estrutura física não é corretamente adaptada aos agentes plantonistas, não possuímos locais adequados para o repouso, nem para o local de observação do pátio. Para os internos também não é o ideal, com quarto apertados, mal ventilados, e ainda pode acontecer de ter superlotação.

P.: Dos serviços e programas oferecidos aos adolescentes infratores, como saúde e odontológico, escolarização e curso profissionalizante, atendimento psicológico, atendimento jurídico, entre outros, qual sua visão dessas prestações?

Resp.: O atendimento psicológico é oferecido pelo corpo técnico existente na unidade, são poucos técnicos para o número de internos, o que não permite um bom acompanhamento, o serviço odontológico é oferecido em meio externo pelo SUS ou particular ( quando pago pela família) são poucos internos que realmente tem acesso, o atendimento jurídico é feito pelo MP semanalmente, ou em meio externo por meio das VIJs, VEMSE e NUPLA diariamente, essas escoltas são realizadas pelo GAO de forma precária pois não existem carros nem servidores preparados para esse fim, a escolarização é feita pela escola atuante na unidade, mas todos esses serviços são oferecidos de maneira precária por não haver servidores suficiente para o acompanhamento dos internos em todas as atividades.

P.: Sobre os recursos humanos nas unidades, você concorda que é insuficiente?

Resp.: Sim, insuficiente em todos os aspectos.

P.: Para você, de que aspectos decorrem o número de Processos Administrativos Disciplinares que por ventura algum servidor esteja respondendo?

Resp.: Na minha opinião, decorre da falta de preparo e do número escasso de servidores para determinado fim. Não nos foi oferecido um curso profissionalizante que correspondesse a nossa realidade, algo mais adequado aquilo que temos que lhe todos os dias, nem foi nos oferecido algum tipo de suporte na realização de nossas atribuições.

P.: Sobre os recursos financeiros, você acha que estão sendo bem aplicados?

Resp.: Não, na unidade em que trabalho, não temos carros, pessoal, nenhum tipo de equipamento de segurança e proteção, nenhum tipo de curso condizente a nossa realidade, nas unidades é insuficiente o básico para que se possa trabalhar em aspectos materiais.

P.: De que forma você acha que deveriam ser direcionados os recursos financeiros? Para que áreas?

Resp.: Para todas as áreas, para aparelhar o sistema de forma geral, para que se possa ter uma ressocialização efetiva temos que primeiro tratar os servidores que trabalham com dignidade e que forneçam todos os recursos necessários as atividades.

P.: Quais são suas percepções sobre a política pública Sinase? Destaque pontos positivos dos resultados alcançados e os pontos desfavoráveis que precisam ser reformulados.

Resp.: Não possuo conhecimento técnico para responder essa pergunta.

P.: Sobre os meios de informação, como você considera que a mídia tem reportado as notícias sobre as situações dos adolescentes em conflito com a lei?

Resp.: De forma fantasiosa, totalmente alheio à realidade que enfrentamos no sistema socioeducativo, a mídia dá mais importância a notícias ruins, como tortura de interno, morte de interno, ao em vez de mostrar a real condição de trabalho que enfrentamos diariamente, expondo a forma exaustiva e precária com a qual o servidor é tratado, expondo o despreparo dos agentes inseridos nesse contexto, e expondo o real problema que é a administração ainda ineficaz do sistema socioeducativo como um todo.

#### ENTREVISTA 4

Servidores do sistema socioeducativo no DF: Unidade de Atendimento Inicial – UAI/NAI

Nome: Raila Barbosa Brito - Matrícula: 220434-7, Cargo: Atendente de Reintegração Social

P.: Você foi nomeada em qual concurso público?

Raila: Fui nomeada, na época, para o cargo de Atendente de Reintegração Social, que antes fazia parte da SEJUS (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania).

P.: Me relate um pouco sobre sua história desde o início de suas atividades, comentando sobre a turma de formação, os cursos de aperfeiçoamento ou algum programa de treinamento (caso tenha feito) e postos ou diferentes lotações que você ocupou até o momento atual.

Raila: Bom, assim que fomos nomeados passamos por diversas fases eliminatórias e a última fase foi classificatória e eliminatória, que foi um curso de formação básico, com algumas palestras e uma prova classificatória a respeito dos conhecimentos específicos do ECA e do Sinase. Após ser classificada e aprovada, levou um tempo até ser nomeada, após o ato da nomeação, houve outro curso de formação, mais específico, com novamente algumas palestras e, superficialmente foi ensinado algumas técnicas na área de segurança, ao qual é atribuição do cargo. Porém, ao longo do meu tempo como servidora, o GDF forneceu alguns cursos aos servidores das unidades, como técnica de primeiros socorros, alguns cursos a respeito da temática do adolescente infrator, mas nada que seja considerado um treinamento específico para o cargo em si. Já em relação aos postos que ocupei, primeiramente fui lotada no antigo CAJE, trabalhei poucos meses em alguns módulos dentro da Unidade, logo após, pedi para fazer parte de uma equipe que trabalhava dentro do Ministério Público, na parte relacionada à apresentação do jovem infrator, basicamente levava os jovens que davam entrada no CAJE, via DCA's, aos promotores de justiça para uma oitiva informal a respeito do ato infracional. Após a inauguração do NAI, pedi para ser lotada nesta nova Unidade, já que estava familiarizada com o tipo de atividade realizada, local no qual permaneço atualmente.

P.: Quais são suas atribuições?

Raila: Tudo que esteja ligado à guarda e acautelamento do adolescente.

P.: O Regimento Interno deixa claro que não pode haver sobreposição de atribuições. Na sua percepção, houve em algum momento sobreposição de atribuições referentes a você ou a qualquer integrante da equipe nas atividades em que participou? E que isso tenha gerado consequências?

Raila: Não diria sobreposição, porém, hoje no sistema socioeducativo, pela falta de efetivo de servidores, acabo trabalhando no limite.

P.: Como você descreve a relação de trabalho na equipe e como isso compromete o desempenho das atividades?

Raila: O trabalho tem que ser dividido e tem que ser em conjunto, na área de segurança isso é vital, já que você precisa se resguardar o tempo todo, não somente para a minha pessoa, mas também para o colega.

P.: E existe hierarquia? E como ela se dá?

Raila: Sim, através das chefias imediatas.

P.: Existe algum controle e fiscalização nas atividades em que você desempenha? Quais?

Raila: Na verdade não colocaria como controle e fiscalização, o que existe são chefes imediatos, os quais distribuem as atribuições, cada qual realiza a sua parte, tendo sempre a supervisão do superior hierárquico.

P.: Sobre as Unidades de atendimento socioeducativo, qual seu relato sobre as condições de trabalho da equipe?

Raila: No meu ponto de vista, o meu local de trabalho oferece as condições necessárias para exercer as atividades, o que é mais frustrante é a falta de efetivo, que faz com que cada plantão seja muito exaustivo.

P.: Das estruturas físicas?

Raila: no local onde estou às condições são satisfatórias, claro que sempre poderá haver melhorias, quando estava lotada no CAJE, não havia condições de trabalho, era um ambiente muito insalubre, principalmente nas questões de estrutura física, pois, em se tratando de questões biológicas, o sistema como um todo é insalubre, em relação às condições de saúde dos adolescentes infratores.

P.: Dos serviços e programas oferecidos aos adolescentes infratores, como saúde e odontológico, escolarização e curso profissionalizante, atendimento psicológico, atendimento jurídico, entre outros, qual sua visão essas prestações?

Raila: São de extrema importância, cada qual com suas peculiaridades, mas influencia diretamente na minha atividade, de forma positiva.

P.: Sobre os recursos humanos nas unidades, você concorda que é insuficiente?

Raila: Claro, e muito, frisei isso nas respostas anteriores.

P.: Para você, de que aspectos decorrem o número de Processos Administrativos Disciplinares que por ventura algum servidor esteja respondendo?

Raila: São tantos fatores, infraestrutura, falta de efetivo de servidores, insalubridade, geralmente estão relacionados às condições mínimas de trabalho, não posso falar e nem explicar os demais processos, principalmente aqueles ligados a tortura e agressões físicas, porque nunca presenciei, porém o que eu respondi, já foi arquivado, foi devido as mínimas condições de trabalho e falta de efetivo.

P.: Sobre os recursos financeiros, você acha que estão sendo bem aplicados?

Raila: A minha área é relacionada a segurança, e a gestão de recursos é algo muito específico, por isso esse assunto não chega ao meu conhecimento.

P.: De que forma você acha que deveriam ser direcionados os recursos financeiros? Para que áreas?

Raila: Na minha percepção, cada área tem seu valor e suas necessidades, acho que tem que ser algo estudado, privilegiando todas, de acordo com as necessidades.

P.: Quais são suas percepções sobre a política pública Sinase? Destaque pontos positivos dos resultados alcançados e os pontos desfavoráveis que precisam ser reformulados.

P.: Sobre os meios de informação, como você considera que a mídia tem reportado as notícias sobre as situações dos adolescentes em conflito com a lei?

Raila: A mídia é muito sensacionalista, na maioria das vezes, os fatos não condizem com a realidade, tudo muito deturpado, salvo, quando ela alerta sobre a crescente violência gerada pelos menores infratores.

P.: tem acesso ao sistema SIPIA na UAI?

Raila: Alguns servidores que fizeram o curso para capacitação no sistema, inclusive sou uma das operadoras.

P.: Sobre o sistema SIPIA, qual sua percepção? Você considera que seja um sistema que auxilia na gestão das medidas socioeducativas?

Raila: Um sistema inovador que agrega muito a todos os servidores e órgãos relacionados à temática. Auxilia diretamente na gestão das medidas, pois tem campos e acessos diferentes a todos servidores que compõem a base do sistema socioeducativo.

P.: Quais pontos você observa que precisam ser melhorados no sistema SIPIA?

Raila: Sou uma mera operadora, e como é um sistema novo, sempre há correções e melhorias em alguns recursos.